



**2º Congresso  
Internacional  
Interdisciplinar**

Congresso Internacional Interdisciplinar

# 2ª CONINFI FASP

## COMISSÃO CIENTIFICA CURSO DE PSICOLOGIA:

ANDRÉ LUIZ DANTAS BEZERRA  
DANILO DE SOUSA CESÁRIO  
FRANCISCA ELIDIVANIA FARIAS  
LARISSA DE ARAÚJO BATISTA SUÁREZ  
MILENA NUNES ALVES DE SOUSA  
MONICA SANY LEITE PEREIRA  
RUI NÓBREGA DE PONTES FILHO

**II CONINFI**  
Congresso  
Internacional  
Interdisciplinar

**I CONPSIS**  
I Congresso  
Paraibano de  
Psicologia na Saúde

REVISTA BIAMAH.

Nº 1 / 2023

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                     |       |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| <b>ALCOOLISMO NO AMBIENTE PROFISSIONAL: DESAFIOS, CONSEQUÊNCIAS E ABORDAGENS PSICOLÓGICAS PARA A RECUPERAÇÃO</b>                                                                    | 1-7   |
| Jocielly Virgulino Alves Tavares, Débora Rodrigues Bezerra, André Luiz Dantas Bezerra, Mônica Sany Leite Pereira, Kássia Rejane Pereira de Sousa & Larissa de Araújo Batista Suárez |       |
| <b>ASSISTINDO A TRILHA DA GUARDA PARENTAL: CONTRIBUIÇÕES PROFUNDAS NA JORNADA DA CRIANÇA COM ENFOQUE PSICOLÓGICO</b>                                                                | 8-14  |
| Sulamita Evangelista Magalhães, Matheus Mendes Moreira, Mônica Sany Leite Pereira, Lorraine Lacerda Leite, Jéssica Samy Silva & Larissa de Araújo Batista Suárez                    |       |
| <b>AS PRÁTICAS DE PSICÓLOGAS (OS) NO ÂMBITO PSICOSSOCIAL RELACIONADO AO CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS</b>                                                                      | 15-21 |
| Marina Maria Ferreira de Lima, Ellen da Silva Sarmento, André Luiz Dantas Bezerra, Mônica Sany Leite Pereira, Lorraine Lacerda Leite & Larissa de Araújo Batista Suárez             |       |
| <b>ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JUNTO AOS POVOS TRADICIONAIS</b>                                                                                                                           | 22-27 |
| Ariel Pires de Oliveira, Fernanda Fernandes da Silva, Francisca Elidivania Farias, Leonardo Bruno Farias, Jéssica Samy Silva & Larissa de Araújo Batista Suárez                     |       |
| <b>ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA NOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL FRENTE A COMUNIDADE LGBTQIA+</b>                                                                            | 28-33 |
| Hugo Usley Duarte Ribeiro, Zuingle Bezerra Lima Neto, Francisca Elidivania Farias, Lorraine Lacerda Leite, Jéssica Samy Silva & Larissa de Araújo Batista Suárez                    |       |
| <b>DESCONSTRUINDO O PAPEL ASSISTENCIALISTA DO PSICÓLOGO NO CRAS</b>                                                                                                                 | 34-42 |
| Maria Rita de Cássia Duarte da Silva, Layza Nycholle de Souza Coura, Ana Karla Alves Agripino, Jéssica Samy Silva, Willey Pereira Dos Santos & Larissa de Araújo Batista Suárez     |       |
| <b>ENTRE O APRENDIZADO E O SUPORTE EMOCIONAL: O PAPEL DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO BÁSICA</b>                                                                                           | 43-51 |
| Ana Livia Dias e Silva, Flávia Lorrana Vieira de Sousa, Danilo de Sousa Cezario, Francisco Uelison da Silva & Larissa de Araújo Batista Suárez                                      |       |
| <b>IDEALIZANDO CONEXÕES PSICOLÓGICAS NA PREVENÇÃO E CUIDADO: A CONTRIBUIÇÃO DO PSICÓLOGO NOS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE IST/HIV/AIDS</b>                                               | 52-59 |
| Graziele de Oliveira Felix, Paula Eduarda Bandeira Assis, Francisca Elidivania Farias, Jéssica Samy Silva, Willey Pereira dos Santos & Larissa de Araújo Batista Suárez             |       |
| <b>IMPORTÂNCIA DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL E AS AÇÕES QUE DEVEM TOMAR PARA CONTER AS CRISES</b>                                                                               | 60-69 |
| Vanessa Saraiva Queiroga, Renata Medeiros Barbosa, André Luiz Dantas Bezerra, Willey Pereira Dos Santos, Francisco Uelison da Silva & Larissa de Araújo Batista Suárez              |       |



|                                                                                                                                                                                       |         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|
| <b>INTEGRANDO A PSICOLOGIA NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS:<br/>UMA REVISÃO INTEGRATIVA</b>                                                                                               | 70-78   |
| Brena Ellen Feitoza Marques, Débora Dantas de Sousa, Danilo de Sousa Cezario,<br>Francisca Alves da Silva, Willey Pereira Dos Santos & Larissa de Araújo Batista<br>Suárez            |         |
| <b>O PAPEL DO PSICÓLOGO HOSPITALAR NA RELAÇÃO EMPÁTICA<br/>E CUIDADOS PALIATIVOS EM UMA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL</b>                                                                  | 79-84   |
| Erica Joyce de Sousa Figueiredo, Fillipe Goncalves Araujo, Ana Karla Alves<br>Agripino, Lorraine Lacerda Leite, Francisca Alves da Silva & Larissa de Araújo<br>Batista Suárez        |         |
| <b>O PAPEL DO PSICÓLOGO NA PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL<br/>FRENTE A DEMANDAS DE PACIENTES VÍTIMAS DE RACISMO UMA<br/>REVISÃO INTEGRATIVA</b>                                             | 85-92   |
| Ana Livia Rolim Dias, Thársila Évely Bezerra de Sousa, Danilo de Sousa Cezario,<br>Francisca Alves da Silva & Larissa de Araújo Batista Suárez                                        |         |
| <b>REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS) NA<br/>ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE</b>                                                                                              | 93-100  |
| Claudio Henrique Penaforte de Araujo, Guilherme Cipriano Vieira, Danilo de Sousa<br>Cezario, Fillipe Goncalves Araujo, Francisca Alves da Silva & Larissa de Araújo<br>Batista Suárez |         |
| <b>REFORMA PSIQUIÁTRICA ANTIMANICOMIAL: VALORIZAÇÃO DOS<br/>SUJEITOS E TRATAMENTO EM LIBERDADE</b>                                                                                    | 101-106 |
| Haynara Rodrigues Soares, Ingrid Nayara Ramalho Diniz, Francisca Alves da Silva,<br>Fillipe Goncalves Araujo, Willey Pereira Dos Santos & Larissa de Araújo Batista<br>Suárez         |         |
| <b>SOBRECARGA DA REDE DE APOIO FAMILIAR DOS PACIENTES<br/>USUÁRIOS DO CAPS</b>                                                                                                        | 107-112 |
| Kessia Raquel Pereira Dias, Camila Vitória Lucena Rocha, Fillipe Goncalves<br>Araujo, Adilvaneide Ferreira da Costa, Leonardo Bruno Farias & Larissa de Araújo<br>Batista Suárez      |         |
| <b>VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL: ESTRATÉGIAS<br/>PSICOLÓGICAS PARA APOIO E PREVENÇÃO</b>                                                                                          | 113-120 |
| Maria Natalha Abrantes Pereira, Ana Livia Juca Ribeiro, Adilvaneide Ferreira da<br>Costa, Leonardo Bruno Farias, Francisca Elidivânia de Farias & Larissa de Araújo<br>Batista Suárez |         |
| <b>VULNERABILIDADES COMO CONDICIONANTES A RISCOS E<br/>DESASTRES</b>                                                                                                                  | 121-128 |
| Kaillany Bezerra Barros, Natália Gabriele Sousa Nunes, Fillipe Goncalves Araujo,<br>Leonardo Bruno Farias, Francisca Elidivânia de Farias & Larissa de Araújo Batista<br>Suárez       |         |





## ARTIGO DE REVISÃO

### **Alcoolismo no ambiente profissional: Desafios, consequências e abordagens psicológicas para a recuperação**

*Alcoholism in the Professional Environment: Challenges, Consequences, and Psychological Approaches to Recovery*

*Alcoholismo en el entorno profesional: Desafíos, consecuencias y enfoques psicológicos para la recuperación*

Jocielly Virgulino Alves Tavares<sup>1</sup>, Débora Rodrigues Bezerra<sup>1</sup>, André Luiz Dantas Bezerra<sup>1,2,3</sup>, Mônica Sany Leite Pereira<sup>1</sup>, Kássia Rejane Pereira De Sousa<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,4</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

<sup>3</sup>Faculdade São Francisco do Ceará – FASP

<sup>4</sup>Universidade Estadual Paraíba – UEPB

#### **Autor Correspondente**

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** Esse trabalho apresenta uma revisão sistemática sobre o alcoolismo no ambiente profissional. Foram analisados estudos publicados nos últimos treze anos, com foco nas principais questões relacionadas ao álcool no organismo dos indivíduos e como suas consequências afetam o empregado e o empregador no ambiente trabalhista. Os resultados indicam que o ambiente de trabalho se torna uma zona extremamente hostil e desafiadora, devido a desorganização neural do indivíduo resultante do abuso alcoólico. Além disso, foi observado que o indivíduo alcoólatra acaba prejudicando o córtex pré-frontal, o que culmina em seres extremamente desregulados, estressados e propensos a acidentes de trabalho. A revisão em questão também discute algumas estratégias de intervenção psicológica para promover uma melhora significativa dessa problemática. Conclui-se que é importante a vigilância no ambiente de trabalho procurando identificar problemas como esse para que medidas eficazes sejam viabilizadas brevemente.

**Palavras-Chave:** Álcool. Trabalho. Psicologia. Neural.

**Abstract:** This paper presents a systematic review on alcoholism in the workplace. Studies published in the last thirteen years were analyzed, focusing on the main issues related to the consequences of alcohol on individuals' bodies and how these consequences affect both employees and employers in the work environment. The results indicate that the work environment becomes an extremely hostile and challenging zone due to the neural disorganization resulting from alcohol abuse. Furthermore, it was observed that individuals with alcoholism end up impairing the prefrontal cortex, leading to extreme dysregulation, stress, and an increased risk of work accidents. The review also discusses some psychological intervention strategies to promote significant improvement in this issue. It is concluded that vigilance in the workplace is important to identify and address such problems promptly.

**Keywords:** Alcohol. Work. Psychology. Neural.

**Resumen:** Este trabajo presenta una revisión sistemática sobre el alcoholismo en el entorno laboral. Se analizaron estudios publicados en los últimos trece años, centrándose en las principales cuestiones relacionadas con las consecuencias del alcohol en el organismo de los individuos y cómo estas consecuencias afectan tanto a los empleados como a los empleadores en el ambiente de trabajo. Los resultados indican que el ambiente laboral se convierte en una zona extremadamente hostil y desafiante debido a la desorganización neural resultante del abuso de alcohol. Además, se observó que los individuos alcohólicos terminan perjudicando la corteza prefrontal, lo que resulta en seres extremadamente desregulados, estresados y propensos a accidentes laborales. La revisión



también discute algunas estrategias de intervención psicológica para promover una mejora significativa en esta problemática. Se concluye que es importante mantener la vigilancia en el ambiente laboral para identificar y abordar estos problemas de manera oportuna.

**Palabras clave:** Alcohol. Trabajo. Psicología. Neural.

## INTRODUÇÃO

No Brasil o uso de álcool é legalizado para maiores de 18 anos e torna-se uma prática comum e rotineira de alguns brasileiros. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2018) traz dados atuais no qual ressalta que cerca de 237 milhões de homens e 46 milhões de mulheres são diagnosticados com transtornos decorrentes do consumo de álcool no mundo.

O álcool é um depressor do sistema nervoso central, ele age principalmente no córtex pré-frontal, que é uma área que controla os impulsos, essa substância vai servir como uma molécula que desliga essa região, ou seja, as pessoas com o abuso de bebidas alcoólicas tornam-se extremamente impulsivas e descontroladas. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2008), cerca de 20% a 25% dos acidentes de trabalho no mundo envolvem pessoas sob o uso de drogas lícitas ou ilícitas, e 3% a 5% da população trabalhista possui dependência de álcool e 25% são usuários de risco. Outro dado relacionado ao consumo de álcool é que os homens tendem a beber mais regularmente que as mulheres fazendo com que essa média aumente, a exemplo da América Latina e do Caribe que têm índices superiores ao da média mundial (Shield *et al.*, 2020)

Tendo esse fato em vista, o álcool destaca-se por ser o terceiro motivo para ausências ao trabalho e consequentemente a oitava causa para o auxílio-doença pela Previdência Social. Ainda muito se discute que o alcoolismo não deixa de ser um problema recorrente nas organizações, e suas consequências não passam despercebidas, porém observando-se os seguintes ângulos no comportamento do trabalhador têm-se uma ideia de como essa problemática traz sérios riscos ao empregador e empregado gerando assim diversos pontos negativos como faltas excessiva, queda disparada na produtividade e péssimas qualidades de trabalho, má vestimentas e até mesmo uma relação reativa com colegas onde conflitos e discussões se tornam constantes (Vaissman., 2004).

Baseando nesse contexto, a presente pesquisa buscou-se analisar as problemáticas do assunto no que refere-se a como que esses profissionais conseguem trabalhar, como que o empregador lida com esse tipo de atitude do empregado e como os psicólogos abordam esses pacientes. Para isso teve



que descrever os aspectos clínico da doença, tomar conhecimento de como que o álcool se comporta no nosso organismo e como evitar/controlar esse vício.

## METODOLOGIA

O presente estudo tratou-se de uma pesquisa do gênero revisão da literatura que oportuniza uma descrição exploratória realizada por meio de levantamentos bibliográficos, baseando-se em estudos anteriores, em que pôde-se ser observado e discutido acerca do conteúdo específico, com isso, realizou a junção dos conhecimentos obtidos para reconhecer, averiguar e resumir os resultados fundamentais (Santos *et al.*, 2020).

O estudo foi conduzido por meio de Descritores em Saúde (DeSC), para artigos científicos junto com o operador booleano *AND*, sendo esses: “Álcool” *AND* “Trabalho” *AND* “Psicologia”, sendo encontrados 16 artigos, sendo usados 8 desses que atenderam a todos os critérios de inclusão para o estudo supracitado.

A pesquisa teve como objetivo o cenário no qual os profissionais alcoolizados estão inseridos no local de trabalho e vivenciando os problemas relacionados à temática escolhida. As buscas foram delineadas em alguns bancos de coleta de informações, como exemplo: Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). Com esse tipo de resumo foi possível levantar as informações mais importantes acerca do tema e que servirá como fonte de dados para possíveis revisões futuras. A população foi direcionada a todos os profissionais alcoolizados no ambiente de trabalho, na qual a intenção foi o número de estudos encontrados na base de dados a partir da estratégia de busca. Já a amostra só foi válida para aqueles que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão.

Essa pesquisa teve como procedimento de coleta de dados assuntos relacionados ao tema, para ajudar na identificação do problema de pesquisa foram utilizadas palavras-chaves, como exemplo: álcool no trabalho; desafios; recuperação psicológica.

## DESENVOLVIMENTO

O uso abusivo de álcool ou qualquer outra droga traz sérios risco à saúde do ser humano, Ferigolo (2004) ressalta que o início do uso dessa substância mais cedo se inicia na vida do jovem



torna-se maior a probabilidade deste indivíduo desenvolver doenças relacionadas à bebida. Um estudo realizado no Brasil pelo Centro de Informações sobre Drogas que houve um aumento significativo entre jovens em um curto período de 5 anos, estima-se que esse aumento foi entre 25 a 30% (Carlini *et al.*, 2006).

Como consequência desse fato surge a mortalidade e as limitações funcionais sendo uma das principais vilãs dessa problemática fazendo com que o sistema de saúde tenha custos altos por se tratar de um problema da saúde pública (Monteiro *et al.*, 2011).

Outro fator considerável para que o uso de álcool se torne uma prática comum são as relações as estruturas familiares e sociais, problemas como: separação dos pais, conflitos com o pai/mãe, não possuir nenhuma prática religiosa e não se pode esquecer da curiosidade e o prazer na intenção de ficar mais animado e diminuir alguns tipos de doença como depressão, ansiedade, dentre outros fatores que levam ao consumo descontrolável da bebida (Matos *et al.*, 2010).

No ambiente trabalhista o álcool se torna um refúgio para o enfrentamento de situações estressantes do trabalho e assim sendo utilizado como total alívio diante dessas circunstâncias. No entanto, essa forma se torna apenas útil em um tempo curto, logo esse comportamento gera consequências controversas, com o passar do tempo pode se tornar inapto para exercer as atividades colaborativas da empresa (Amaral *et al.*, 2004).

Diante disso, os relevantes casos de estresse no trabalho estão direcionados aos requisitos insuficientes relacionados à aplicabilidade do empregado e a insatisfação quando a meta não chega a sua total viabilidade. Aos estudos discurridos por estes autores, é citado que o álcool chega a ser consumido em determinadas causas, onde o trabalhador se sente inseguro, as demandas chegam a ser aplicadas excessivamente, o baixo desempenho e até mesmo problemas em relação aos supervisores (Kalimo; Elbatawi; Cooper, 1988).

O etanol é entendido pelo corpo como uma substância estranha onde tentará destruí-la, o órgão responsável por isso é o fígado, caso ele não consiga eliminar toda essa substância, ele irá parar na corrente sanguínea, indo para o cérebro e ativando o sistema de recompensas, o que estimulará a liberação de dopamina e irá alterar a comunicação entre os neurônios. Além disso, o etanol interfere na ação dos neurotransmissores, gaba e glutamato, o que reduzirá a quantidade de sinais enviados pelos neurônios, ou seja, tudo ficará mais lento no cérebro, porque o etanol acaba reduzindo a troca de sinais entre os neurônios, partindo desse princípio surgem efeitos mais famosos das bebidas alcoólicas



(Cardia, 2003).

A redução na troca de sinais do cerebelo reduz a coordenação motora já a atividade mais lenta no córtex pré-frontal e no sistema límbico, junto com a liberação da dopamina, diminui o autocontrole e inibição social. A menor atividade no hipocampo diminui a sua atividade de formar novas memórias e recuperá-las depois (Antonio *et al.*, 2008).

O álcool pode afetar o comportamento humano de várias maneiras. Ele afeta o sistema de neurotransmissores no cérebro incluindo dopamina e serotonina, esses neurotransmissores desempenham um papel fundamental na regulação do humor e das emoções. Como um depressor do sistema nervoso central, ele pode causar efeitos sedativos, diminuindo a atividade cerebral e resultando em uma sensação de relaxamento e diminuição da inibição. Isso pode levar a uma maior sociabilidade, desinibição e euforia em algumas pessoas (Cisa, 2004).

No entanto, o álcool também pode ter efeitos negativos no comportamento. Em doses mais altas, pode causar confusão, desorientação e comprometer a coordenação motora, o que pode resultar em acidentes e comportamentos de risco. Além disso, o consumo excessivo e crônico de álcool pode levar ao desenvolvimento de dependência, alterações de humor, problemas de memória e dificuldades de concentração principalmente no período de ressaca (Araújo *et al.*, 2019).

Além disso, estudos sugerem ainda que o uso prolongado de álcool causa prejuízos detectáveis na memória, particularmente por meio de reduções na massa do hipocampo mediadas pelo GABA. O hipocampo está relacionado a memórias explícitas, ou seja, memórias das quais podemos falar, como o jantar da noite anterior ou a data de um acontecimento histórico. A memória explícita envolve a recordação consciente de informações. Sabe-se que o hipocampo é essencial para a aquisição desse tipo de memória, pois danos nessa região impedem o indivíduo de formar novas memórias explícitas. (Costardi *et al.*, 2015).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante disso, o profissional de Psicologia no campo de Saúde do Trabalhador deve identificar e compreender as práticas que sejam abordadas diante da dependência do álcool e o alcoolismo no que insere no trabalho. Além disso, a noção de transformação permite lançar luz sobre esse problema e até resolvê-lo. Utilizar materiais encontrados que possam auxiliar os profissionais de psicologia buscando frequentemente uma contemplação e motivados por soluções, assim para que haja diante





isso, atos contribuintes para lidar futuramente com o alcoolismo no âmbito trabalhista.

Ademais, cabe às empresas que contrataram os trabalhadores, manter sempre uma boa fiscalização para que, em caso de necessidade, sejam encaminhados a psicólogos para que haja uma intervenção eficaz, como por exemplo terapia grupal, intervenções breves e palestras psicoeducacionais, deixando claro os riscos do álcool no cérebro e consequentemente no comportamento do indivíduo.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, R. A; MALBERGIER, A., Avaliação de instrumento de detecção de problemas relacionados ao uso do álcool (CAGE) entre trabalhadores da prefeitura do campus da Universidade de São Paulo (USP) – campus capital, **Rev. Bras. Psiquiatria**, vol 26, nº 3, p. 156163, São Paulo, 2004; Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/IXEnex/extensao/documentos/anais/6.SAUDE/6PRACPEX01.pdf>

ANTONIO, V.; COLOMBO, M.; MONTEVERDE, D.; MARTINS, G.; FERNANDES, J.; ASSIS, M.; BATISTA, R. Neurobiologia das emoções. **Archives of clinical psychiatry**. 2008. disponível em: [Neurobiologia das emoções](#)

ARAÚJO, A.; LOTUFO, J.; COSTA, C. **A tragédia do alcoolismo: Causas, consequências e prevenção**. Brasília. Conselho Federal de Medicina – CFM, 2019. Disponível em: [ALCOOLISMO](#)

CARLINI, E. A. et al. **V Levantamento Nacional sobre o consumo de drogas psicotrópicas entre estudantes do ensino fundamental e médio da rede pública de ensino nas 27 capitais brasileiras**: 2004. In: V Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras: 2004. 2005. p. 398-398. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-433626>

CARDIA, E. **Toxicologia e psicofarmacologia em biologia e programas de saúde para o ensino médio**. 2. v. Bauru. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2003.

CENTRO DE INFORMAÇÕES SOBRE SAÚDE E ÁLCOOL. **Álcool e sistema nervoso central**. Sine loco. 2004. Disponível em: [Álcool e Sistema Nervoso Central - CISA](#)

COSTARDI, João Victor Vezali et al. A review on alcohol: from the central action mechanism to chemical dependency. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 61, n. 4, p. 381-387, 2015.

MATOS, Anely Marquardt de et al. Consumo frequente de bebidas alcoólicas por adolescentes escolares: estudo de fatores associados. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 13, n. 2, p. 302-



313, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rbepid/v13n2/12.pdf>.

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza et al. Relatos de mulheres em uso prejudicial de bebidas alcoólicas. **Escola Anna Nery**, v. 15, p. 567-572, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452011000300018>

Shield K, Manthey J, Rylett M, Probst C, Wettlaufer A, Parry CD, Rehm J. National, regional, and global burdens of disease from 2000 to 2016 attributable to alcohol use: a comparative risk assessment study. **The Lancet Public Health**. 2020 Jan 1;5(1):e51-61. Disponível em: [https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52936/OPASNMHMHCOVID-19200042\\_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52936/OPASNMHMHCOVID-19200042_por.pdf?sequence=5&isAllowed=y)

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Problemas ligados ao álcool e drogas no local de trabalho, uma evolução para prevenção**. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2008.

VAISSMAN, Magda. Alcoolismo no trabalho. In: **Alcoolismo no trabalho**. 2004. p. 220-220. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/sus-17458>



ARTIGO DE REVISÃO

**As Práticas de Psicólogos (os) no Âmbito Psicossocial relacionado ao consumo de substâncias psicoativas**

*The praticall of a psychologist in the psychosocial sphere related to the consumption of psychoactive substances*

*El practico del psicólogo en el ámbito psicosocial relacionado con el consumo de sustancias psicoactivas*

Marina Maria Ferreira de Lima<sup>1</sup>, Ellen da Silva Sarmiento<sup>1</sup>, André Luiz Dantas Bezerra<sup>1,2,3</sup>, Mônica Sany Leite Pereira<sup>1</sup>,  
Lorraine Lacerda Leite<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,4</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Faculdade São Francisco do Ceará – FASC

<sup>3</sup>Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

<sup>4</sup>Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

**Autor Correspondente**

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo abordar a atuação do profissional de psicologia no tratamento de usuários que utilizam substâncias psicoativas no Centro de Assistência Psicossocial (CAPS), o qual engloba o CAPS AD, principal rede de apoio para os usuários de álcool ou outras drogas. O método de pesquisa utilizado foi o de revisão bibliográfica, onde através de artigos o tema foi englobado de maneira efetiva e com informações afirmativas. É notório que o consumo de substâncias lícitas e ilícitas foi por muito tempo reflexo de aspectos históricos e culturais, por esse motivo, pessoas foram discriminadas pelo meio social durante um longo período. E logo após mudanças realizadas no tratamento e reintegração social desses indivíduos, o amadurecimento de ideias provocou o desenvolvimento de uma rede de apoio, com o acolhimento de profissionais qualificados com o intuito de garantir o bem-estar psicológico desses usuários.

**Palavras-Chave:** Substâncias. CAPSad. Tratamento. Psicologia. Saúde.

**Abstract:** This article aims to address the role of psychology professionals in treating users who use psychoactive substances at the Psychosocial Assistance Center (CAPS), which includes CAPS AD, the main support network for users of alcohol or other drugs. The research method used was bibliographic review, where through articles the topic was covered effectively and with affirmative information. It is well known that the consumption of legal and illegal substances was for a long time a reflection of historical and cultural aspects, for this reason, people were discriminated against by the social environment for a long period. And soon after changes were made in the treatment and social reintegration of these individuals, the maturation of ideas led to the development of a support network, with the reception of qualified professionals with the aim of guaranteeing the psychological well-being of these users.

**Keywords:** Substances. CAPSad. Treatment. Psychology. Health.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo abordar el papel de los profesionales de la psicología en el tratamiento de usuarios que consumen sustancias psicoactivas en el Centro de Atención Psicosocial (CAPS), que incluye CAPS AD, la principal red de apoyo a usuarios de alcohol u otras drogas. El método de investigación utilizado fue la revisión bibliográfica, donde a través de artículos se abordó el tema de manera efectiva y con información afirmativa. Es bien sabido que el consumo de sustancias legales e ilegales fue durante mucho tiempo un reflejo de aspectos históricos y culturales, por esta razón las personas fueron discriminadas por el entorno social durante un largo período. Y poco después de que se produjeron cambios en el trato y la inserción social de estos individuos, la maduración de ideas llevó al desarrollo de una red de apoyo, con la acogida de profesionales cualificados con el objetivo de garantizar el bienestar psicológico de estos usuarios.



**Palabras clave:** Sustancias. CAPTriste. Tratamiento. Psicología. Salud

## **INTRODUÇÃO**

Os profissionais de psicologia, em conjunto com uma equipe multidisciplinar, demonstram significativo interesse na ação de integrar usuários de álcool ou outras drogas no meio social, visando promover o bem-estar desses indivíduos por meio da assistência social e práticas de saúde (CFP, 2019). Entretanto, compreende-se que, para o desenvolvimento dessas medidas no território brasileiro, diversos obstáculos foram encontrados ao longo do tempo, devido à depreciação social das pessoas durante épocas passadas em relação ao uso de substâncias, tanto lícitas quanto ilícitas, associadas aos processos históricos e culturais das sociedades antecedentes.

Por essa razão, é relevante mencionar que, anos depois, na década de 30, foram instituídas leis que classificaram os transtornos mentais como “degenerescência moral”, enquadrando os usuários de psicoativos nesse aspecto. Em meio a cenário hostil, as problemáticas das épocas anteriores provocaram uma observação crítica sobre determinadas ações, resultando em alterações de posicionamentos e visões de mundo, incluindo a percepção da necessidade da assistência psiquiátrica (Rameh-de-Albuquerque, 2017 *apud* Delgado, 2005).

Baseados nessa demanda, os profissionais de psicologia atuaram ativamente quando os leitos de hospitais psiquiátricos foram reduzidos, expandindo o tratamento para esse público, visando diminuir os danos causados no passado e motivar essas pessoas a continuar o tratamento da forma adequada. No entanto, no presente momento, essas práticas foram aprimoradas, demandando outros dispositivos de saúde para um tratamento mais eficaz.

A presente pesquisa visa compreender como a atuação da(o) psicóloga (o) é afetada no campo psicossocial relacionado ao consumo de álcool ou outras drogas, e de que maneira o tratamento, o acolhimento e a reintegração social dos usuários são realizados. Além disso, busca identificar quais os maiores impactos e quais medidas são tomadas para promover o bem-estar desses cidadãos.

## **METODOLOGIA**

Este estudo configura-se como uma revisão integrativa da literatura, no qual irá obter uma investigação de natureza bibliográfica, por meio das atribuições de artigos científicos, baseando-se





em estudos anteriores, dessa forma, possuindo o tipo de pesquisa qualitativa (Sousa; Bezerra; Egypto, 2023). Os métodos qualitativos compartilham semelhanças com abordagens interpretativas comuns que utilizamos no cotidiano (Neves, 1996). Ademais as ideias foram fundamentadas nas perspectivas apresentadas por meio dos autores.

Dessa maneira, por ser necessário adquirir uma proximidade com a pauta em questão e suas particularidades a análise foi obtida por caráter descritivo e exploratório. A seleção de artigos foi realizada por intermédio das seguintes bases de dados: Google Acadêmico, de acordo com os descritores devidamente cadastrados através dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “atuação” *AND* “atendimento” *AND* “psicossocial” *AND* “substâncias” e, por meio disso, é conduzido um estudo crítico, para atender o propósito científico do mesmo.

Portanto, os resultados serão apresentados na forma qualitativa, permitindo analisar crítica e sistematicamente, possibilitando a observação, contagem, descrição e classificação dos dados, com a finalidade de reunir o conhecimento produzido sobre o tema desta revisão bibliográfica (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

## **DESENVOLVIMENTO**

Logo após o amadurecimento e condicionamento sob os aspectos de um atendimento universal e integral, e também da melhoria tratando-se das condições de trabalho do psicólogo nesse âmbito, no momento atual, as redes de atenção psicossocial tem como função abranger todos os usuários que dispõem de impasses com o bem-estar psicológico, e oferecer tratamentos e cuidados com atenção destinadas à diversos segmentos da saúde, com o objetivo de que essas pessoas sejam restituídas no meio social, bem como disponham de seus direitos humanos.

É primordial que esses serviços estejam atrelados aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), e promovam uma clínica ampliada, centrada no indivíduo, buscando assegurar o alcance de acolhimento, o que atrela ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) serviços de saúde que reforçam os benefícios humanos desses usuários (Leal; De Antoni, 2013). Portanto, a finalidade desses serviços é de desfazer a visão hostil implementada aos hospitais psiquiátricos retroativos, onde a violação dos direitos humanos e a submissão estavam relacionados ao tratamentos dos usuários, e agora, redirecionar essa responsabilidade à profissionais qualificados que trabalham em torno da promoção de saúde e da reabilitação.



Nesse sentido, para que haja uma distribuição efetiva de tarefas e de atenção, o CAPS por ser uma rede complexa, é fragmentado em partes, e classificados por CAPS I, CAPS II, e CAPS III, onde englobam os indivíduos por ordem crescente do porte da sua queixa. Outrossim, ainda há o CAPS Infantil (CAPSi) e o CAPS Álcool e Drogas (CAPS AD), os quais tratam na devida ordem, das demandas de crianças e adolescentes, bem como de usuários de álcool ou outras drogas.

Como citado anteriormente, o uso de substâncias psicoativas no momento passado, foi por muito tempo influenciado pelas sociedades antecedentes e por aspectos históricos e culturais. Contudo, compreende-se que, a utilização frequente por adultos e a ausência de medidas de segurança sobre o uso dessas substâncias, para crianças e adolescentes, podem provocar o desenvolvimento dessa prática no futuro e afetar essa geração (Vaillant, 1983 *apud* Ramos; Woitowitz, 2004).

Com a implementação da abordagem adequada através do CAPS AD, esses cidadãos que antes discriminados e excluídos pelo corpo social, atualmente, desfrutam de um olhar individualista e de medidas de promoção de saúde, em que uma equipe multiprofissional de serviços ambulatoriais enfrenta a luta contra a dependência química e a intervenção para esse fator. As atividades do CAPS AD, tem como objetivo implementar novos hábitos para essas pessoas, através da assistência frequente e atendimentos que englobam diversos campos da saúde para o acolhimento efetivo (Rocha; Barzaghi, 2015).

Ademais, durante a utilização desses serviços também são disponibilizadas intervenções medicamentosas e a psicoterapia, de maneira singular para cada usuário. Visitas domiciliares com o apoio da equipe multiprofissional para com o paciente com a finalidade do engajamento correto e eficaz do recurso terapêutico, bem como, a inserção de tarefas comunitárias com o objetivo de inclusão social e autonomia desses cidadãos.

Como função de auxiliar nesses serviços, o profissional de psicologia trabalha ativamente com as psicoterapias, sejam elas particulares ou em grupo, onde focam na continuidade do usuário nesse processo, onde as psicólogas (os) desempenham oficinas terapêuticas e programas comunitários juntamente com a ajuda de diversos profissionais como enfermeiro, psiquiatra, assistente social, e outros, para que essa ação seja adentrada na rotina dos indivíduos e visando, promover independência, desintoxicação e o protagonismo no meio social e familiar (CFP, 2019).

Apesar disso, para que o tratamento possa, de fato, auxiliar na melhora do usuário de substâncias psicoativas, a abordagem parental e a reintegração no meio social afetam diretamente no rendimento desse cidadão. Nesse sentido, a reinserção na comunidade de indivíduos enfrenta



multifacetados obstáculos contemporâneos, requerendo um processo delicado permeado por critérios que demandam uma atenção especial. Estabelecer medidas que estimulem positivamente esse processo, atentando ao contexto social, é essencial para facilitar essa transição.

A capacitação do psicólogo nesse domínio emerge como um elemento crucial, possibilitando que o sujeito alcance resultados desejados, ressaltando o vínculo como atributo indispensável para evitar complicações no processo de alta. Dessa forma, é válido que alguns profissionais encontram dificuldades em adentrar nas redes psicossociais, pela falta de conhecimento dos princípios que regem o SUS e pelo enfrentamento de demandas estabelecidas no contexto atual (Cerutti, 2014).

A carência de apoio social e familiar figura como fator influente nas dificuldades enfrentadas durante a alta, exercendo considerável impacto. No âmbito dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), um dos propósitos terapêuticos consiste em fomentar a autonomia, reconstruir laços familiares e com o meio público, além de guiar a reintegração social dos participantes (Silva; Almeida; Amato, 2019). Contudo, esse percurso é permeado por desafios sociais, onde a exclusão e o preconceito complicam a jornada de pessoas com dependências, tornando-a complexa.

As competências emocionais emergem como mecanismos cruciais de enfrentamento, pois um estado emocional adverso pode precipitar recaídas (Silva; Almeida; Amato, 2019). Por isso, o papel do psicólogo no CAPS AD assume relevância, desempenhando uma função vital ao longo desse trajeto, utilizando suas ferramentas de trabalho para facilitar a reinserção social e mitigar influências adversas, assegurando que o indivíduo possa conviver e prosseguir em sua trajetória de maneira adequada, com o respaldo fundamental dos profissionais envolvidos.

Destinar atenção a estes indivíduos, cujo muitas vezes são considerados imperceptíveis para a sociedade, é uma função designada através do CAPS AD, o acolhimento aos sujeitos torna-se um papel crucial para o assegurar que os mesmos não desistam do processo, e continuem firmemente, os profissionais elaboram estratégias para esse apoio, já que não se trata de uma etapa fácil, e se não existir as medidas necessárias para mantê-los no âmbito, geralmente irão se recusar a retornar e por meio disso existirão as complicações .

Portanto, a sequência não se encerra unicamente na recepção, mas em haver o respeito ao paciente na maneira de se posicionar, consciente que sem a participação nenhum tratamento será eficaz (Zini; Oliveira, 2014). Sendo assim, é destacada a importância da atuação do psicólogo, referente ao uso de psicoativos, possuindo diversas responsabilidades para promover o tratamento adequado aos sujeitos, do acolhimento até toda a saga terapêutica a qual será submetido.



A busca por atendimento é mais recorrente por pessoas que utilizam múltiplas drogas, sendo mais recorrente o abandono por usuários de crack (Fernandes *et al.*, 2017). Conforme é pautado nas políticas desse contexto, os autores ainda destacam que se torna fundamental a prática do compromisso e cuidado como fatores essenciais, visando o bem-estar dos sujeitos, incluindo a busca ativa como um fator contribuinte para esse aspecto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, o presente estudo nos atribuiu informações pouco conhecidas pelo corpo social, bem como trouxe compreensão do funcionamento das redes psicossociais e suas dinâmicas de tratamento. Contudo, nota-se que para a atuação de profissionais nesse campo um passado hostil teve que ser enfrentado, para que agora, indivíduos que carecem do bem-estar psicológico possam ser acolhidos de maneira assertiva. Levando em consideração o CAPS e suas fragmentações, pontua-se a importância de profissionais aptos de psicologia e outras áreas da saúde para compor essas redes e promover promoção de saúde e restituição social desses usuários.

Tendo em vista os obstáculos enfrentados pelos usuários de substâncias psicoativas no desenvolvimento social, compreende-se a necessidade de atenção e acolhimento para esses cidadãos, realizado pelo CAPS AD atribuindo a todos eles medidas de reestruturação que combata esses malefícios, por meio do acompanhamento intensivo. Além disso, sabe-se que o CAPS AD disponibiliza encontros dinâmicos em seus centros de atenção que atribui aos usuários variados encontros e uma boa recepção para todos. Portanto, é necessário que haja o comprometimento de profissionais de saúde nesse âmbito para que as pessoas que carecem de cuidados psicológicos, possam ser acompanhadas adequadamente, e a posteriori desenvolverem sua independência e satisfação no território.

## REFERÊNCIAS

CERUTTI, Mônica Girardi et al. A Atuação do Psicólogo no centro de atenção psicossocial voltado para álcool e outras drogas (Capsad): Os Desafios da Construção de uma Clínica Ampliada. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, v. 11, n. 17, p. 101-113, 2014.





CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA **Referências Técnicas para atuação de psicólogos (os) em Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas**. 2 ed. CFP, 2019.

FERNANDES, Sara Silva et al. Evasão do tratamento da dependência de drogas: prevalência e fatores associados identificados a partir de um trabalho de Busca Ativa. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 25, p. 131-137, 2017.

LEAL, Bruna Molina; DE ANTONI, Clarissa. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): estruturação, interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Aletheia**, n. 40, 2013.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 1-5, 1996.

RAMEH-DE-ALBUQUERQUE, Rossana Carla et al. Do descaso a um novo olhar: a construção da Política Nacional de Atenção Integral aos Usuários de Álcool e Outras Drogas como conquista da Reforma Psiquiátrica Brasileira. O caso de Recife (PE). **Psicologia em Pesquisa**, v. 11, n. 1, p. 1-2, 2017.

RAMOS, Sérgio de Paula; WOITOWITZ, Arnaldo Broll. Da cervejinha com os amigos à dependência de álcool: uma síntese do que sabemos sobre esse percurso. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 26, p. 18-22, 2004

ROCHA, Camila de Castro; BARZAGHI, Natália. Dificuldades Encontradas pelos Psicólogos nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPSad): Desafios da Formação à Atuação Profissional. **Uningá Review**, v. 24, n. 2, 2015.

SILVA, Lennon Leonardo Pereira da; ALMEIDA, Anderson Batista de; AMATO, Tatiana de Castro. A perspectiva dos profissionais sobre o processo de alta de pacientes do Caps-AD: critérios e dificuldades. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 819-835, 2019.

SOUSA, Milena Nunes Alves de; BEZERRA, André Luiz Dantas; EGYPTO, Ilana Andrade Santos do. Trilhando o caminho do conhecimento: o método de revisão integrativa para análise e síntese da literatura científica. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 10, p. 18448-18483, 2023.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

ZINI, Renato Luis; OLIVEIRA, Andréia Elisa Garcia. A Prática do Acolhimento Sob a Perspectiva da Psicologia Humanista em um Centro de Atenção Psicossocial em Álcool e Drogas (Capsad). **Blucher Medical Proceedings**, v. 1, n. 2, p. 46-46, 2014.

**Assistindo a Trilha da Guarda Parental: Contribuições Profundas na Jornada da criança com enfoque psicológico***Watching the Parental Guardianship Trail: Deep Contributions to the Child's Journey with a Psychological Focus**Observando el recorrido de la tutela parental: contribuciones profundas al viaje del niño con un enfoque psicológico*Sulamita Evangelista Magalhães<sup>1</sup>, Matheus Mendes Moreira<sup>1</sup>, Mônica Sany Leite Pereira<sup>1</sup>: Lorraine Lacerda Leite<sup>1</sup>, Jéssica Samy Silva<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,2</sup><sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP<sup>2</sup>Universidade Estadual da Paraíba – UEPB**Autor Correspondente**

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** Este artigo explora o papel essencial do psicólogo no processo de guarda parental, por meio de pesquisas bibliográficas destacando a evolução da Psicologia Jurídica no país desde 1960 até seu reconhecimento em 2000. O foco está na atuação do psicólogo no processo de busca pela guarda dos filhos, ressaltando a importância da avaliação minuciosa e humanizada. Discute-se a perícia psicológica, destacando seu principal papel, procedimentos e instrumentos utilizados, como por exemplo no princípio dos Melhores Interesses das Crianças (PMICA), entrevistas. O texto aborda desafios específicos, como a avaliação da competência parental e a atenção necessária à simulação e dissimulação no contexto forense. Este trabalho contribui para a compreensão do papel do psicólogo no cenário judiciário, promovendo o bem-estar do menor por meio de abordagem multidisciplinar e análise criteriosa.

**Palavras-Chave:** Psicologia Jurídica. Guarda parental. Perícia psicológica.

**Abstract:** This article explores the essential role of the psychologist in the parental custody process, through bibliographical research highlighting the evolution of Legal Psychology in the country since 1960 until its recognition in 2000. The focus is on the role of the psychologist in the process of seeking custody of children, highlighting the importance of thorough and humanized assessment. Psychological expertise is discussed, highlighting its main role, procedures and instruments used, such as the principle of the Best Interests of Children (PMICA), interviews, among other steps. The text addresses specific challenges, such as the assessment of parental competence and the necessary attention to simulation and concealment in the forensic context. This work contributes to the understanding of the role of the psychologist in the judicial setting, promoting the well-being of minors through a multidisciplinary approach and careful analysis.

**Keywords:** Juridical Psychology. Parental custody. Psychological expertise.

**Resumen:** Este artículo explora el papel esencial del psicólogo en el proceso de custodia parental, a través de una investigación bibliográfica que destaca la evolución de la Psicología Jurídica en el país desde 1960 hasta su reconocimiento en el año 2000. El foco está en el papel del psicólogo en el proceso de búsqueda de la custodia de los niños, destacando la importancia de una evaluación exhaustiva y humanizada. Se discute la perícia psicológica, resaltando su rol principal, procedimientos e instrumentos utilizados, como el principio del Interés Superior del Niño (PMICA), entrevistas, entre otros pasos. El texto aborda desafíos específicos, como la evaluación de la competencia parental y la necesaria atención a la simulación y el ocultamiento en el contexto forense. Este trabajo contribuye a la comprensión del papel del psicólogo en el ámbito judicial, promoviendo el bienestar de los menores a través de un enfoque multidisciplinario y un análisis cuidadoso.

**Palabras clave:** Psicología Jurídica. Custodia parental. Peritaje psicológico.

## INTRODUÇÃO

O intuito principal deste resumo expandido é apresentar as principais formas de avaliação e auxílio do psicólogo no processo da guarda de filhos. O objetivo geral do tema vem em razão de expandir a compreensão do papel do psicólogo em meio ao cenário judiciário, onde tem sido crescente a sua participação, mostrando seus passos e meios até chegar à conclusão e quais instrumentos o auxiliam em tal acontecimento.

A Psicologia Forense teve início no ano de 1911 no “Tribunal de Flandres”, localizado na Bélgica, quando um juiz fez a convocação de um especialista para gerar um laudo pertinente à validade do testemunho de crianças sobre um caso de homicídio (SAUNIER, 2002, p. 29).

No Brasil a Psicologia jurídica, apesar de a prática ser reconhecida apenas no ano 2000, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), teve início junto ao reconhecimento da profissão, em 1960, por meio de trabalhos voluntários na área Criminal, na avaliação de pessoas em situação prisional e de adolescentes infratores. Em meio aos estados brasileiros, cada um começou a implantação conforme sua necessidade e demanda, e, com uma iniciativa de um juiz criou-se o Núcleo de Psicologia na 2ª Vara da Infância e Juventude, e com esse núcleo trabalha as demandas que consistem no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), disposto no artigo 150 “fica prevista a equipe interprofissional para assessorar a Justiça da Infância e Juventude”. Com isso iniciou o processo de apoio psicológico no ambiente jurídico. As demandas mais aplicadas atualmente são: guarda de filhos, regulamentação de visitas, negativa de paternidade, divórcio e destituição do poder familiar.

A psicologia Forense obtém um aumento nos anos desde sua descoberta, mas é algo que muitos ainda não possuem o conhecimento sobre, o resumo vem com o conceito de apresentar os conceitos, deveres, normas e estratégias que já são utilizadas no cenário judiciário.

A problemática estudada foi excepcionalmente a atuação do psicólogo em meio a busca pela guarda dos filhos, que é fundamental nesse processo. As avaliações utilizadas pelos psicólogos(as) são de bastante valia em todo o processo, pois com sua perspectiva de olhar crítico, minucioso e humanizado pode observar e analisar outras vertentes presentes. Utilizando instrumentos como escuta dos envolvidos, visitas domiciliares e escolares em apoio com assistência social, Princípio dos Melhores Interesses das Crianças (PMICA), instrumentos de avaliação, entre outros. Ressaltando o trabalho multidisciplinar que é realizado para que a decisão seja de melhor

eficácia, visando o bem-estar do dependente em questão. Explicando cada passo a ser tomado pelo profissional, a perícia, como relata o diagnóstico, e como tratar cada parte da avaliação.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa adotou como metodologia para este resumo uma revisão bibliográfica, que segundo Santos e Candeloro (2006, p. 43) a Revisão Bibliográfica é parte de um projeto de pesquisa, que revela explicitamente o universo de contribuições científicas de autores sobre um tema específico. O estudo abrange contribuições de pesquisadores anteriores, dando síntese para o novo trabalho. A pesquisa se caracterizou a partir de leituras em artigos que possuem uma ênfase no assunto, consultas em livros sobre a temática abordada para o auxílio do novo trabalho produzido, com a colaboração de pesquisas nas plataformas como *Scientific Electronic Library Online* SciELO, *Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde* Lilacs, Google Scholar, e a Constituição Brasileira empregando palavras-chaves: “psicologia forense” AND “psicologia e justiça” AND “guarda parental” AND “avaliações psicológicas”. Contendo análises qualitativas sobre o assunto, não apenas explorando estatísticas, mas também visando principalmente os serviços e técnicas usadas pelos profissionais da psicologia.

Foram considerados os trabalhos norteadores que se baseiam em dados e estatísticas do Brasil, assim como os dados e textos incluídos que foram publicados nos últimos dez anos. Além disso, foram coletados para estudo 1 artigo no Lilacs, 2 artigos e 1 revisão bibliográfica no SciELO. Os livros foram adquiridos por meio do Google Scholar, assim como as citações da Constituição brasileira e citação do CFP. Alguns dos passos tomados para composição do resumo foram, a escolha da temática, que foi assessorada pela revista do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) “Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas(os) em Varas de Família”, sequencialmente iniciaram as buscas em cima da temática “Assistindo a Trilha da Guarda Parental: Contribuições Profundas na Jornada da criança com enfoque psicológico.” Foi construído a partir de então todo o desenvolvimento, por meio do conhecimento e análise que foram colhidas do banco de dados, trazendo a clareza e relevância para tema que possui tamanho valor em seu meio.



## DESENVOLVIMENTO

Constatando de forma mais pontual sobre o papel do psicólogo(a) na Vara da Família, principalmente em casos de guarda parental, trazendo os instrumentos utilizados, pontos importantes a serem considerados, e como tudo se inicia, Denise M. P. da Silva expõe que:

No âmbito judicial, a psicologia jurídica e a avaliação psicológica têm caminhado juntas, se aperfeiçoando ao longo do tempo para acompanhar as demandas da justiça. A inclusão da psicologia forense nos processos legais foi proveniente da necessidade da justiça de atestar a veracidade de fatos [...], e se faz presente em questões relacionadas ao Direito de Família, ao Juizado da Infância e Juventude, ao Direito Civil, ao Direito Penal e ao Direito do Trabalho (Silva (2003, p. 32).

Devorante das pesquisas iniciam o desenvolvimento obtido, o Psicólogo (a) que atua na psicologia forense possui um papel auxiliar na decisão final da problemática em evidência. O profissional tem finalidade de cooperar no bem-estar do menor, trabalhando de forma multidisciplinar, considerando não somente aspectos físicos e posses, mas também, o bem-estar psicológico, o emocional, o sentimental, o desenvolvimento escolar e ambiental do dependente.

Dentro da psicologia jurídica existem passos que são tomados a partir da solicitação do juiz para a demanda que é apresentada, como no resumo está sendo tratado somente com a atuação em processo da guarda de filhos. O psicólogo, ao receber uma demanda, inicia o processo chamado de Perícia, que envolve avaliação e análise para obter informações relevantes para o caso e consequentemente no contexto judicial.

De acordo com Rovinski (2004, p. 85), a avaliação pericial baseada na noção de competências requer, em primeiro lugar, uma análise da visão da Lei sobre a competência em questão, pois é importante conhecer as consequências jurídicas que determinado ato pressupõe.

A perícia voltada a psicologia tem por nomenclatura Perícia Psicológica, ela é feita por meio de uma solicitação legal pelo (Código de Processo Civil e Código de Processo Penal), e pelo Código de Ética Profissional dos Psicólogos, dispõe o artigo 145 do CPC: Quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico, o juiz será assistido por perito, segundo o disposto no art. 421.

§ 1º. Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário, devidamente inscritos no órgão de classe competente, respeitado o disposto no Capítulo VI, Seção VII, deste Código. (Incluído pela Lei nº 7.270, de 1984).

§ 2º. Os peritos comprovarão sua especialidade na matéria sobre que deverão opinar, mediante certidão do órgão profissional em que estiverem inscritos. (Incluído pela Lei nº 7.270, de 1984).

Discorrendo ainda sobre os instrumentos, a competência parental é a junção de comportamentos que os pais possuem com os filhos para diversos momentos, tais como: cuidados e assumir responsabilidades; alimentação; ideia de respeito; prover cuidados básicos que garantam a sobrevivência saudável dos filhos; controle, orientação, organização, noção de limites e contato com a realidade.

É válido destacar que a atenção do profissional avaliador, no contexto forense, necessita ser redobrada, pois a presença de fenômenos como a simulação e dissimulação são mais frequentes no contexto de avaliação forense. A simulação ocorre quando há o aumento ou o exagero de sintomas e justificativas. Já a dissimulação é o contrário, ou seja, quando uma pessoa tem interesse em esconder sua patologia para atingir determinados objetivos.

Buscando elucidar os elementos pertinentes para o caso da guarda parental, o processo pericial vem trazendo informações iniciais por meio de visitas domiciliares e escolares da criança, pois a partir dos contextos sociais em que o dependente é inserido, pode-se começar a ter uma visão estruturada da sociedade em que a criança vive. As visitas são realizadas em conjunto com a assistência social, pois nesse processo em diversas partes o trabalho será multiprofissional, cada um baseando-se em sua área, mas uma visão de um aspecto pode interferir de forma direta com outras áreas. Após as visitas, os psicólogos passam a utilizar instrumentos e técnicas adicionais para enriquecer ainda mais o processo de avaliação. Isso inclui a realização de entrevistas estruturadas com os progenitores, ou quem estiver no processo da luta pela guarda da criança. Além disso, é importante salientar que a criança também passa por essa entrevista, pois é necessário ouvir sua opinião em relação às novas posições de sua família.

A entrevista com os responsáveis tem como base a percepção da cognição, memória, comportamento e apuração de informações sobre situações ordinárias da vida. Alguns dos pontos citados abaixo entram em questionamento em meio à entrevista: o relacionamento da criança com cada um dos genitores, conforto e cuidado dos genitores com os filhos, presença de fatores de personalidade prejudiciais, identificação da criança com cada um dos genitores, flexibilidade dos genitores, rotina da criança e queixas apresentadas pelos genitores. Nessa entrevista também são

utilizados instrumentos psicológicos que meçam nível intelectual, como proposto por Rovinski (2004, p. 90).

Caso seja necessário, pode-se utilizar o Inventário Fatorial de Personalidade (Casa do Psicólogo, 1997), que oferece a possibilidade de construção de um perfil relacionando os filhos com o cuidado e assistência, afiliação, agressão, ordem, entre outros. Já com a criança, a entrevista visa observar a personalidade do dependente. É importante investigar as possibilidades de um novo conceito familiar e como a dependente pensa e sente cada parte dessa nova etapa. A escuta com o menor demorou muito tempo para ser considerada válida no contexto de perícia psicológica, um dos estudos que auxiliou bastante nesse processo foi o Princípio dos Melhores Interesses das Crianças PMICA. Além disso, instrumentos como desenhos, pinturas e elaboração de histórias têm grandes resultados quando se trata de avaliar fatos e perspectivas com crianças.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em resumo, o presente estudo aborda o papel do psicólogo no contexto jurídico, focando principalmente nos casos de disputa de guarda parental. Isso inclui a utilização de instrumentos e a análise conjunta com a equipe multidisciplinar do progresso escolar, do estado psicológico, do emocional e da visita domiciliar em que a criança está inserida, além disso, entrevistas com a criança em questão e seus genitores, com o objetivo de obter informações sobre o relacionamento entre eles, a rotina familiar, eventuais queixas apresentadas, bem como outros dados relevantes que possam contribuir para embasar determinada ação. Dessa forma, é possível tomar uma decisão final no que diz respeito à problemática em questão. Esses instrumentos são essenciais e, por meio desta pesquisa, torna-se evidente que a decisão não abrange apenas a questão financeira de uma das partes, mas várias vertentes que devem ser cuidadosamente analisadas para tal decisão.

Assim sendo, no contexto do embate pela guarda dos filhos, é de vital importância inserir entrevistas com indivíduos próximos ao sujeito, visando ouvir suas opiniões acerca do comportamento, rotinas e interação, a fim de obter um olhar de uma terceira parte.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Código de Processo Civil, 1973.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1980-1988/17270.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17270.htm). Acesso em 14 de Nov. 2023.
- BRASIL. **Perícia psicológica forense: contextualização e métodos.** Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/61689/pericia-psicologica-forense-contextualizacao-e-metodos.htm>. Acesso em: 12 de nov. 2023
- BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Técnicas para atuação de Psicólogos em Vara da Família.** Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-em-varas-de-familia> 2 ed. Brasília: CFP, 2018, P. 12-21.
- LAGO, V. M.; BANDEIRA, D. R.; As práticas em avaliação psicológica envolvendo disputa de guarda no Brasil. Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 223-234, ago. 2008.
- MENDES, J. A. de A.; ORMEROD, T.; O Princípio dos Melhores Interesses da Criança: Uma Revisão Integrativa de Literatura em Inglês e Português. **Psicologia em Estudo**, v. 24, p. e45021, 2019.
- MOURA, G. C.; COSTA, J. K. N.; LIMA, L. D. de; SOUZA, V. R. de; BARBOSA, Z. C. Avaliação Psicológica No Contexto Das Instituições De Justiça. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS**, v. 3, n. 1, p. 149–166, 2015.
- ROVINSKI, S. L.; CRUZ, R. M. **Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção.** 1. ed. São Paulo. Editora Vetor, 2009, P. 44- 113.
- ROVINSKI, S. L. **Avaliação Psicológica no Contexto Forense.** Editora Artmed. Data da publicação 4 dez 2019.
- SILVA, D. M. P. **Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com direito nas questões de família e infância.** Brasil. Editora Casa do Psicólogo, 2003, p. 32.

## ARTIGO DE REVISÃO

### Atuação da psicologia junto aos povos tradicionais

*Performance of psychology with traditional peoples*

*Actuación de la psicología junto a los pueblos tradicionales*

Ariel Pires de Oliveira<sup>1</sup>, Fernanda Fernandes da Silva<sup>1</sup>, Francisca Elidivania Farias<sup>1,2</sup>, Leonardo Bruno Farias<sup>1</sup>, Jéssica Samy Silva<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,3</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Centro Universitário de Patos - UNIFIP

<sup>3</sup>Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

#### Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho reflete brevemente sobre o posicionamento da Psicologia e sua relação para com os povos e comunidades tradicionais do Brasil e seus desafios para intervir. Trata-se de uma revisão bibliográfica de análise qualitativa, realizada em novembro de 2023 dispondo das Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos(os) com Povos Tradicionais/ Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselhos Regionais de Psicologia (CRP) e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) e valendo-se da plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) buscando como descritores: psicologia, atuação e povos tradicionais, selecionando-se documentos entre 2019 à 2022. E como resultado a reflexão de estudar mais a fundo as características de estilo de vida e rotina para uma execução de práticas psicológicas mais eficazes.

**Palavras-Chave:** Psicologia. Atuação. Povos. Tradicionais.

**Abstract:** This work briefly reflects on the positioning of Psychology and its relationship with the traditional peoples and communities of Brazil and their challenges in intervening. This is a bibliographical review of qualitative analysis, carried out in November 2023, providing Technical References for the Work of Psychologists with Traditional Peoples/Federal Psychology Council (CFP), Regional Psychology Councils (CRP) and Reference Center Technique in Psychology and Public Policies (CREPOP) and using the Scientific Electronic Library Online (SciELO) platform, searching for descriptors: psychology, performance and traditional people, selecting documents between 2019 and 2022. And as a result, the reflection of studying more in-depth lifestyle and routine characteristics to implement more effective psychological practices.

**Keywords:** Psychology. Acting. People. Traditional.

**Resumen:** Este trabajo reflexiona brevemente sobre el posicionamiento de la Psicología y su relación con los pueblos y comunidades tradicionales de Brasil y sus desafíos para intervenir. Se trata de una revisión bibliográfica de análisis cualitativo, realizada en noviembre de 2023, que proporciona Referencias Técnicas para el Trabajo de los Psicólogos con Pueblos Tradicionales/Consejo Federal de Psicología (CFP), Consejos Regionales de Psicología (CRP) y Centro de Referencia Técnica en Psicología y Políticas Públicas ( CREPOP) y utilizando la plataforma Biblioteca Científica Electrónica en Línea (SciELO), buscando descriptores: psicología, performance y gente tradicional, seleccionando documentos entre 2019 y 2022. Y como resultado, la reflexión de estudiar más profundamente las características de estilos de vida y rutinas para implementar prácticas psicológicas más efectivas.

**Palabras clave:** Psicología. Interino. Gente. Tradicional.





## **INTRODUÇÃO**

Segundo o Art. 3º do Decreto nº. 6.040/2007, Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. Dentre eles estão: os povos indígenas, povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana, pantaneiros, caatingueiros, benzedeiros, povos ciganos, extrativistas, andirobeiros, entre outros (Conselho Federal de Psicologia, CFP, 2019).

A Psicologia Brasileira em seu posicionamento institucional enquanto classe profissional, nivela-se aos movimentos teórico-epistemológicos, tal qual com a mesma preocupação como os outros países. Um dos marcos da entrada da Psicologia no campo de Atenção Psicossocial às comunidades indígenas, por exemplo, eleva a uma deliberação do 4ª (quarto) Congresso Nacional de Psicologia de 2001, que propôs ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) uma abordagem estruturada aos povos indígenas (Pizzinato, Guimarães, Leite, 2019). Baseando-se nisso, o CFP (2019) diz:

[...] para pensar a atuação da Psicologia nestes territórios é fundamental considerar as cosmovisões que orientam os modos de vida desses povos, que não se expressam em um tempo linear na ligação com um passado cronológico dado, mas como ancestralidade, enquanto uma categoria viva das experiências coletivas compartilhadas por seus antepassados (CFP, 2019).

Assim, cabe o exercício da ciência e profissão das(os) psicólogas(os) relacionar-se a história desses povos na construção do Brasil em sua essência, dispondo de suas agências, seus fundamentos e suas lutas sociais, com o propósito de poder conhecer inclusive suas questões, aflições, necessidades, meios de cuidar de si e da coletividade, das afeições, da religiosidade, em síntese, suas demandas (CFP, 2019).

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão bibliográfica com análise qualitativa, sendo este, um procedimento metodológico importante na elaboração da prática científica competente para gerar, particularmente em temas pouco examinados, a pressuposição de hipóteses ou exposições que servirão de base para outras pesquisas (Lima; Mioto, 2007). Assim, a pesquisa foi realizada dispondo da cartilha intitulada:



Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) com Povos Tradicionais do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) publicada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP)/Conselhos Regionais de Psicologia (CRP).

Seguidamente, valendo-se da plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e buscando como descritores: “psicologia” AND “povos tradicionais” AND “atuação do psicólogo”, foram selecionados documentos entre 2007 à 2022 com enfoque na área da saúde, psicologia e pontos de vista das comunidades tradicionais, elementos necessários para a composição no que se referencia na atuação dos psicólogos junto as comunidades, bem como o objetivo de construir mais conhecimento e propagação do tema no meio científico, principalmente no âmbito da psicologia social.

## **DESENVOLVIMENTO**

A *priori*, existe a importância de ressaltar o entendimento do fato de que cada povo possui marcado em sua cosmologia uma forma de constituir-se no mundo. Sendo assim, há um caminho para reparar as configurações de conhecimento sociológico, psicológico, científico, técnico e político dentre os demais, visando uma atuação da psicologia centrada no valor criativo efetivo nas intervenções sendo esperado que ela atente a construção baseada nas experiências dialogadas conjuntamente (Lopes; Sathler, 2022).

A intersecção entre a psicologia e as configurações de conhecimento em comunidades indígenas, por exemplo, oferece uma perspectiva fascinante acerca da formação cognitiva com destaque nas influências culturais, características sociais e elementos pessoais. Na psicologia, a identidade cultural desempenha um papel fundamental. Indivíduos que se caracterizam através de sua cultura ou forma de criação social, estão muitas vezes relacionados ao conceito de identidade cultural. Dessa forma, a psicologia realiza a exploração de como as influências culturais moldam a percepção de si mesmo e dos outros, bem como os processos cognitivos, emocionais e comportamentais (CFP, 2019).

A compreensão da forma como a identidade cultural se manifesta é crucial para os profissionais que buscam promover uma abordagem sensível as diversidades culturais em suas práticas. Isso inclui reconhecer como as experiências culturais afetam a formação da identidade individual e coletiva, influenciando a saúde mental e o bem-estar emocional (CFP, 2019).



As(os) psicólogas(os) devem deslocar seu fazer enraizado em uma racionalidade instrumental tecnicista centrada no indivíduo, para ações que vislumbram as experiências coletivas e as singularidades de saberes que se expressam no cotidiano destas comunidades. Para tal atuação, as(os) psicólogas(os) devem reconhecer as limitações da Psicologia diante da diversidade de conhecimentos e modos de compreensão do mundo presentes nas comunidades tradicionais; e sobre estas limitações promover alianças capazes de inventar fazeres que são produzidos a partir das experiências com e nas comunidades (CFP, 2019, p. 86).

A valorização dos laços com a ancestralidade e a tradição cultural dos povos tradicionais é fundamental para compreender e abordar as complexidades de suas experiências. Esse enfoque não apenas demonstra respeito pela riqueza de suas heranças, mas também realça a resistência contra as pressões que poderiam apagar ou marginalizar suas identidades (Pizzinato; Guimarães; Leite, 2019).

Outro aspecto a se destacar, está na esfera das políticas públicas, em que erguem demandas no âmbito da saúde, da educação e da requisição por direitos humanos indispensáveis. Portanto, assumindo uma postura ativa, a psicologia provê apoio em cenários de crise, conflito social e discriminação, fomentando a participação cívica capacitando os indivíduos a se engajarem nas questões sociais e políticas que delineiam suas trajetórias (Pizzinato; Guimarães; Leite, 2019). “Cabe aos psicólogos, portanto, compreender as especificidades desses contextos, as possibilidades e limites das psicologias, em sua diversidade produzirem caminhos colaborativos de construção de conhecimento e atuação profissional” (Pizzinato; Guimarães; Leite, 2019, p. 4).

Notavelmente, muitos povos tradicionais enfrentam desafios significativos na luta pelos seus direitos, frequentemente encontrando invalidação em suas reivindicações. Este cenário demanda uma abordagem psicológica com mais sensibilidade e engajada para compreender e enfrentar as complexidades emocionais e sociais inerentes a essas experiências (Pizzinato; Guimarães; Leite, 2019).

Precisam considerar tal direito aos povos e às comunidades tradicionais. Considerar a história das organizações de suas comunas; insurreições e conjuras; agências de cuidar de si; da manutenção de sua cultura e saberes; dos recursos de autovalorização e de criação de instância de pertencimento; de assunção e de reconhecimento de si mesmo, promoção de solidariedade, saúde, espiritualidade e religiosidade, são condições importantes para firmar nossas alianças ético-políticas com esses povos (CFP, 2019, p. 83).

A psicologia junto a política pública, deve buscar elaborar uma abordagem holística que não apenas aborde as consequências emocionais, como também as causas subjacentes das tendenciosidades e exclusão social contribuindo para uma luta mais significativa e abrangente (Lopes;



Sathler, 2022). Posto isto, uma configuração em que a psicologia consegue contribuir está associado a desconstrução de estigmas envolvendo esses povos.

As comunidades tradicionais, particularmente as indígenas, confrontam desafios substanciais decorrentes da história da colonização, resultando em uma notável perda de seus territórios que continua a ser um ponto central nas lutas enfrentadas por esses povos. Devido a isso, a falta de reconhecimento do território, traz várias problemáticas para os povos tradicionais, como a perda de autonomia afetando não só a vida prática, mas também a saúde emocional e espiritual. Assim, é imprescindível produzir formas lidar com essa falta de reconhecimento para garantir um futuro mais estável e equilibrado para esses povos e sua descendência (CFP, 2019).

O corpo e o território se apresentam como dimensões que são reativadas à psicologia, ao nos encontrarmos com as comunidades e povos tradicionais. Não há conhecimento sem-terra, não há vida sem corpo. A psicologia até pode teatralizar-se de forma rígida, eurocentrada e letárgica, porém, para ir ao encontro das comunidades, ela deve ser capaz de trilhar o olhar sensível à vida e (in)corporar viveres comunitários desses territórios espoliados, colonizados e aprisionados ao controle moderno/colonial (Fernandes; Gonçalves; Silva, 2022).

A opressão eurocêntrica se destaca como uma característica marcante na vivência dos povos tradicionais. Neste contexto, é possível explorar os padrões persistentes que marginalizam, subjugam e perpetuam a violência estrutural nessas comunidades, destacando também a luta adicional travada no cenário político, onde a negação sistemática de direitos é intensificada, exacerbando ainda mais os desafios enfrentados pelos povos tradicionais (Fernandes; Gonçalves; Silva, 2022).

Baseando-se nessa demanda, urge que a psicologia se guie por princípios democráticos com a finalidade de lutar pela validação dos direitos primordiais, pelo reconhecimento dos costumes, pela reencarnação das cosmovisões e pelo domínio territorial dos povos tradicionais. Num país conduzido historicamente pela disposição do extrativismo, acúmulo de terras, racismo e patriarcado, disputar por direitos aos povos tradicionais exhibe uma maneira de fortificar uma proposta de mundo (Fernandes; Gonçalves; Silva, 2022).

Não há democracia sem os povos tradicionais, pois democracia sem eles é sinônimo do avanço do extrativismo, da exploração, da degradação da vida terrestre, do progresso e do desenvolvimentismo neoliberal. Os povos tradicionais clamam por outra democracia, em que a natureza possa ser ouvida, na formação de um projeto democrático que dê voz à terra e aos entes terrestres que nela habitam (Latour, 2019 apud Fernandes; Gonçalves; Silva, 2022)



A singularidade de cada povo solicita um avanço no cuidado integral, procurando minimizar as fragilidades desses povos, elaborando assim, um papel indispensável da psicologia CFP (2019).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Torna-se imprescindível o papel da psicologia no âmbito, estudo e intervenção precisa benéfica direcionada aos povos e comunidades tradicionais, em que, historicamente sofreram da colonização e do elitismo imposto à seus costumes e tradições, com a escuta qualificada e estudo do meio, bem como os aspectos políticos, sociais, econômicos e religiosos e agir de modo anticolonial e antirracista.

Estudos acerca do tema escolhido são de fato em menor número, embora esteja crescendo a medida do tempo em que se é dialogado na atualidade. Um olhar especificado, delicado e empático é um dos pilares necessários para profissionais da área da Psicologia, bem como pesquisa, ações, instrumentos e intervenções.

## **REFERÊNCIAS**

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) com povos tradicionais**. 1 ed. Brasília: CFP, 2019. 128 p.

FERNANDES, S. L.; GONÇALVES, B. S.; SILVA, L. S. P. Psicologia, Povos Tradicionais e Perspectivas De(s)coloniais: Caminho para Outra Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-14, 2022.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007.

LOPES D. C.; SATHLER, C. N. O Papel da(o) Psicóloga(o) na Saúde Indígena. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-15, 2022.

PIZZINATO, A.; GUIMARÃES, D. S.; LEITE, J. P. Psicologia, Povos e Comunidades Tradicionais e Diversidade Etnocultural. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, p. 3-8, 2019.



## ARTIGO DE REVISÃO

### Atuação dos profissionais de psicologia nos serviços de saúde mental frente a comunidade LGBTQIA+

*Roles of psychology professionals in mental health services for the LGBTQIA+ community*

*Rol de los profesionales de la psicología en los servicios de salud mental para la comunidad LGBTQIA+.*

Hugo Usley Duarte Ribeiro<sup>1</sup>, Zuingle Bezerra Lima Neto<sup>1</sup>, Francisca Elidivania Farias<sup>1,2</sup>, Lorraine Lacerda Leite<sup>1</sup>, Jéssica Samy Silva<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,3</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Centro Universitário de Patos - UNIFIP

<sup>3</sup>Universidade Estadual Paraíba – UEPB

#### Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** O papel dos psicólogos nos serviços de saúde mental voltados para a comunidade LGBTQIA+ (termo acrônimo que representa uma diversidade de identidades sexuais e de gênero) é crucial para promover o bem-estar psicológico e superar os desafios específicos que esse grupo enfrenta. Orientações úteis para práticas inclusivas e culturalmente adequadas são fornecidas por pesquisas e referências técnicas, como as do CREPOP. A compreensão das experiências únicas dessa comunidade requer a sensibilidade desses profissionais, abordando temas como discriminação, estigma, identidade de gênero e orientação sexual. É de extrema importância a combinação de abordagens clínicas e políticas para enfrentar desafios sistêmicos, ajudando a criar ambientes mais acolhedores e acessíveis para a saúde mental da comunidade LGBTQIA+. O presente trabalho discute a relevância dessa atuação abrangente e apresenta diretrizes essenciais para profissionais dedicados ao bem-estar dessa população.

**Palavras-Chave:** Psicologia. LGBTQIA+. Terapia. Políticas Públicas. Saúde

**Abstract:** The role of psychologists in mental health services aimed at the LGBTQIA+ community is crucial for promoting psychological well-being and overcoming specific challenges faced by this group. Useful guidelines for inclusive and culturally appropriate practices are provided by research and technical references, such as those from CREPOP. Understanding the unique experiences of this community requires sensitivity from these professionals, addressing issues such as discrimination, stigma, gender identity, and sexual orientation. The combination of clinical and policy approaches is of utmost importance to address systemic challenges, helping to create more welcoming and accessible environments for the mental health of the LGBTQIA+ community. This paper discusses the relevance of this comprehensive approach and presents essential guidelines for professionals dedicated to the well-being of this population.

**Keywords:** Psychology. LGBTQIA+. Therapy. Public Policies. Health

**Resumen:** El papel de los psicólogos en los servicios de salud mental dirigidos a la comunidad LGBTQIA+ es crucial para promover el bienestar psicológico y superar los desafíos específicos que enfrenta este grupo. Las directrices útiles para prácticas inclusivas y culturalmente apropiadas son proporcionadas por investigaciones y referencias técnicas, como las de CREPOP. Comprender las experiencias únicas de esta comunidad requiere sensibilidad por parte de estos profesionales, abordando temas como la discriminación, el estigma, la identidad de género y la orientación sexual. La combinación de enfoques clínicos y políticos es de suma importancia para abordar desafíos sistémicos, ayudando a crear entornos más acogedores y accesibles para la salud mental de la comunidad LGBTQIA+. Este trabajo discute la relevancia de esta enfoque integral y presenta pautas esenciales para los profesionales dedicados al bienestar de esta población.

**Palabras clave:** Psicología. LGBTQIA+. Terapia. Políticas Públicas. Salud.

## **INTRODUÇÃO**

A discussão acerca do papel desempenhado pelos profissionais da psicologia nos serviços de saúde mental voltados para a comunidade LGBTQIA+ é de vital importância para a psicologia enquanto disciplina científica e campo profissional. A abordagem dos fenômenos psicológicos demanda uma análise aprofundada das relações sociais que foram historicamente construídas.

A atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues transcende a compreensão individualizada do sujeito, uma vez que está intrinsecamente ligada à objetividade e materialidade vivenciadas nos contextos sociais (CFP, 2023). Enxergar a sexualidade e a diversidade sexual como construções sociais implica reconhecer que são moldadas e influenciadas em um campo tensional de práticas e discursos múltiplos, contingentes aos momentos históricos e organizadas a partir de diferentes campos de inteligibilidade.

O objetivo desta reflexão é esclarecer de maneira abrangente que as pessoas LGBTQIA+ têm o direito e a necessidade de usufruir plenamente da rede de serviços disponibilizada à sociedade em geral, incluindo aqueles onde a psicologia desempenha um papel crucial. Contudo, diante das violações e violências específicas enfrentadas por essa comunidade, torna-se imperativo estabelecer serviços e abordagens que visibilizem e guiem situações de magnitude significativa (CFP, 2023).

A expressão "diversidade sexual" é empregada para abranger as distintas orientações sexuais e expressões de gênero que se desviam da norma heterossexual, e que são comumente representadas pela sigla LGBTQIA+. Este termo engloba as diversas possibilidades de vivências e identidades presentes nesse espectro.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão bibliográfica que versa sobre a população LGBTQIA+ e o grupo de estudo abrange todas as pessoas dessa comunidade e a discriminação que sofrem, o estudo pretende levar em consideração os constructos de identidade de gênero e sexualidade e como eles permeiam no âmbito psicológico (Melo; Morato 2022). O presente tema foi escolhido levando em consideração a vivência e o dia-a-dia das pessoas da comunidade no Brasil, ambiente onde encontram certa hostilidade pelo simples motivo de serem considerados “diferentes”, exclusão essa que prejudica bastante o estado emocional. O papel do psicólogo com essas pessoas se mostra importante assim

como qualquer outra que se encontra em um processo de sofrimento emocional, porém, a situação e contexto onde as aqueles que são LGBTQIA+ se encontram se mostram diferentes de pessoas heteronormativas.

Portanto, foram utilizados e citados no presente estudo, 4 artigos recentes em português que abordaram sobre o tema de forma clara e coesa, sendo estes, direcionados a pessoas LGBTQIA+ e profissionais que fazem parte do grupo ou que atendem às demandas das mesmas, assim como também foram utilizadas, resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP). As informações e dados coletados dos artigos aqui citados foram publicados nos últimos 6 a 7 anos e todos estes possuem ligação e relevância direta com o tema e quaisquer artigos ou trabalhos que não apresentassem palavras chaves como “Comunidade LGBTQIA+ e Psicologia” não foram utilizados. Foram utilizadas plataformas como LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e a cartilha disponibilizada pelo Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Federais de Psicologia e pelo CREPOP (Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas).

## **DESENVOLVIMENTO**

O caminho de atendimento psicológico à população LGBTQIA+ deve percorrer uma perspectiva de acolhimento ao sofrimento do sujeito e uma escuta de fortalecimento da sua singularidade identitária de gênero e/ou orientação sexual, um olhar que possa contribuir com reflexões e intervenções sobre alguns aspectos que podem interferir de maneira substancial no processo de saúde da população LGBTQIA+ (CFP, 2023). A perspectiva psicológica nesse contexto pode contribuir para reflexões e intervenções que considerem os desafios específicos enfrentados pela população LGBTQIA+, como discriminação, estigmatização e questões de identidade. A importância de um olhar sensível se reflete na promoção da saúde mental, mitigando os impactos negativos dessas experiências. Desde o final do século XIX, quando a Psicologia foi concebida como ciência, as práticas sexuais entre pessoas do mesmo gênero já eram vistas como patologia pela ciência médica (Teixeira, 2011a).

Contudo, a Psicologia participou ativamente da patologização das sexualidades dissidentes, oferecendo um aporte fundamental por meio da produção de conhecimentos, imposição de diagnósticos e proposição de tratamentos. Associada aos entendimentos moralistas da época, assumiu

a matriz heterossexual como essencial, natural e normal, e fundamentou variadas propostas terapêuticas, no intuito de reorientar a sexualidade de pessoas da homossexualidade para a heterossexualidade (Gimenes; Vieira, 2012).

Neste contexto, a Psicologia vem sendo influenciada, questionada pelos movimentos sociais e, ao menos em parte, transformada. Em contraposição à patologização, a partir da década de 1990, ganharam força leituras e posicionamentos profissionais anti-discriminatórios, como aqueles consolidados pela Resolução 001/99 (Resolução CFP n. 1, 1999), que estabelece normas para a atuação de profissionais de Psicologia junto às pessoas LGBT; pela nota técnica sobre o processo transexualizador (CPF, 2013), que instrui o papel desse profissional durante o processo; e pela Resolução no 01/2018 (Resolução CFP n. 1, 2018), que impede o uso de técnicas psicológicas para manter ou reforçar a discriminação e preconceito contra pessoas LGBT (CFP, 2023).

Ao abordar o atendimento psicológico à população LGBTQIA+, é crucial compreender os princípios da teoria do estresse de minoria, desenvolvida por Ilan Meyer. Essa teoria destaca que as minorias sexuais e de gênero enfrentam estressores únicos relacionados à sua identidade, como discriminação, preconceito e o processo de "outing" (revelação da orientação sexual ou identidade de gênero).

A psicologia LGBTQIA+ também se beneficia de uma perspectiva afirmativa, que se concentra nos aspectos positivos da identidade desses indivíduos, promovendo resiliência e auto aceitação. Isso implica reconhecer e celebrar as diversas expressões de gênero e orientações sexuais, contribuindo para um ambiente terapêutico mais inclusivo.

Além disso, as diretrizes éticas da APA destacam a importância da competência cultural e sensibilidade às questões de diversidade sexual e de gênero. Isso envolve respeitar o uso adequado de pronomes, compreender as diferentes experiências vividas pelos clientes LGBTQIA+ e adaptar as abordagens terapêuticas de acordo.

Ao integrar esses elementos, os profissionais de psicologia podem desempenhar um papel crucial no fortalecimento emocional da população LGBTQIA+, oferecendo um suporte que reconhece e valida suas experiências, enquanto também aborda os fatores de estresse específicos associados à sua identidade de gênero ou orientação sexual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto, a compreensão e aplicação de abordagens psicológicas sensíveis são fundamentais no atendimento à população LGBTQIA+. O reconhecimento da história da psicologia em relação às sexualidades dissidentes, a evolução das práticas profissionais, e a importância de diretrizes éticas e teorias como a do estresse de minoria e a perspectiva afirmativa são aspectos cruciais.

Os pontos-chave destacam a necessidade de um olhar não patologizante, promovendo resiliência e autoaceitação. A Resolução 001/99 e outras diretrizes do CFP representam avanços, mas a contínua sensibilização e atualização dos profissionais são cruciais. A competência cultural e a adaptação das abordagens terapêuticas são alicerces éticos na promoção da saúde mental. Sugere-se para futuras pesquisas aprofundar a eficácia de intervenções afirmativas, explorar os impactos da discriminação internalizada e aprimorar estratégias de suporte emocional. Além disso, a análise da interseccionalidade, considerando diferentes identidades dentro da comunidade LGBTQIA+, pode enriquecer ainda mais as práticas de atendimento psicológico.

## REFERÊNCIAS

ANZOLIN, B.; MOSCHETA, M.S. Sentidos sobre Diversidade Sexual e o Trabalho de Psicólogas na Atenção Básica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.39, n.spe 3, 2019, p.1-16. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003228644>

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans**. Brasília, DF: 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília/DF (61) 2109-0107 /Correio eletrônico: [ascom@cfp.org.br](mailto:ascom@cfp.org.br) /[www.cfp.org.br](http://www.cfp.org.br) Impresso no Brasil

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 001/99**. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acesso em: 17 nov. 2023

GIMENES, A. P.; VIEIRA, T. R. Homoafetividade: De sodoma ao STF. In T. R. Vieira (Org.), **Minorias sexuais: Direitos e preconceitos** (pp. 141-164). Brasília, DF: 2012, Consulex.





MELO, J. B.; MORATO, H. T. P. Discurso psicológico e população LGBTI: endereçamentos de uma ação clínica e política. **Psicologia USP**, v.33, e190133, 2022. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e190133>]

TEIXEIRA, F. S. FILHO. Apontamentos para uma psicologia contra- homófobica. **In** Conselho Federal de Psicologia - CFP (Org), Psicologia e diversidade sexual: Desafios para uma sociedade de direitos (pp. 49-66). Brasília, DF: 2011a.



## ARTIGO DE REVISÃO

### Desconstruindo o papel assistencialista do psicólogo no CRAS

*Deconstructing the welfare-oriented role of the psychologist in the CRAS*

*Desconstruyendo el rol asistencial del psicólogo en CRAS*

Maria Rita de Cássia Duarte da Silva<sup>1</sup>, Layza Nycholle de Souza Coura<sup>1</sup>, Ana Karla Alves Agripino<sup>2</sup>  
Jéssica Samy Silva<sup>1</sup>, Willey Pereira Dos Santos<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,3</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Centro Universitário de Patos - UNIFIP

<sup>3</sup>Universidade Estadual Paraíba – UEPB

#### Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** Através dos anos a atuação do psicólogo nas áreas de promoção da saúde e do bem estar social se tornou indispensável, por isso, cada dia mais são abertos debates acerca do melhor modelo de atuação a ser implementado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com isso, o estudo objetiva abordar a prática de atuação assistencialista herdada historicamente e culturalmente pelos profissionais da área comunitária, que ainda hoje se faz presente em muitos centros de atendimento especializado, prejudicando a atuação dos profissionais da psicologia e dificultando o desenvolvimento da autonomia e bem-estar dos usuários desse serviço. Ademais, a pesquisa foi realizada através dos três modelos de pesquisa: método exploratório, documental e de revisão bibliográfica, utilizando como principais fontes de pesquisa a cartilha do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP e as resoluções do Conselho Federal de Psicologia – CFP, além de matérias da Biblioteca Eletrônica Científica Online, da Biblioteca Virtual da Saúde e livros da Biblioteca Universitária da Faculdade São Francisco da Paraíba, estes serviram de base para desmistificar a prática do psicólogo no CRAS, tal qual, dar luz a um problema invisível para muitos profissionais da psicologia.

**Palavras-Chave:** Psicologia. Atuação do psicólogo. Assistencialismo. CRAS. Desafios.

**Abstract:** Throughout the years, the role of psychologists in promoting health and social well-being has become indispensable. Consequently, there are increasing debates about the best model of operation to be implemented in the Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). The study aims to address the historically and culturally inherited assistentialist practice among professionals in the community field, still present in many specialized care centers. This practice undermines the work of psychologists and hampers the development of autonomy and well-being among service users. Moreover, the research encompassed three research models: exploratory, documentary, and bibliographic review, utilizing key sources such as the handbook from the Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) and resolutions from the Conselho Federal de Psicologia (CFP). Additionally, materials from the Online Scientific Electronic Library, the Virtual Health Library, and books from the University Library of Faculdade São Francisco da Paraíba served as a foundation to demystify the psychologist's practice within the CRAS, shedding light on an issue often unseen by many psychology professionals.

**Keywords:** Psychology. Psychologist's role. CRAS. Welfare.

**Resumen:** A lo largo de los años, el rol del psicólogo en la promoción de la salud y el bienestar social se ha vuelto indispensable. Como resultado, cada vez se abren más debates sobre el mejor modelo de actuación a implementar en los Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). El estudio tiene como objetivo abordar la práctica asistencialista heredada histórica y culturalmente por parte de los profesionales del ámbito comunitario, la cual aún está presente en muchos centros de atención especializada, perjudicando la labor de los psicólogos y obstaculizando el desarrollo de la autonomía y el bienestar de los usuarios de este servicio. Además, la investigación se llevó a cabo utilizando tres modelos de investigación: exploratorio, documental y de revisión bibliográfica, utilizando como fuentes principales la guía del



Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) y las resoluciones del Conselho Federal de Psicologia (CFP), así como materiales de la Biblioteca Electrónica Científica Online, la Biblioteca Virtual de la Salud y libros de la Biblioteca Universitaria de la Facultad São Francisco da Paraíba. Estos sirvieron como base para desmitificar la práctica del psicólogo en el CRAS, arrojando luz sobre un problema invisible para muchos profesionales de la psicología.

**Palabras clave:** Psicología. El papel del psicólogo. Asistencialismo. CRAS. Desafíos.

## INTRODUÇÃO

A importância da atuação do psicólogo nos Centros de Referências de Assistência Social-CRAS na atualidade é inegável, entretanto, não é segredo que, ainda existem barreiras que limitam o poder de atuação destes profissionais, como a alta demanda, a falta de recursos financeiros, a falta de conhecimento populacional acerca dos serviços psicológicos, além da dualidade a respeito de como esse trabalho deve ser realizado. Com isso, o presente trabalho busca dialogar sobre os deveres do profissional da psicologia e desmistificar a atuação assistencialista, presentes em muitos Centros destinados a assistir à população mais carente.

De acordo com Yamamoto (2007 *apud* Silva, 2011), inserir o psicólogo no CRAS, foi o primeiro passo para transformar a atuação do psicólogo, o afastando de um olhar clínico para uma visão social e comunitária. Isso, contribuiu para que a psicologia se tornasse uma área de interesse das Políticas Públicas, tendo investida a promoção de saúde e bem-estar e a possibilidade de atuação no campo social e de saúde, além da possível criação de vínculo, acolhimento e promoção de informação e autonomia do indivíduo.

Ao relembrar as origens sócio culturais brasileiras desde o ano de 1500 é possível chegar à conclusão de que muitos profissionais tomaram para si uma conduta assistencialista, iniciando essa prática com os jesuítas que tinham como missão catequizar e cuidar dos indígenas que resistiram a invasão de Portugal, e permanecendo até os dias de hoje, nos profissionais que trabalham com as populações mais vulneráveis como, por exemplo, psicólogos, professores, enfermeiros e assistentes sociais, que muitas vezes por falta de conhecimento ou desvalorização profissional, acabam tomando para si responsabilidades maiores do que os cargos que ocupam. Sendo assim, faz-se necessária a reflexão sobre a atuação do psicólogo no CRAS, tal qual, a necessidade de política públicas que assegurem a profissão.



## **METODOLOGIA**

Para obter respostas acerca da discussão apresentada neste trabalho, foi realizado a escolha de três métodos de pesquisa: o método de pesquisa exploratório, que segundo Gil (2019), seria o primeiro passo de uma pesquisa, pois, permite o esclarecimento, o desenvolvimento e a modificação de conceitos prévios ou mal infundados de um assunto pouco discutido ou pesquisado, no qual, utiliza-se de materiais bibliográficos, resultando em um problema mais esclarecido, passível de uma investigação mais centrada e sistematizada do assunto de pesquisa.

Em seguida, foi utilizado a pesquisa documental, que engloba todos os materiais de fonte primárias, tais quais, órgãos governamentais, relatórios ou jornais. Em específico, foi utilizado como fontes primárias a cartilha do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas - CREPOP e as resoluções do Conselho Federal de Psicologia - CFP. Aliado aos dois métodos de pesquisa anteriores, temos a metodologia de revisão bibliográfica, cuja finalidade é apresentar ao escritor todos os materiais disponíveis sobre o tema de pesquisa e assim permitir que ele faça paralelo entre as pesquisas, definindo assim a melhor direção para a pesquisa (Lakatos; Marconi, 2022).

Além dos materiais citados anteriormente, foram utilizados como instrumentos de pesquisa artigos da Biblioteca Eletrônica Científica Online, da Biblioteca Virtual da Saúde e livros da Biblioteca Universitária da Faculdade São Francisco da Paraíba. Os dados coletados fizeram a pesquisa ter caráter qualitativa, visando analisar as dificuldades encontradas pelos psicólogos que trabalham no CRAS ao se deparar com a prática de atendimento assistencialista muitas vezes impostas pela sociedade e até mesmo pela formação deste profissional. Essa combinação de métodos, técnicas e instrumentos de pesquisa proporcionou base para o presente resumo, além da análise dos resultados obtidos durante a pesquisa.

## **DESENVOLVIMENTO**

Antes de entender a atuação do psicólogo no CRAS, é necessário compreender o contexto histórico social, em que se desenvolveu a psicologia social como se conhece atualmente. Este processo da psicologia social e comunitária surge a partir de Willian Wundt, com a construção da Psicologia Experimental, após este surge a metafísica científica, por último a construção de uma Psicologia Social. Apesar da psicologia social ter sido criada na Europa, ela ganha forças nos Estado



Unidos, pois por volta da década de 1930, quando pesquisadores, cientistas e psicólogos da Europa, vão para os Estados Unidos da América (EUA), fazendo-se assim, com que a psicologia social fosse lá desenvolvida.

Os primeiros exemplos de psicologia comunitária, primeiro foi realizado em Viena, que fundou técnicas psicodramáticas. Após isto foram criados centros de higiene social por Reich, logo após o mesmo também criou os Alcoólicos Anônimos (AA), que nos dias atuais ainda é um grande sucesso. Na América Latina, se originou nos sindicatos urbanos e dos camponeses, que estavam ligados à saúde mental, iniciando-se primeiro na área clínica, para depois abranger o campo nos outros setores (Silva; Corgozinho, 2011).

O psicólogo alemão Kurt Lewin, conhecido como o “pai da psicologia social”, a partir de suas pesquisas, dividiu o processo terapêutico, em três processos: o primeiro seria o “degelo”, no qual, o paciente rompe com seus valores e padrões de comportamento já estabelecidos, em seguida, viria a fase de “movimento”, responsável pela mudança de atitudes e valores, por fim, ocorreria o “congelamento”, onde o indivíduo estabelece para si, novos valores e comportamentos (Lewin *apud* Pasqualini, 2021).

Segundo Lauriano (2011), a psicologia comunitária ou social surge no Brasil, após a ditadura militar, período de regime político, marcado pela restrição à liberdade, censura, e violência/repressão dos militares aos direitos da população em geral, em razão disso, a sociedade brasileira se vê fragilizada, tendo seus direitos básicos desrespeitados, além da exclusão daqueles que estavam a margem social. Novamente às ciências sociais e humanas, entram de forma voluntária, com o propósito de acolher e amenizar as dores das famílias vulneráveis e desfavorecidas, essas atividades eram desenvolvidas muitas vezes nas universidades.

Apesar dos trabalhos desenvolvidos pela comunidade, foi apenas no ano de 1964 que a psicologia se tornou reconhecida como uma ciência humana, quando a Associação Brasileira de Psicologia - ABRASPO, (2016), trouxe consigo um ideal de uma psicologia crítica e comunitária, focada no sujeito, sem esquecer de analisar o contexto em que o indivíduo está inserido ou suas relações interpessoais. A partir disto, a Psicologia Social Comunitária surge como uma nova área de atuação do psicólogo, focada em ações para prevenção de riscos, promoção a saúde, proteção e reabilitação, vendo a comunidade como um instrumento social que pode vir a ser transformado, tal qual o sujeito que nela habita.





Com o fim da ditadura militar e a prática de assistencialismo para auxiliar aqueles que precisavam de apoio do psicólogo, a atuação do psicólogo passa a conquistar avanços, como a remuneração do trabalho da psicologia comunitária. Fazendo assim, de acordo com Lauriano (2011), que o psicólogo pudesse exercer sua profissão em órgãos que estão diretamente ligados a famílias, adolescentes e crianças, focado no bem-estar social.

O CRAS, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (2010) *apud* Lauriano (2011), é uma unidade pública criada e construída em comunidades que apresentem dificuldades financeiras, tendo como foco principal a assistência social. Ademais, deve ser formado por uma equipe interdisciplinar, que tem como função identificar as necessidades populacionais, assim, deve acolher às famílias em vulnerabilidade, incluindo-as nas atividades realizadas e quando necessário realizar a orientação e o encaminhamento destas pessoas aos órgãos responsáveis em lidar com tais fragilidades encontradas. Trata-se de uma política pública, que aumenta e promove ações sociais no país, como vínculos familiares e da comunidade (Lauriano, 2011).

Quando se fala da prática assistencialista no Brasil, é impossível não relembrar o papel dos Jesuítas que vieram para o país no período colonial, já que esse foi o primeiro relato da caridade e do cuidado a pessoas em vulnerabilidade, segundo Lauriano, 2011, a igreja, trouxe a ideia de filantropia, na qual a caridade é relacionada a extrema bondade, fazendo com que as pessoas acabem não diferenciando o auxílio de seus direitos. Essa conduta de auxílio perdurou por séculos até a expulsão dos jesuítas, entretanto, esse modelo de atuação não se encerrou e prejudica as conquistas de políticas públicas, além da prática de muitos profissionais até os dias de hoje.

Por isso, a implementação de políticas públicas da atuação do psicólogo na assistência social do Brasil, na constituição de 1988, foi um grande avanço, mesmo que ainda se tenha diversas críticas que visem uma melhora na visão da atuação do profissional da psicologia. (Yamamoto; Oliveira, 2010). Para Solo *et al.* (2022) psicologia é uma profissão, que está inserida nos mais diversos campos de pesquisa e conhecimento, como, por exemplo, o campo escolar, o social, o hospitalar, o clínico, dentre outros. Porém, o campo em questão a ser debatido, é área da Assistência Social, na qual, a psicologia foi inserida entre os anos de 2004 e 2005, quando a Política Nacional de Assistência Social - PNAS foram implantadas e o Sistema Único de Saúde de Assistência Social - SUAS, foi fundado. A partir disto, começaram a ser discutidas a necessidade e as formas de atuação do psicólogo dentro desta área.



De acordo com o CREPOP (2008), tanto o planejamento como a execução dos serviços de assistência social é constituído pela responsabilidade de uma equipe multiprofissional. A quantidade e os tipos de profissões dentro de um CRAS, deve variar pelo tamanho da cidade que está localizado. De acordo com a resolução CNAS nº 17, de 20 de junho de 2011, o CRAS seria composto por assistentes sociais e psicólogos, porém a depender da gestão do município e do Distrito Federal, podem ocorrer a contratação de outros profissionais das mais diversas áreas, como, fonoaudiólogos, pedagogos, fisioterapeutas, educadores físicos, enfermeiro e etc.

Por se tratar de um órgão público, existem no CRAS protocolos a serem seguidos pelos profissionais que lá atendem. O primeiro protocolo seria o atendimento pelo recepcionista, responsável pela coleta de informações dos dados pessoais da pessoa a ser atendida, além da marcação do dia de horário que ocorrerá a acolhida pelo psicólogo, no qual, ocorrerá a triagem, o primeiro momento de entrevista psicológica ao usuário (a) ou da família com o profissional, esse atendimento individual, garante o entendimento da demanda, além da garantia de seu direito de entrar nas redes de serviço socioassistenciais e se necessário encaminhamento para outras políticas públicas e os serviços que compõe a rede assistencial. (CREPOP, 2008).

A escuta qualificada busca apreender as dimensões envolvidas nesse processo, tanto materiais, culturais como psicológicas e relacionais, para definir, de acordo com as necessidades, demandas e participação ativa das(os) usuárias(os), uma abordagem para a questão apresentada. Deve ser pautada nos princípios do diálogo, da participação e da autonomia das famílias. As posturas assistencialistas e tutelares que culpabilizam e intimidam as famílias devem ser totalmente afastadas. Deve-se procurar compreender as relações entre as vulnerabilidades e as condições de vida, respeitando a capacidade dos sujeitos de se perceberem, refletirem sobre suas questões e tomarem decisões para o seu enfrentamento (BRASIL; MDS, 2012 *apud* CREPOP, 2008, p. 106).

A atuação do psicólogo no CRAS na atualidade, é marcada por desafios urgentes e de lenta resolução, por se tratar de um órgão público que dispõe de funcionalidades diversas para um público amplo, é comum se deparar com um cenário de profissionais sobrecarregado, assim, como locais com deficiências de infraestrutura física e tecnológica. Ademais, o número reduzido de profissionais adequados para o atendimento das altas demandas que esses lugares recebem, consequentemente, prejudicam a qualidade da atuação dos profissionais que lá atuam.

Apesar dos diversos materiais de referência da atuação do psicólogo no CRAS, como o CREPOP (2021), que diz que a atuação do psicólogo deve acontecer de maneira a acolher as pessoas em vulnerabilidade social e valorizar as dinâmicas em grupos, priorizando o desenvolvimento da



autonomia e bem-estar da população, muitos profissionais ainda parecem perdidos e desorientados quando questionados sobre a eficácia do modelo de atendimento. Como é o caso dos autores Solon et al. (2022), nas quais, acreditam que o CRAS, não possui uma atuação psicológica bem definida, e em uma tentativa de abandonar a psicologia clínica tradicional, acaba gerando nos profissionais uma crise de identidade profissional.

É de suma importância ressaltar que a prática do profissional da psicologia dentro da Assistência Social não possui uma vertente única que atenda todas as demandas do serviço, na verdade, o psicólogo liga-se a um processo que segundo Silva e Corgozinho (2011), está voltado para criação de métodos que ajudem os sujeitos a realizarem suas capacidades, como a de autonomia, sendo assim, um trabalho conjunto entre psicólogo e os usuários, relacionado as demandas da comunidade.

O CRAS tem como uma das suas principais funcionalidades à compreensão, conscientização e prevenção das situações de riscos iminentes dentro da comunidade atuante, em que o psicólogo social-comunitário deve trabalhar de maneira assertiva acerca da melhora da qualidade de vida das famílias que se encontram em risco social. Portanto, quando o psicólogo intervém em determinado grupo familiar, ele terá que levar a individualidade do ambiente que ele está analisando, intervindo em questões de psicossociais que influenciam e dão características aos grupos (Silva; Corgozinho, 2011).

De acordo com Pereira e Guareschi (2016), o psicólogo no CRAS ainda não possui um lugar próprio ou regras de atuações bem definidas que tragam resultados por si só, mas sim, segue uma conduta influenciada por outros profissionais, se tornando assistencialista. Já outros psicólogos acreditam que essa é uma questão sócio-histórica, pois quando ainda não existia uma política de regulamentação profissional, o objetivo era acolher a população através do olhar da caridade dos mais ricos para os mais pobres.

Ao chegar à conclusão de que para desmistificar esta herança deixada, os profissionais devem lutar em busca da implantação de uma política que realmente garanta os seus direitos. Já outros profissionais da saúde mental, veem de forma diferente bem mais individual, como a culpa ser do profissional, sem levar em consideração o contexto social-histórico, que foram criados os serviços sociais e a implantação do psicólogo. Se seguir por essa lógica citada anteriormente, o trabalho não seria comunitário, mas sim, focando somente em uma única demanda, como, por exemplo, o acolhimento de abuso sexual, porém, o CRAS possui uma atuação mais abrangente.



Por fim, faz-se necessário destacar a relação do psicólogo-usuários, que segundo Pereira e Guareschi (2016), nada mais é do que uma falha na formação acadêmica, que por diversas vezes atrapalha o objetivo do psicólogo social dentro dos serviços de Assistência Social. Por isso, é necessária a saída da perspectiva de caridade e assistencialismo, dando lugar uma prática de atendimento mais individualizada e moldada para a garantia de direitos do paciente e seu desenvolvimento pessoal, permitindo ao paciente o protagonismo de sua história e a conscientização da necessidade da qualidade de vida e promoção do bem-estar pessoal, finalizando, enquanto houver a prática assistencialista os usuários continuaram refém de suas próprias vulnerabilidade e o psicólogo enquanto profissional apenas contribuirá para a vulnerabilidade social que é por seu dever combater.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho discorre sobre as maneiras de atuação do Psicólogo nos Centros de Referências de Assistência Social - CRAS, no qual, mostrou tamanha problemática, advinda da falta de um modelo de atuação consistente e seguro, que atenda às necessidades dos profissionais e da população que utiliza do acolhimento nas unidades de assistência. Pois, quando a psicologia foi implementada como profissão no Brasil, ficou resguardada numa visão de assistencialismo, contudo, os anos passaram, e nos dias de hoje, entende-se que a sua atuação deve estar focada no acolhimento das comunidades em fragilidade social, no desenvolvimento da autonomia das famílias e no auxílio da garantia dos direitos da população.

Mostrar como o CRAS realmente funciona e qual o seu intuito, como um local que é voltado para políticas públicas, principalmente para aquelas de famílias e sujeitos vulneráveis, que precisam de um serviço social de acolhimento. O psicólogo no seu papel dentro do CRAS junto com sua equipe multiprofissional, ajuda a melhorar a saúde e o bem-estar-social da comunidade, além de entender e ter um olhar crítico para determinada demanda e sociedade que está tendo contato, acolhendo e ajudando a promover autonomia dos indivíduos que utilizam dos seus serviços.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Associação Brasileira de Psicologia Social**, 2016. Disponível em: <https://site.abrapso.org.br/mobilizacao-abrapso-carta-do-xiii-encontro-de-psicologia-social-comunitaria/>. Acesso em: 16/11/2023.



CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no CRAS/SUAS**. 3 ed. Brasília: DF, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia de Trabalho Científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LAURIANO, C. V.; SILVA, M. C. O.; PESSINI, M. A. **Os desafios e as perspectivas da inversão do psicólogo no centro de referência de assistência social (CRAS)**. Akrópolis: Umuarama, 2011.

PASQUALINI, J. C.; MARTINS, F. R.; FILHO, A. E. A “Dinâmica de Grupo” de Kurt Lewin: proposições, contexto e crítica. **Estudos de Psicologia**, 2021.

PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. O CRAS em relação: profissionais e usuários (as) em movimento. **Fractal: Revista de Psicologia**, 2016.

SILVA, J. V.; COGORZINHO, J. P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e psicologia social comunitária: possíveis articulações. **Psicologia & Sociedade**, 2011.

SOLON, A. F. *et al.* **Dilemas e Peculiaridades da Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social**. Londrina, 2022.

YAMAMOTO, O. H.; OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. **Instituto de Psicologia**. Natal, 2010.





## ARTIGO DE REVISÃO

### Entre o aprendizado e o suporte emocional: O papel do Psicólogo na educação básica

*Between learning and emotional support: The role of the Psychologist in basic education*

*Entre el aprendizaje y el apoyo emocional: El papel del Psicólogo en la educación básica*

Ana Livia Dias e Silva<sup>1</sup>, Flávia Lorrana Vieira de Sousa<sup>1</sup>, Danilo de Sousa Cezario<sup>1,2</sup>, Francisco Uelison da Silva<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,3</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Universidade Católica do Pernambuco – UNICAP

<sup>3</sup>Universidade Estadual Paraíba – UEPB

#### Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho aborda o papel crucial desempenhado pelo psicólogo na Educação Básica, reconhecendo a importância da integração de serviços psicológicos nas instituições educacionais para promover o desenvolvimento integral dos alunos. O objetivo desta pesquisa é analisar o impacto da atuação do psicólogo na Educação Básica, destacando suas contribuições para o suporte emocional, o aprimoramento do aprendizado e o fortalecimento do ambiente educacional. A metodologia adotada baseia-se em uma revisão bibliográfica abrangente, explorando artigos científicos, livros e pesquisas relacionadas ao papel do psicólogo na Educação Básica. A análise crítica dessas fontes visa proporcionar uma compreensão aprofundada do tema. Os resultados revelam que a presença do psicólogo na Educação Básica está associada a melhorias significativas no desenvolvimento socioemocional dos estudantes, redução do abandono escolar e promoção de um ambiente propício à aprendizagem. Conclui-se que a atuação do psicólogo na Educação Básica é essencial para o sucesso educacional e emocional dos alunos. Sua presença não apenas aborda desafios individuais, mas também contribui para a construção de uma comunidade escolar mais saudável e resiliente.

**Palavras-chave:** Psicólogo escolar. Educação Básica. Desenvolvimento socioemocional. Suporte emocional. Ambiente educacional.

**Abstract:** This work addresses the crucial role played by psychologists in Basic Education, recognizing the importance of integrating psychological services in educational institutions to promote the integral development of students. The objective of this research is to analyze the impact of psychologists' work in Basic Education, highlighting their contributions to emotional support, improving learning and strengthening the educational environment. The methodology adopted is based on a comprehensive bibliographical review, exploring scientific articles, books and research related to the role of the psychologist in Basic Education. The critical analysis of these sources aims to provide an in-depth understanding of the topic. The results reveal that the presence of a psychologist in Basic Education is associated with significant improvements in the socio-emotional development of students, a reduction in school dropout rates and the promotion of an environment conducive to learning. It is concluded that the psychologist's role in Basic Education is essential for the educational and emotional success of students. Your presence not only addresses individual challenges, but also contributes to building a healthier and more resilient school community.

**Keywords:** School psychologist. Basic education. Socio-emotional development. Emotional support. Educational environment.

**Resumen:** Este trabajo aborda el papel crucial que desempeñan los psicólogos en la Educación Básica, reconociendo la importancia de integrar los servicios psicológicos en las instituciones educativas para promover el desarrollo integral de los estudiantes. El objetivo de esta investigación es analizar el impacto de la labor de los psicólogos en la Educación Básica, destacando sus aportes al apoyo emocional, la mejora del aprendizaje y el fortalecimiento del ambiente educativo. La metodología adoptada se basa en una revisión bibliográfica integral, explorando artículos científicos, libros e investigaciones relacionadas con el rol del psicólogo en la Educación Básica. El análisis crítico de estas fuentes tiene



como objetivo proporcionar una comprensión profunda del tema. Los resultados revelan que la presencia de un psicólogo en la Educación Básica se asocia con mejoras significativas en el desarrollo socioemocional de los estudiantes, una reducción de las tasas de deserción escolar y la promoción de un ambiente propicio para el aprendizaje. Se concluye que el papel del psicólogo en la Educación Básica es fundamental para el éxito educativo y emocional de los estudiantes. Su presencia no sólo aborda desafíos individuales, sino que también contribuye a construir una comunidad escolar más saludable y resiliente.

**Palabras clave:** Psicólogo escolar. Educación Básica. Desarrollo socioemocional. Apoyo emocional. Entorno educativo.

## INTRODUÇÃO

A interseção entre psicologia e educação desenha uma trama complexa e essencial para o desenvolvimento integral dos indivíduos desde a infância até a adolescência. No âmbito da educação, mais precisamente da Educação Básica, o papel do psicólogo ganha destaque ao moldar e aprimorar não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o bem-estar emocional dos estudantes (Wechsler, 2001). Nesta era de constantes desafios sociais e mudanças estruturais, compreender a influência determinante do psicólogo na Educação Básica torna-se imperativo para construir ambientes educacionais mais inclusivos, adaptáveis e eficazes (Andalo, 1991).

A presença do psicólogo na Educação Básica transcende a mera função de aconselhamento, tornando-se um elemento fundamental na promoção de ambientes educacionais que não apenas cultivam a aquisição de conhecimento, mas também favorecem o desenvolvimento socioemocional dos alunos. Ao atuar como um mediador entre os aspectos psicológicos e o processo de ensino-aprendizagem, o psicólogo desempenha um papel crucial na identificação e resolução de desafios emocionais, comportamentais e cognitivos que podem influenciar diretamente o sucesso acadêmico (Leite, 1991).

A escolha de abordar o tema "O papel crucial do Psicólogo na Educação Básica" parte da necessidade premente de compreendermos e reconhecermos a importância desse profissional no contexto educacional. Vivemos em uma sociedade onde as demandas sobre os sistemas educacionais são cada vez mais complexas, refletindo-se diretamente nas experiências dos alunos. Considerando o impacto significativo do ambiente escolar na formação de cidadãos, a presença do psicólogo se justifica pela sua capacidade única de oferecer suporte emocional, orientação e intervenções específicas que contribuem para o desenvolvimento saudável e equilibrado dos estudantes (Novaes, 2003).



Diante do reconhecimento crescente da importância do psicólogo na Educação Básica, surge a necessidade de investigação: de que maneira suas práticas e intervenções podem ser otimizadas para melhor atender às demandas contemporâneas do ambiente escolar? O problema de pesquisa reside, portanto, na identificação dos desafios específicos enfrentados pelos psicólogos na Educação Básica e na busca por estratégias eficazes que permitam maximizar seu impacto positivo no desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos (Almeida, 2006).

O objetivo geral deste trabalho é analisar e compreender o papel do psicólogo na Educação Básica, investigando como suas intervenções podem ser aprimoradas para promover um ambiente educacional mais acolhedor, inclusivo e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. Para atingir esse propósito, os objetivos específicos incluem a análise das práticas atuais dos psicólogos na Educação Básica, a identificação dos desafios enfrentados por esses profissionais e a proposição de estratégias inovadoras para otimizar sua contribuição para o ambiente escolar.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para este estudo baseia-se numa revisão bibliográfica abrangente que oportuniza uma descrição qualitativa realizada por meio de levantamentos bibliográficos de modo a revisar a literatura, baseando-se em estudos anteriores, onde pôde-se ser observado e discutido acerca do conteúdo específico, com isso, realizou a junção dos conhecimentos obtidos para reconhecer, averiguar e resumir os resultados fundamentais (Santos, 2020).

A pesquisa visa atingir um objetivo específico de analisar as práticas atuais dos psicólogos na Educação Básica. O objetivo desta análise é identificar áreas de melhoria nas suas intervenções para promover um ambiente educacional mais acolhedor, inclusivo e propício. O objetivo final é facilitar o desenvolvimento integral dos alunos.

As pesquisas foram elaboradas em bibliotecas de coleta de informações, como a *Scientific Electronic Library Online* (ScieLO). Este tipo de resumo permite coletar as informações mais importantes sobre o tema e utilizá-las como fonte de dados para possíveis revisões futuras.

O universo da pesquisa abrange profissionais atuantes na Educação Básica, incluindo psicólogos, educadores e gestores escolares. A população alvo é constituída por esses profissionais, considerando sua experiência e vivência direta no contexto educacional. A amostra será selecionada por critérios de relevância e representatividade, assegurando a diversidade de perspectivas e



experiências. De acordo com Gil (2017), a amostragem intencional é apropriada para pesquisas qualitativas, permitindo a seleção de participantes que possuam informações relevantes para o estudo.

## **DESENVOLVIMENTO**

O contexto educacional é um ambiente complexo e dinâmico, onde diversos fatores interagem para moldar o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes. O psicólogo escolar emerge como um agente-chave nesse cenário, desempenhando um papel crucial na promoção do bem-estar e no apoio ao desenvolvimento integral dos alunos. Diversos estudiosos destacam a importância dessa figura, como Andrada (2005), Bastos e Pylro (2016), Bronfenbrenner (1996), Novaes (2003) e Wechsler (2001), cujas contribuições fundamentam a compreensão da relevância do psicólogo na escola.

O psicólogo escolar, conforme discutido por Andrada (2005), atua como um agente de transformação na prática educacional, indo além das abordagens tradicionais. Sua intervenção permeia não apenas aspectos acadêmicos, mas também questões emocionais e sociais dos estudantes. Ao adotar uma perspectiva mais ampla, o profissional contribui para a formação de um ambiente escolar saudável e acolhedor, fomentando o desenvolvimento integral dos alunos.

Bastos e Pylro (2016) enfatizam a importância da Psicologia Escolar na concepção dos professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental, criando uma interação entre professores e psicólogos em um espaço de colaboração que visa a compreensão holística do aluno. Essa parceria facilita a identificação precoce de dificuldades, permitindo intervenções personalizadas que atendam às necessidades específicas de cada estudante, promovendo assim um desenvolvimento mais equilibrado.

Bronfenbrenner (1996), ao abordar a ecologia do desenvolvimento humano, destaca a influência do ambiente na formação do indivíduo, afirmando que o psicólogo escolar, ao considerar o contexto social, familiar e escolar, pode traçar estratégias que visam potencializar os fatores positivos e mitigar os desafios enfrentados pelos estudantes. Essa abordagem ecossistêmica ressalta a importância de considerar o aluno como parte integrante de um sistema mais amplo.

No cenário atual, Novaes (2003) destaca a necessidade de repensar a formação do psicólogo escolar. A dinâmica sociocultural em constante evolução demanda profissionais preparados para lidar com a diversidade e as demandas emergentes. A atuação do psicólogo na escola vai além da simples



aplicação de técnicas, exigindo uma compreensão crítica e reflexiva de seu papel na sociedade contemporânea.

Wechsler (2001) complementa a discussão, abordando a pesquisa, formação e prática do psicólogo escolar. A pesquisa nesse contexto permite uma compreensão mais aprofundada das dinâmicas escolares, embasando a prática profissional. A formação contínua, por sua vez, capacita o psicólogo a lidar com os desafios em constante evolução do ambiente educacional, proporcionando-lhe as ferramentas necessárias para promover o desenvolvimento dos estudantes.

A atuação do psicólogo escolar se torna uma peça fundamental na engrenagem educacional, desempenhando um papel multifacetado que vai além do suporte acadêmico. Ao considerar as contribuições de Andrada (2005), Bastos e Pylro (2016), Bronfenbrenner (1996), Novaes (2003) e Wechsler (2001), compreende-se que o psicólogo se destaca como um agente de transformação, promovendo um ambiente escolar mais inclusivo e propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. Sua atuação é essencial para a construção de uma sociedade educacionalmente enriquecedora e emocionalmente saudável.

A presença do psicólogo no contexto escolar tem se mostrado crucial para identificar e intervir em questões comportamentais e emocionais que afetam o ambiente educacional. Essa relevância ganha destaque quando consideramos as relações complexas que permeiam o ambiente escolar, envolvendo alunos, professores e gestores. Neste contexto, o papel do psicólogo adquire uma dimensão preventiva e promotora de saúde mental, contribuindo para o desenvolvimento integral dos estudantes. Neste sentido, Giongo e Oliveira-Menegotto (2010) ressaltam a importância de uma atuação integrada da psicologia escolar na rede pública de ensino, destacando as potencialidades desse serviço para lidar com as demandas psicossociais.

O psicólogo escolar desempenha um papel fundamental na identificação precoce de problemas comportamentais e emocionais. Conforme Oliveira e Marinho-Araujo (2009), a atuação preventiva desse profissional contribui para um ambiente escolar mais saudável, favorecendo o desenvolvimento acadêmico e emocional dos estudantes. Através de observações, entrevistas e instrumentos psicológicos, o psicólogo pode detectar sinais de dificuldades emocionais, conflitos interpessoais e outros fatores que podem prejudicar o desempenho acadêmico.

A intervenção do psicólogo escolar vai além da identificação, abrangendo estratégias de intervenção eficazes. Pereira-Silva *et al.* (2017) destacam que o profissional deve atuar de maneira integrada com professores e gestores, promovendo ações que visem o bem-estar e o desenvolvimento





emocional dos estudantes. A implementação de programas de promoção da saúde mental, o apoio a professores na gestão de conflitos e a orientação individualizada aos alunos são algumas das estratégias que compõem a prática desse profissional no ambiente escolar.

Vokoy e Pedroza (2005) trazem reflexões sobre a atuação do psicólogo na educação infantil, ressaltando desafios e perspectivas. A complexidade das relações interpessoais, a diversidade de contextos familiares e as demandas específicas dessa faixa etária demandam do profissional uma constante atualização e adaptação de suas estratégias. A interdisciplinaridade e a parceria com outros profissionais da educação se tornam, assim, elementos essenciais para uma atuação eficaz.

A atuação do psicólogo no ambiente escolar revela-se fundamental para identificar e intervir em questões comportamentais e emocionais. Através de uma abordagem preventiva e integrada, esse profissional contribui para a promoção de um ambiente educacional saudável, favorecendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Dessa forma, a presença do psicólogo na escola não apenas auxilia na resolução de problemas, mas também na promoção do bem-estar emocional, aspecto essencial para o alcance de uma educação de qualidade.

A atuação do psicólogo na Educação Básica desempenha um papel crucial na prevenção de problemas psicossociais entre estudantes. A compreensão dos desafios enfrentados pelos alunos no ambiente escolar, aliada à perspectiva ecológica de Bronfenbrenner (1979), permite uma intervenção mais abrangente e eficaz. Nesse contexto, é fundamental considerar as relações entre o indivíduo e seu ambiente, reconhecendo a influência de diferentes sistemas, como a família, a escola e a comunidade, na formação do desenvolvimento humano (Bronfenbrenner, 1996).

A abordagem preventiva adotada pelos psicólogos escolares destaca-se pela sua importância no contexto educacional. Andrada (2005) destaca novos paradigmas na prática do psicólogo escolar, ressaltando a necessidade de uma atuação proativa na identificação e mitigação de fatores de risco psicossocial. A promoção de ambientes escolares saudáveis e inclusivos emerge como uma estratégia eficaz, contribuindo para o bem-estar emocional e social dos alunos.

A compreensão das concepções dos professores sobre a Psicologia Escolar também desempenha um papel fundamental na prevenção de problemas psicossociais. Segundo Bastos e Pylro (2016), a perspectiva dos professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental sobre o papel do psicólogo na escola influencia diretamente na efetividade das intervenções. Portanto, a colaboração entre psicólogos e professores, baseada em uma compreensão mútua, fortalece a implementação de ações preventivas.



Alicerçando essa abordagem preventiva, Wechsler (2001) destaca a importância da pesquisa, formação e prática na psicologia escolar. O conhecimento científico aliado à experiência prática dos psicólogos escolares é essencial para o desenvolvimento e implementação de estratégias preventivas eficazes. A formação contínua, conforme proposta por Novaes (2003), também se revela como um elemento-chave para a adaptação às demandas da sociedade pós-moderna, garantindo uma atuação ética e competente.

Diante desse panorama, a atuação do psicólogo na Educação Básica transcende a resolução de problemas emergentes, adentrando o território da prevenção. Ao compreender a ecologia do desenvolvimento humano e os novos paradigmas da prática profissional, o psicólogo escolar se torna um agente ativo na construção de um ambiente educacional favorável ao desenvolvimento saudável dos alunos. A integração efetiva entre teoria, prática e a realidade escolar é, portanto, crucial para o sucesso das intervenções preventivas e para a promoção do bem-estar psicossocial na Educação Básica.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O psicólogo, ao atuar como mediador entre as dimensões emocionais e cognitivas, desempenha um papel estratégico na promoção da aprendizagem e no apoio à construção da identidade dos estudantes. Seu envolvimento no contexto escolar transcende a esfera clínica, transformando-se em um agente ativo na prevenção de dificuldades de adaptação, no estímulo à empatia e na promoção de habilidades socioemocionais. A compreensão das complexas interações entre o indivíduo, a família e a escola é alicerce para o psicólogo na Educação Básica. Sua atuação proativa no desenvolvimento de estratégias para lidar com desafios específicos, como a inclusão de alunos com necessidades especiais e a promoção da saúde mental, sinaliza para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente.

Além disso, a parceria entre educadores e psicólogos fortalece o elo entre a teoria e a prática pedagógica, proporcionando um ambiente propício para o florescimento do potencial de cada estudante. A abordagem preventiva e a busca constante por estratégias inovadoras evidenciam a importância de uma visão holística do processo educacional, na qual o psicólogo desempenha um papel coadjuvante, mas imprescindível. Contudo, é necessário reconhecer os desafios que permeiam



a presença do psicólogo na Educação Básica, desde a escassez de profissionais até a necessidade de uma compreensão mais ampla de sua atuação por parte da comunidade escolar.

Investimentos em formação continuada, a consolidação de políticas públicas voltadas para a inserção efetiva desses profissionais e a promoção de espaços de diálogo são passos cruciais para potencializar o impacto positivo dessa colaboração. Assim, a integração efetiva desses profissionais no contexto escolar é mais do que uma escolha estratégica; é um investimento no desenvolvimento humano e na construção de um futuro mais promissor para as gerações vindouras.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sandra Francesca Conte (org.). **Psicologia escolar: ética e competência na formação e atuação profissional**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

ANDALO, Carmen Silva Arruda. A atuação do psicólogo na Instituição Escolar. In: ABRAPEE/PUCCAMP (Orgs.). **Psicólogo escolar: identidade e perspectivas**, pp. 133-134. Campinas: Átomo, 1991.

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira de. Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 196-199, Aug. 2005.

BASTOS, Caroline Benezath Rodrigues; PYLRO, Simone Chabudee. Psicologia Escolar na concepção de professores de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 475-482, Dec. 2016.

BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados** (Tradução VERONESE, M. A. V.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. (Original publicado em 1979).

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2017.

GIONGO, Carmem; DE OLIVEIRA-MENEGOTTO, Lisiane Machado. (Des) Enlaces da psicologia escolar na rede pública de ensino. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 859-874, 2010.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. Atuação do Psicólogo na Educação: Controvérsias e Perspectivas. In: ABRAPEE/PUCCAMP (Orgs.). **Psicólogo escolar: identidade e perspectivas**, pp. 129-132. Campinas: Átomo, 1991.

NOVAES, Maria Helena. Repensando a formação e o exercício do profissional do psicólogo escolar na sociedade pós-moderna. In: ALMEIDA, Sandra Francesca Conte (Org.), **Psicologia Escolar: ética e competências na formação e atuação do profissional**, p. 127-134. Campinas: Editora Alínea, 2003.



OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAUJO, Claisy Maria. Psicologia escolar: cenários atuais. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, dez. 2009.

PEREIRA-SILVA, Nara Liana et al. O papel do psicólogo escolar: Concepções de professores e gestores. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 407- 415, Dec. 2017.

SANTOS, A. K. C. Alencar, A. T. Oliveira, F. Farmacoterapia e cuidados farmacêuticos da gripe e resfriado. *Journal of Biology & Pharmacy and Agricultural Management*, v. 16, n. 2, 2020. Acessado dia 14/10/2023, disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/288292506.pdf>

VOKOY, Tatiana; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira. Psicologia Escolar Em Educação Infantil: Reflexões De Uma Atuação. **Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 9, no. 1, p. 95-104, 2005.

WECHSLER, Solange Muglia. **Psicologia escolar**: Pesquisa, formação e prática. Campinas: Alínea, 2001.



## ARTIGO DE REVISÃO

### **Idealizando Conexões Psicológicas na Prevenção e Cuidado: A Contribuição do Psicólogo nos Programas e Serviços de IST/HIV/AIDS**

*Idealizing Psychological Connections in Prevention and Care: The Psychologist's Contribution to Programs and Services for STD/HIV/AIDS*

*Idealizando Conexiones Psicológicas en la Prevención y Cuidado: La Contribución del Psicólogo en los Programas y Servicios de ITS/VIH/SIDA*

Graziele de Oliveira Felix<sup>1</sup>, Paula Eduarda Bandeira Assis<sup>1</sup>, Francisca Elidivania Farias<sup>1,2</sup>, Jéssica Samy Silva<sup>1</sup>, Willey Pereira dos Santos<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,3</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Centro Universitário de Patos - UNIFIP

<sup>3</sup>Universidade Estadual Paraíba – UEPB

#### **Autor Correspondente**

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** Este estudo de revisão bibliográfica visa analisar os aspectos relacionados às IST/HIV-Aids e compreender a intervenção psicológica em serviços especializados nessa abordagem. O objetivo principal é oferecer uma compreensão do suporte psicológico para a saúde mental de indivíduos diagnosticados com o Vírus da Imunodeficiência Humana, conhecido pela sigla HIV, responsável pelo desenvolvimento da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), assim como aqueles diagnosticados com outras doenças sexualmente transmissíveis. Este estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica que inclui a análise de artigos científicos catalogados nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO) e da Biblioteca Virtual em Saúde Brasil (BVS Brasil).

**Palavras-Chave:** Psicologia social da saúde. Atuação profissional. HIV/AIDS.

**Abstract:** This literature review aims to analyze aspects related to STD/HIV-AIDS and understand the psychological role in specialized services within this context. The objective is to provide insight into psychological support for the mental health of individuals diagnosed with the Human Immunodeficiency Virus (HIV), which leads to Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS), as well as those diagnosed with other sexually transmitted diseases. It constitutes a bibliographic review, encompassing scientific articles retrieved from the databases of the Scientific Electronic Library Online (SciELO) and the Virtual Health Library Brazil (BVS Brazil).

**Keywords:** Social Health Psychology. Professional Performance. HIV/AIDS.

**Resumen:** El presente estudio de revisión bibliográfica ha sido elaborado con el propósito de analizar los aspectos vinculados a las Infecciones de Transmisión Sexual (ITS)/VIH-SIDA, así como comprender la intervención psicológica en servicios especializados en esta área. Tiene como objetivo proporcionar una comprensión del apoyo psicológico para la salud mental de personas identificadas con el Virus de Inmunodeficiencia Humana (VIH), responsable de causar el Síndrome de Inmunodeficiencia Adquirida (SIDA), así como de aquellas identificadas con otras enfermedades de transmisión sexual. Se trata de una revisión bibliográfica que incluye la recopilación de artículos científicos listados en las bases de datos de la Biblioteca Científica Electrónica en Línea (SciELO) y la Biblioteca Virtual en Salud Brasil (BVS Brasil).

**Palabras clave:** Psicología Social de la Salud. Actuación Profesional. VIH/SIDA.





## INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma revisão de algumas perspectivas sobre a implementação da psicologia no campo do HIV/AIDS e outras ISTs. A psicologia é reconhecida como um recurso nas intervenções de saúde e se coloca no contexto das doenças sexualmente transmissíveis, mostrando o ser humano em sua totalidade, onde as pessoas sofrem muito mais do que apenas a doença.

Desde o início da epidemia, a psicologia tem ajudado na luta contra a AIDS de várias maneiras, incluindo a criação de conhecimento que incentiva ações nesse domínio, atendimento psicológico aos portadores do HIV e seus familiares e prevenção de doenças relacionadas ao HIV (Saldanha; Figueiredo; Coutinho, 2004).

Os indivíduos que vivem com alguma IST, em especial as diagnosticadas com HIV/aids, ainda enfrentam preconceitos nos grupos sociais, nos serviços assistenciais e até mesmo dentro da própria família, apesar de todo o conhecimento sobre a doença e acesso ao tratamento. Com isso, muitas pessoas acabam se isolando devido as dificuldades de estabelecer novos relacionamentos, convivendo com o receio de compartilhar o diagnóstico positivo e a possibilidade de rejeição (Ministério da Saúde, 2012).

Aqueles que estão infectadas pelo HIV têm maior probabilidade de desenvolver transtornos mentais e sofrimento psíquico do que a população em geral. Alguns transtornos mentais associados à PVHA (Pessoas Vivendo com HIV/Aids), incluem depressão, ansiedade, delírio, demência, esquizofrenia e outros transtornos psicóticos (Campos *et al.*, 2008; Brasil, 2008; Owelarsson *et al.*, 2009) e a revelação do diagnóstico da doença, o histórico de transtornos mentais anteriores e o uso ou abuso de substâncias lícitas ou ilícitas podem estar relacionados ao desenvolvimento desses distúrbios.

O momento crucial no tratamento da PVHA é quando a infecção pelo HIV é diagnosticada. A reação de uma pessoa após a revelação do diagnóstico pode ser influenciada por várias coisas, incluindo a maneira que o resultado é comunicado, portanto, ao se comunicar com um cliente, um profissional deve ser gentil e amável, respondendo às suas perguntas e fornecendo conselhos sobre os melhores métodos de autocuidado (Galano, 2008). Essa abordagem geralmente reduz o sofrimento dos pacientes portadores, envolvendo-os no tratamento e diminuindo a probabilidade de desenvolver uma desestruturação psíquica após o diagnóstico (Ministério da Saúde, 2012). No entanto, o profissional de saúde também deve estar preparado para lidar com as reações negativas que podem



surgir após a revelação do diagnóstico. A culpa, a auto piedade, o medo e a raiva podem surgir, os indivíduos soropositivos podem se assustar, expressar medo da morte e ter dificuldade em falar sobre suas experiências com os outros. Os fatores que podem aumentar o risco de desenvolver um transtorno mental incluem uma diminuição da autoestima, limitações impostas pela doença e abandono ou afastamento por parte de amigos e familiares (Melo; Malbergier, 2006).

Para oferecer assistência de qualidade aos pacientes com HIV, a humanização é essencial. Envolvendo não somente o reestabelecimento da saúde, mais também o equilíbrio social, biológico e psicológico (Ministério da Saúde, 2012).

## METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica com finalidade de analisar o conhecimento já existente sobre a atuação do psicólogo nos programas e serviços de IST/HIV/aids, com base em informações e resultados de estudos anteriores. Os artigos utilizados nesta revisão foram escolhidos através de uma busca nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e da Biblioteca Virtual em Saúde Brasil (BVS Brasil), de acordo com os descritores: “atuação” AND “HIV/AIDS” AND “serviços de IST” AND “psicossocial”.

Os artigos selecionados aplicam-se na análise da gravidade das doenças sexualmente transmissíveis, em especial o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), causador da AIDS e a importância da atuação do psicólogo nos serviços de saúde que abordam essa causa. Selecionando as publicações utilizadas nesse trabalho, consideramos os critérios de inclusão, nesse caso, artigos nacionais e internacionais, no todo, publicados entre 2005 a 2020. Buscando artigos referentes ao tema, foi impossível não notar a escassez desse assunto, sendo encontrado poucos artigos que o abordavam.

## DESENVOLVIMENTO

Viver com o diagnóstico de HIV/Aids é altamente dificultoso, o desenvolvimento e a duração da doença, os efeitos adversos da medicação, a desesperança por não haver cura e a incerteza do futuro podem fazer com que as pessoas desencadeiem o desejo de morrer. Com isso, os indivíduos portadores podem demonstrar irritabilidade e preocupações em relação a saúde física, diminuir



suas relações sociais além de apresentarem queixas sobre disfunções sexuais e dificuldades conjugais, profissionais ou acadêmicas (Ministério da Saúde, 2012)

É fundamental identificar e tratar o problema, sabendo que o sofrimento mental e o desenvolvimento de transtornos mentais em pacientes com PVHA podem dificultar a adesão ao tratamento antirretroviral, para impedir a multiplicação do vírus no organismo, aumentando o risco de transmissão da doença (Benton, 2008; Rabkin, 2008; Mosack *et al.*, 2009). Pessoas com algum transtorno mental, como por exemplo, depressão e ansiedade, apresentam mais probabilidade de não aderirem ao tratamento (Turner *et al.*, 2001; Chesney *et al.*, 2003).

O sofrimento em frente a revelação diagnóstica é um elemento do processo de conhecimento da condição sorológica, o que é comum para a maioria das pessoas, mas para alguns, é bastante angustiante e causa dor mental. Prestar um acolhimento, é uma ação de saúde mental que deve ser responsabilidade de todos os trabalhadores em saúde e proceder a um aconselhamento e encaminhar o usuário a uma assistência especializada requer a ajuda de um profissional (Ministério da Saúde, 2012). O profissional que se concentra apenas em fazer exames e tomar medicamentos, apenas afirma que não olha para o paciente, mas sim para sua doença. Os profissionais devem trabalhar com os usuários e assumir a responsabilidade pela promoção de sua saúde. Portanto, é dever de todos os profissionais de saúde lidar com problemas emocionais ou subjetivos (Ministério da Saúde, 2012).

A saúde envolve uma variedade de disciplinas, cada uma com seu núcleo de conhecimento, com base na assistência que oferece e suas respectivas fronteiras. Cada área de formação é responsável por um cuidado específico, e nenhuma formação pode dar conta de um problema de saúde de forma independente (Benevides; Passos, 2005).

A dimensão subjetiva está presente em todos os aspectos de um serviço de DST/aids, desde o momento anterior à decisão de testar até a revelação do diagnóstico, no manejo de informações entre familiares e amigos, na convivência com o vírus, na introdução de medicação, no manejo de efeitos colaterais e na criação de novas relações sociais (Conselho Federal de Psicologia *et al.*, 2020).

Para que o cuidado em saúde não se limite às tecnologias, normatizações, consensos e ações instrumentais, os profissionais de saúde devem prestar atenção ao que os outros desejam, levar em consideração a perspectiva subjetiva dos pacientes e promover o diálogo intersubjetivo (Ayres *et al.*, 2009).

Saúde mental não se resume na ausência ou presença de sofrimento psíquico. A saúde mental depende do manejo adequado das situações da vida, incluindo o sofrimento mental, para que você



possa continuar a viver um bom dia e manter relações afetivas e sociais positivas (Ministério da Saúde, 2012).

Vale ressaltar que existem problemas psicológicos que não são causados por distúrbios mentais. Por exemplo, o sofrimento ante a revelação diagnóstica faz parte do processo de conhecimento da condição sorológica comum à maioria dos usuários (Ministério da Saúde, 2012).

A integridade e a igualdade são princípios que devem ser considerados ao analisar as relações da psicologia com o campo das IST/HIV/aids, além disso, as práticas devem levar em consideração os princípios de voluntariedade, confidencialidade e anonimato, bem como os aspectos sociais e subjetivos gerados pela epidemia, incluindo o preconceito e a discriminação contra as pessoas que vivem com HIV. Todas as pessoas têm direito à atenção igualitária, e os profissionais, especialmente os psicólogos, têm a responsabilidade de organizar a atenção individual e coletiva (Conselho Federal de Psicologia *et al.*, 2020).

O aconselhamento, o acolhimento e o atendimento devem deixar de ser vistos como ações comuns e passar a fazer parte das práticas profissionais para que os profissionais de saúde possam oferecer aos usuários intervenções terapêuticas (Ministério da Saúde, 2012).

Devido à falta de bases teóricas sólidas e teorias pouco elaboradas, profissionais incertos frequentemente trabalham com pessoas vulneráveis. Para romper isso, é necessário investir na formação de profissionais que trabalhem em políticas públicas, como por exemplo, em uma capacitação para o trabalho de psicólogos objetivando uma formação básica das equipes de saúde mental (Conselho Federal de Psicologia *et al.*, 2020).

O trabalho da psicologia no campo da saúde não se limita à psicoterapia; trata-se de uma área muito mais diversificada e abrangente, e se concentra nas necessidades e desejos dos indivíduos que recebem os serviços da psicologia. Os discursos, textos e congressos da área são tão focados na prevenção das IST, HIV e aids que pouco se falam sobre o papel dos psicólogos na prevenção da saúde emocional ou mental (Gondim; Bastos; Peixoto, 2010; SEIDL, 2015).

Os Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) são serviços de saúde que visam aumentar a equidade e o acesso ao aconselhamento, diagnóstico e tratamento do HIV e outras doenças infecciosas. Sua ação tem como prioridade os grupos populacionais em situação de maior vulnerabilidade, com respeito aos direitos humanos, à voluntariedade e à integralidade da atenção. As intervenções voltadas à saúde mental, devem ser abordadas pelos Serviços de Atenção Especializada em HIV/Aids (SAE) e o CTA. As ações disponibilizadas nos SAE, como acolhimento,



avaliação psicossocial e grupos de adesão e convivência, podem ser terapêuticas em relação às PVHA, desempenhando um papel preventivo ao abordar os elementos da soropositividade que podem causar problemas, como preocupações, medo, ansiedade e tristeza (Ministério da Saúde, 2012). Os psicólogos podem desenvolver ações educativas com temas relacionados ao HIV e ISTs, como também um aconselhamento pré e pós-teste em um método de escuta ativa que pode ser realizado em grupo ou individualmente com o objetivo de compartilhar informações sobre IST, HIV/aids e os métodos de transmissão, prevenção e tratamento, além de permitir uma auto avaliação de vulnerabilidades, tendo como principal objetivo, aumentar a conscientização sobre HIV/AIDS e ISTs, bem como os métodos de transmissão, prevenção, diagnóstico e tratamento (Brasil, 2005).

A avaliação psicológica, escuta qualificada e atendimento individual, também são intervenções realizadas por psicólogos, importantes devido o possível sofrimento psicológico que um paciente pode sofrer caso o teste resultar reagente (Conselho Federal de Psicologia *et al.*, 2020).

O Acolhimento é uma abordagem de atendimento que envolve estabelecer uma relação de confiança entre o usuário, profissional e os serviços de saúde. Outro tipo de intervenção que deve ser implementada, são intervenções na comunidade para enfrentamento do preconceito e discriminação; avaliação psicológica, especialmente diante da ocorrência de ansiedade, depressão e/ou outros transtornos mentais; construção e fortalecimento de rede de apoio social; e atendimento para pessoas com dificuldades de adesão. Essas ações dirigidas a coletividades e grupos sociais mudam o perfil das necessidades e problemas de saúde da sociedade, promovendo a saúde (Conselho Federal de Psicologia *et al.*, 2020).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, ressalta-se a importância de que a discussão sobre a AIDS e HIV, é crucial quando se trata de aumentar a conscientização sobre a prevenção, destacar a importância do tratamento adequado, promover testagem e diagnósticos precoce, aumentar o índice de pesquisas sobre esse assunto, auxiliar na educação sexual capacitar as pessoas a fazerem escolhas conscientes e informadas sobre sua saúde, além disso, combater o estigma associado ao HIV, promovendo uma compreensão mais ampla da doença e apoiando aqueles que vivem com o vírus.

O Psicólogo desempenha um papel crucial na vida dessas pessoas, auxilia no suporte emocional, ajudando os pacientes a lidarem com o impacto psicológico da doença, promovendo a





aceitação, além de contribuir no aconselhamento sobre questões de relacionamentos, sexualidade, qualidade de vida e o bem-estar psicológico dos indivíduos afetados. O suporte emocional é essencial para um tratamento bem-sucedido e desafios psicossociais a serem enfrentados

## REFERÊNCIAS

AYRES, J. R. C. M. *et al.* O conceito de vulnerabilidade e as Práticas de Saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERINA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. p. 121-143.

BENEVIDES, Regina; PASSOS, Eduardo. Humanização na saúde: um novo modismo? **Interface**, Botucatu, v. 9, n. 17, p. 389-394, ago. 2005.

BENTON, T. D. Depression and HIV/AIDS. **Curr. psychiatry rep.**, [S.l.], v. 10, n. 3, p. 280-285, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Oficina de Aconselhamento em DST/HIV/aids para a atenção básica**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção e atenção às IST/AIDS na saúde mental no Brasil: análises, desafios e perspectivas**. Brasília, 2008a.

CAMPOS, L. N. *et al.* HIV, syphilis, and hepatitis B and C prevalence among patients with mental illness: a review of the literature. **Cad. saúde pública**, Rio de Janeiro, v. 24; Suppl. 4, s607-s6020, 2008.

CHESNEY, M. A. *et al.* Na individually tailored intervention for HIV prevention: baseline data from the explore study. **American journal of public health**, Boston, v. 93, p. 933-938, 2003.

ELENA, S. *et al.* **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) nos programas e serviços de IST/HIV/AIDS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia; Conselhos Regionais de Psicologia; Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas; Comissão de Revisão do Documento; Conselheiro Federal Responsável-XVII Plenário, [s.d.].

GALANO, E. **Manual para assistência à revelação diagnóstica às crianças e jovens que vivem com o HIV/AIDS**. São Paulo, 2008. Programa Estadual DST/Aids CRT DST/Aids-SP.

GONDIM, S. M. G., BASTOS, A. V. B. & PEIXOTO, L. S. A. Áreas de atuação, atividades e abordagens teóricas do psicólogo brasileiro. In: BASTOS A. V. B. & GONDIM, S. M. G. (Eds.). **O trabalho do psicólogo no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2010. pp. 174-199.

Ministério da Saúde. **Atenção em Saúde Mental nos Serviços Especializados em DST/AIDS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.

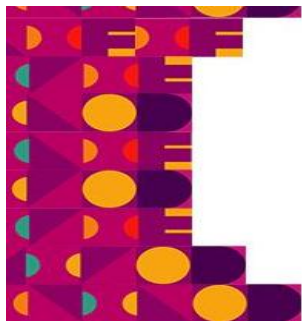


MOSACK, K. E. *et al.* Influence of Coping, Social Support, and Depression on Subjective Health Status Among HIV-Positive Adults With Different Sexual Identities. **Behavioral medicine**, [S.l.], v. 34, n. 4, p. 133-144, 2009.

OWE-LARSSON, B. *et al.* HIV infection and psychiatric illness. **African journal of psychiatry**, Johannesburg, v. 12, p. 115-128, 2009.

RABKIN, J. G. Depression high among HIV-positive patients: rates are more than five times greater. **Curr. HIV/AIDS rep.**, Atlanta, v. 5, n. 4, p. 163-71, 2008.

TURNER, B. J. *et al.* Effects of drugs abuse and mental disorders on use and type of antiretroviral therapy in HIV- infection person. **J. gen. intern. med.**, Philadelphia, v. 16, n. 9, p. 625-633, 2001.



## ARTIGO DE REVISÃO

### Importância do Centro de Atenção Psicossocial e as ações que devem tomar para conter as crises

*Importance of the Psychosocial Care Center and the actions they must take to contain crises*

*Importancia del Centro de Atención Psicosocial y las acciones que deben tomar para contener las crisis*

Vanessa Saraiva Queiroga<sup>1</sup>, Renata Medeiros Barbosa<sup>1</sup>, André Luiz Dantas Bezerra<sup>1,2,3</sup>, Willey Pereira Dos Santos<sup>1</sup>, Francisco Uelison da Silva<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,4</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Faculdade São Francisco do Ceará – FASC

<sup>3</sup>Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

<sup>4</sup>Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

#### Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

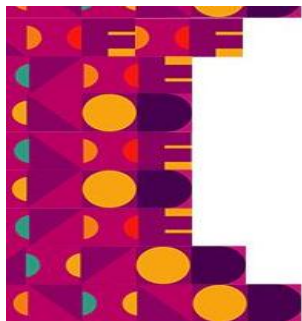
**Resumo:** Historicamente as pessoas com transtornos mentais enfrentaram uma realidade desfavorável, sujeitas a preconceitos devido à sua condição de saúde mental, sendo muitas vezes abandonadas nas ruas ou internadas em manicômios. Esta realidade começou a se transformar com a implementação da reforma psiquiátrica, que deu origem ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O propósito deste artigo é fornecer informações sobre o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), abordando sua importância, origem, as mudanças ao longo do tempo e seu papel no tratamento das crises enfrentadas pelos pacientes. O método de pesquisa utilizado foi a revisão bibliográfica, na qual buscamos artigos que apresentassem informações precisas sobre o tema. O CAPS oferece atendimento à população em sua área de abrangência, realizando acompanhamento por uma equipe multiprofissional e promovendo a reinserção social dos usuários por meio do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis, além de fortalecer os laços familiares e comunitários.

**Palavras-Chave:** CAPS. Inclusão. Crise. Equipe.

**Abstract:** Historically, people with mental disorders have faced an unfavorable reality, subject to prejudice due to their mental health condition, often being abandoned on the streets or admitted to mental hospitals. This reality began to change with the implementation of psychiatric reform, which gave rise to the Psychosocial Care Center (CAPS). The purpose of this article is to provide information about the Psychosocial Care Center (CAPS), addressing its importance, origin, changes over time and its role in treating crises faced by patients. The research method used was bibliographic review, in which we searched for articles that presented accurate information on the topic. CAPS offers care to the population in its area of coverage, providing monitoring by a multidisciplinary team and promoting the social reintegration of users through access to work, leisure, exercise of civil rights, in addition to strengthening family and community ties.

**Keywords:** CAPS. Inclusion. Crisis. Team.

**Resumen:** Históricamente, las personas con trastornos mentales han enfrentado una realidad desfavorable, sujetas a prejuicios por su condición de salud mental, siendo muchas veces abandonadas en las calles o ingresadas en hospitales psiquiátricos. Esta realidad comenzó a cambiar con la implementación de la reforma psiquiátrica, que dio origen al Centro de Atención Psicosocial (CAPS). El propósito de este artículo es brindar información sobre el Centro de Atención Psicosocial (CAPS), abordando su importancia, origen, cambios en el tiempo y su papel en el tratamiento de las crisis que enfrentan los pacientes. El método de investigación utilizado fue la revisión bibliográfica, en la que se buscaron artículos que presentaran información veraz sobre el tema. CAPS ofrece atención a la población de su área de cobertura, brindando seguimiento por parte de un equipo multidisciplinario y promoviendo la reinserción social de los usuarios a



través del acceso al trabajo, el ocio, el ejercicio de los derechos civiles, además de fortalecer los vínculos familiares y comunitarios.

**Palabras clave:** GORRAS. Inclusión. Crisis. Equipo.

## INTRODUÇÃO

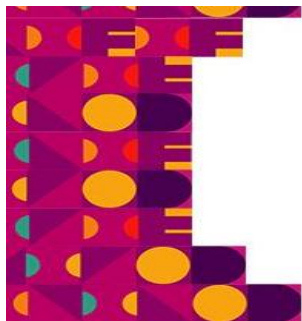
Para compreender o papel do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), seus serviços e sua relevância, é crucial explorar suas origens. Em um passado distante, aqueles afligidos por sofrimento mental eram excluídos da sociedade, abandonados nas ruas ou confinados em hospitais psiquiátricos, onde eram negligenciados e tratados como seres destituídos de direitos. Sujeitos a abusos por parte de médicos, enfermeiros e até mesmo outros pacientes, enfrentavam condições precárias.

Com o tempo, a ausência de assistência às pessoas com transtornos mentais e as condições desumanas em que viviam e eram tratadas foram questionadas, dando origem à Luta Antimanicomial e a outros movimentos da sociedade civil e grupos defensores dos direitos humanos. Esses movimentos deram origem à Reforma Psiquiátrica Brasileira, fundamentada nos ideais do modelo italiano. O CAPS emerge como um resultado concreto dessa reforma.

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) introduziu um novo paradigma de cuidado em saúde mental, baseado nos princípios de atendimento universal, integral e descentralizado, submetido ao controle social, conforme estabelecido pela Constituição Federal e pelo SUS (Borges; Baptista, 2008 *apud* Molina; Antoni, 2013). Este artigo visa explorar o papel evolutivo do CAPS nesse contexto transformador da assistência em saúde mental no Brasil.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) são classificados em CAPS I, CAPS II e CAPS III, todos desempenhando a mesma função no atendimento à população. Adicionalmente, existem o CAPS Infantil (CAPSi) e o CAPS Álcool e Drogas (CAPSad), destinados, respectivamente, ao atendimento de crianças e adolescentes, e de pacientes com transtornos relacionados ao uso e dependência de substâncias psicoativas (Brasil, Portaria n.º 336/GM, de 19 de fevereiro de 2002).

É de suma importância que os CAPS acolham as crises e atendam às demandas de saúde mental do território sob sua responsabilidade, promovendo o acesso e garantindo o acolhimento em situações de crise em saúde mental. A crise pode manifestar-se em vários momentos do desenvolvimento humano, em resposta a situações de perda, ameaça e estresse, perturbando o equilíbrio normal do indivíduo (Silva; Dimenstein, 2014 *apud* Silva; Moraes; Alencar, 2018).



Diante dessas crises, torna-se necessário realizar um atendimento focado no paciente e em suas demandas, visando conter potenciais prejuízos físicos e mentais. Além disso, é fundamental oferecer um ambiente terapêutico e acolhedor, capaz de incluir aqueles que, naquele momento, encontram-se em situação de desestruturação.

## **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica. Neste método de pesquisa o objetivo é sintetizar as evidências acerca de um tema investigado, tendo como proposta conhecer o estado atual do conhecimento sobre este tema, a fim de observar quais são as lacunas deste conhecimento que servirão de subsídio para o desenvolvimento de novas pesquisas (Mendes; Silveira; Galvão, 2008 ).

Para a realização da pesquisa foram utilizadas concomitantemente as bases de dados: (a) “Id on-line. Revista de Psicologia” (IDONLINE) e (b) *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO), utilizando os descritores: “crise” AND “ações” AND “rede de atenção psicossocial” AND “centro de atenção psicossocial”.

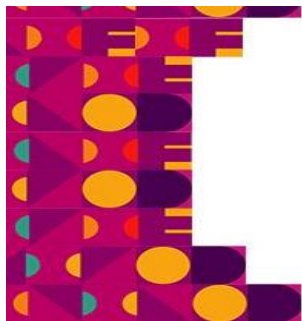
Ao selecionar as publicações a serem utilizadas neste trabalho, considerou os seguintes critérios de inclusão, artigos nacionais publicados na íntegra no idioma português, que continham algum dos descritores no título da publicação; publicados entre 2004 à 2014 e as legislações federais relativas à saúde mental.

## **DESENVOLVIMENTO**

Até meados do século passado, as doenças mentais eram tratadas por meio de internações, ao qual o paciente era internado em um hospital psiquiátrico, sendo alvo de segregação, tutela e terapia levando ao descuido e ao abuso. Esse modelo tornou-se alvo de muitas críticas após a segunda grande guerra mundial (1939-1945), e passou a ser comparado aos campos de concentrações devido às suas precárias condições de vida dada aos pacientes que eram equiparados a prisioneiros (Borba *et al.*, 2012).

Nesse contexto de mudanças visíveis que se desenvolveram durante da segunda parte do século XX, destaca-se o pensamento do psiquiatra italiano Franco Basaglia (1981) com relação a





ruptura do modelo psiquiátrico tradicional e o novo modelo de dispositivos que buscam tratar a saúde mental, através de uma luta contra a institucionalização dos manicômios e hospitais psiquiátricos, segundo ele:

Uma vez colocado em ação o processo de transformação institucional, nos damos conta da contradição da existência de uma instituição que nega a própria institucionalidade no interior de nosso sistema social, em cuja dinâmica se tende a absorver qualquer movimento que poderia alterar o equilíbrio geral. ... (N)ossa situação não tem outra saída senão continuar sendo contraditória: a instituição é contemporaneamente negada e gerida; a doença é contemporaneamente colocada entre parênteses e curada; a ação terapêutica é ao mesmo tempo refutada e executada” (Basaglia, 1981, pp. 514-515).

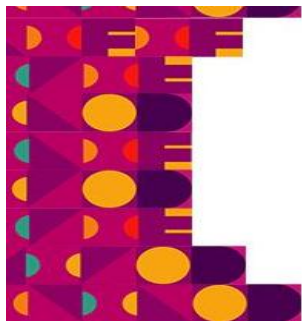
Na visão de Queiroz e Delamuta (2011), as críticas ao modelo hospitalocêntrico e à implementação do SUS no ano de 1990, possibilitou reorientar as instituições médicas e de saúde mental do país para que o atendimento das necessidades da população fosse de fato concretizadas, observando o modelo da reforma psiquiátrica (Queiroz; Delamuta, 2011).

O tema saúde mental e assistência ao paciente surgiu de um debate muito amplo sobre a necessidade de criação e implementação de novos modelos de atenção, para além do modelo hospitalar. Com as mudanças a partir da Lei 10.256/2001 os modelos antigos de tratamento foram sendo abandonados e implementados novos.

Nas palavras de Queiroz e Delamuta (2011, p. 3612):

[...] com a inclusão de serviços denominados de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Hospitais-Dia. Tais instituições têm por objetivo oferecer atenção integral, que postula a desospitalização e a desmedicalização, ao mesmo tempo em que procuram promover, por meio de uma clínica interdisciplinar ampliada, o resgate da cidadania e a integração social do paciente. Tais serviços são caracterizados como estruturas intermediárias entre a internação integral e a vida comunitária; são impulsionados pelos projetos de reforma psiquiátrica, que vêm sendo implementados em grande parte dos Estados Brasileiros.

O Centro de Acolhimento Psicossocial (CAPS) em suas diversas modalidades são os pontos estratégicos de foco da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), disponibilizam serviços médicos abertos à sociedade e é possuidor de uma comunidade formada por uma equipe multiprofissional que trabalha na perspectiva interdisciplinar e que presta atendimento prioritário aos que passam pelo sofrimento ou transtornos mentais, incluindo aqueles cujas necessidades decorrem do uso de crack, álcool e outras drogas em seu território, seja em situação de crise ou no processo de reabilitação psicossocial (Brasil, 2011).



Nesse diapasão, o Ministério da Saúde (Brasil, 2004) definiu na Portaria GM 224/92 o conceito de CAPS:

[...] unidades de saúde locais e regionalizadas que contam com uma população adscrita definida pelo nível local e que oferecem atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, em um ou dois turnos de quatro horas, por equipe multiprofissional (Brasil, 2004a, p. 2441).

A gama de serviços terapêuticos oferecidos pelo CAPS é bastante variada, entre eles: psicoterapia individual e em grupo, atividades de oficina terapêutica, visitas domiciliares, apoio a familiares, por meio de companhia e inclusão da família em atividades de implementação, supervisão psiquiátrica e outras atividades de integração comunitária (Brasil, 2004b).

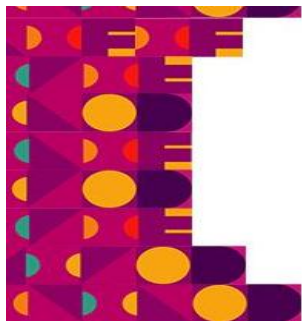
Diante do exposto, a criação do CAPS e de seus métodos de tratamento vieram em um momento singular e oportuno, mas mesmo diante de tantas mudanças desde sua implantação fica evidente a atualização dos seus procedimentos para que atenda as novas demandas sociais e as crises que surgem com mais frequência em nossa sociedade atualmente. No entendimento de Silva e Dimenstein (2014), a crise é um dos motivos de maior internação de novos pacientes, sendo possível sua manifestação é inúmeras situações, desde perdas, ameaças e estresses, alterando significativamente o equilíbrio normal do indivíduo (Silva; Dimenstein, 2014).

Nessa mesma linha de pensamento Lima *et al.* (2012) afirmam que as crises são uma situação marcada pela condição de um distúrbio do pensamento, emocional ou comportamental, sendo importante um atendimento de qualidade e célere que seja focado no paciente, garantindo que o mesmo não sofra prejuízos físicos, emocionais ou até risco contra sua vida (Lima *et al.*, 2012).

As situações de crise e emergência demonstram uma compreensão da assistência psicossocial, sendo fundamental entender que as crises são momentos de extrema fragilidade do paciente, mas devem ser observadas pela ótica da possibilidade de reconstrução do usuário, onde se exige criatividade nas intervenções desde a escuta indo em contraste com o modelo tradicional psiquiátrico (Campos *et al.*, 2009).

Fica evidente que os CAPS devem atender as crises, pois como anteriormente falado, os mesmos dispõem de equipes multidisciplinares capazes de manejar as situações de agitação e agressividade intensa dos pacientes em crise.

O CAPS atua nos territórios de pessoas, instituições e cenários em que se desenvolve o



cotidiano dos usuários e seus familiares, repassando uma imagem de um lugar de referência e de cuidado, onde os objetivos do exercício da cidadania e inclusão social dos usuários e familiares é garantido (Brasil, 2005).

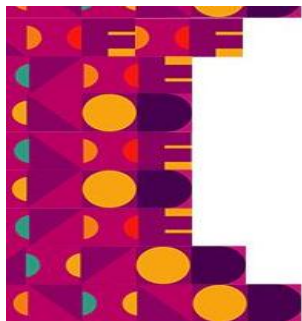
Segundo Borba *et al.* (2012), a inclusão do paciente que necessitam do serviço de saúde mental, possibilita o surgimento do sentimento de acolhimento na família do mesmo, pois a sensação de serem ouvidas diante do seu sofrimento, proporciona um alívio, sendo o CAPS o órgão responsável por ressignificar a relação da família para junto do usuário, pois os embates diários, os episódios de crises, as agressões físicas e verbais permitem com que o vínculo familiar fique cada vez mais esfacelado.

Como forma de atender as propostas das diretrizes, os profissionais de saúde mental devem estar preparados para atender as demandas impostas a eles, sendo um atendimento não linear, uni direcionado, mas devendo sempre ser compartilhado, visando a inclusão social e um cuidado adequado juntamente com a família do usuário (Mororo; Colvero; Machado, 2011).

Entre as medidas mais utilizadas pela equipe do CAPS estão as conhecidas ações educativas, elas são executadas por meio de atendimento grupal, individual, visitas à domicílio, reunião com parentes ou até mesmo por meio de festas comemorativas em datas especiais. Seu fulcro é unicamente unir a família, repassar conhecimento e entregar uma nova visão sobre a saúde mental moderna (Furtado, 2006).

[...] Quando a família participa dos eventos promovidos pelo CAPS, existe a possibilidade da equipe conhecer os familiares. Assim, os atendimentos, as oficinas, as visitas são facilitadores do processo de tratamento, consistindo em um espaço de construção de conhecimento e permitindo à equipe fazer intervenções não somente com os usuários, mas junto às famílias, pois todas essas ações permitem a inserção da família no sentido de promover ações educativas e de assistência no cuidado com o usuário.” (Araujo, 2015, p.35).

Desta forma, o CAPS assume um papel de suma importância no tratamento de incontáveis crises, emergências e acima de tudo torna-se um conselheiro amigo em prol da pacificação do sofrimento familiar e do paciente diante de seu infortúnio mesmo sendo sabido que em vários casos não existe cura, a instituição irá garantir com que o sentimento de acolhimento sempre esteja em primeiro lugar.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo nos possibilitou conhecer um pouco mais sobre o Centro de atenção Psicossocial (CAPS) onde vimos sua origem, as dificuldades enfrentadas, seus serviços que são disponíveis a toda população necessitada, a forma como trabalham e cuidam desses indivíduos.

O sistema de saúde que temos hoje e que fornece esse atendimento aos pacientes com transtornos mentais foi uma conquista árdua que perdurou por muitos anos até se tornar o que é hoje. Nada aconteceria se há muito tempo atrás os grupos defensores dos direitos humanos e a sociedade civil tivessem iniciado esse movimento tão importante e que marcou para sempre essa mudança no sistema de saúde mental. Em relação às crises dos pacientes, que é algo que ocorre com frequência, o CAPS consegue remediá-las, pois possui uma equipe multiprofissional preparada para essa realidade. A demanda claramente é enorme por isso a necessidade de tantos profissionais disponíveis. Algo que o CAPS preza muito é pela participação da família junto ao tratamento do indivíduo, é uma parceria que precisa existir para que o processo seja mais leve e dê bons resultados.

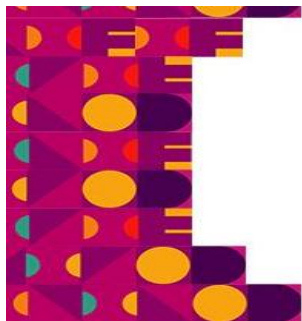
## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Crislaine Luiza. **O Caps e as ações educativas voltadas para as famílias no cuidado do paciente em sofrimento mental**. 2014. 57 p. Monografia — Universidade Federal de Minas Gerais, Campos Gerais, 2014. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9L5QJ3/1/tcc\\_crislaine\\_abr\\_2014.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-9L5QJ3/1/tcc_crislaine_abr_2014.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

BASAGLIA, Franco. **Scritti**: 1953-1968. Torino: Giulio Einaudi, 1981. v. 1.

BORBA, L. DE O. *et al.* Assistência em saúde mental sustentada no modelo psicossocial: narrativas de familiares e pessoas com transtorno mental. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 46, n. 6, p. 1406–1414, dez. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/nvDG9HtLRmptbY9gwcwqNvj/?lang=pt#>. Acesso em: 10 nov. 2023

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Republicada em 21 de maio de 2013. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental, incluindo aquelas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, 2011. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088\\_23\\_12\\_2011\\_rep.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011_rep.html). Acesso em: 10 de Nov. 2023



BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação em Saúde Mental 1990 – 2004**. 5. ed. Brasília: Editora MS, 2004. *E-book* (340 p.). ISBN 85-334-0802-1. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao\\_saude\\_mental\\_1990\\_2004\\_5ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/legislacao_saude_mental_1990_2004_5ed.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 86p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2005. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15\\_anos\\_Caracas.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/Relatorio15_anos_Caracas.pdf). Acesso em: 10 nov. 2023.

CAMPOS, R. T. O. *et al.* Avaliação da rede de centros de atenção psicossocial: entre a saúde coletiva e a saúde mental. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, p. 16–22, ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/P8HB3Cf9PzH9MG8b9BvwKqz/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FURTADO, J.P. Avaliação da situação atual dos Serviços Residenciais Terapêuticos no SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, n. 3, p. 785-795, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JTwDyvXkKZCGJmTHmNLtPSD/#>. Acesso em: 10 nov. 2023.

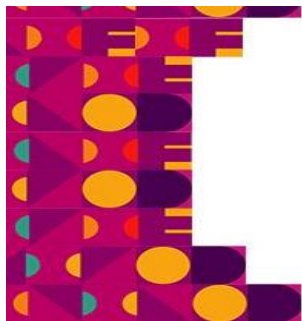
LEAL, Bruna Molina; ANTONI, Clarissa De. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS): estruturação, interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Aletheia**, Canoas, n. 40, p. 87-101, abr. 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-03942013000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942013000100008&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 10 nov. 2023.

LIMA, M. *et al.* Signos, significados e práticas de manejo da crise em Centros de Atenção Psicossocial. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 41, p. 423–434, abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/ttd7GbdbZVcBjyp8B5jY9Lb/?lang=pt>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758–764, out. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHNqNjKJLkXQ/?lang=pt#>. Acesso em: 10 nov. 2023.

MORORÓ, M. E. M. L.; COLVERO, L. DE A.; MACHADO, A. L. Os desafios da integralidade em um Centro de Atenção Psicossocial e a produção de projetos terapêuticos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 45, n. 5, p. 1171–1176, out. 2011.



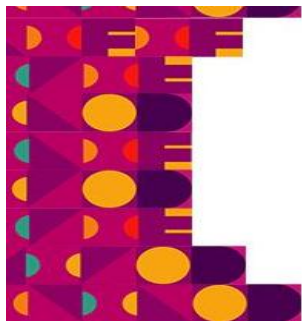


---

QUEIROZ, M. DE S.; DELAMUTA, L. A. Saúde mental e trabalho interdisciplinar: a experiência do "Cândido Ferreira" em Campinas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 8, p. 3603–3612, ago. 2011.

SILVA, M.L.B.; DIMENSTEIN, M.D.B. Manejo da crise: encaminhamento e internação psiquiátrica em questão. **Arq. bras. psicol.** [Internet]. v. 66, n. 3, p. 31-46. 2014.

SILVA FILHO, José Adelmo da; BRAGA, Vanessa de Moraes; HOLANDA, Maria do Livramento Alencar de. Saberes e Práticas de uma Equipe Multiprofissional: atendimento à crise no Centro de Atenção Psicossocial. **Id on Line Rev. Mult. Psic.**, v.12, n. 42, p. 862-874, 2018.



## ARTIGO DE REVISÃO

### Integrando a Psicologia nas Medidas socioeducativas: Uma revisão integrativa

*Integrating Psychology into Socio-educational measures: An integrative review*

*Integrando la Psicología en las Medidas socioeducativas: Una revisión integrativa*

Brena Ellen Feitoza Marques<sup>1</sup>, Débora Dantas de Sousa<sup>1</sup>, Danilo de Sousa Cezario<sup>1,2</sup>, Francisca Alves da Silva<sup>1</sup>, Willey Pereira Dos Santos<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,3</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Universidade Católica do Pernambuco – UNICAP

<sup>3</sup>Universidade Estadual Paraíba – UEPB

#### Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** A temática sobre adolescentes infratores continua a ser abordada sob preconceitos e tabus, indicando a necessidade de reavaliar e desmistificar esse estigma. Este estudo tem como objetivo compreender a atuação do psicólogo no contexto de medidas socioeducativas com adolescentes infratores, reconhecendo a importância dessa atuação na promoção de ajuda e acolhimento. A pesquisa adota uma abordagem descritiva, utilizando a revisão integrativa e análise de conteúdo como metodologias para investigação dos dados. No contexto da intervenção psicológica, destacam-se práticas como a escuta ativa, participação crítica na elaboração de relatórios psicossociais e o atendimento em grupo como potenciais estratégias de atuação do psicólogo. Os resultados obtidos indicam a necessidade de aprimoramento nas políticas públicas, que devem ser acompanhadas por uma fiscalização adequada. Além disso, é necessário realizar estudos adicionais nessa área, especialmente sobre o papel do psicólogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

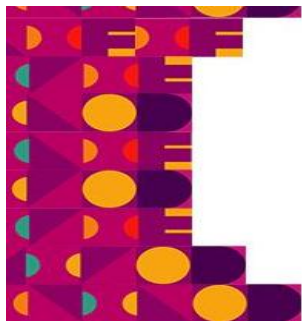
**Palavras-Chave:** Adolescentes. Psicologia. Medidas socioeducativas. Menor infrator.

**Abstract:** The issue of adolescent offenders continues to be approached under prejudice and taboos, increasing the need to reevaluate and demystify this stigma. This study aims to understand the psychologist's role in the context of socio-educational measures with adolescent offenders, monitoring the importance of this role in promoting help and support. The research adopts a descriptive approach, using an integrative review and content analysis as methodologies for investigating the data. In the context of psychological intervention, practices such as active listening, critical participation in the preparation of psychosocial reports and group assistance stand out as potential strategies for the psychologist's action. The results obtained indicate the need for improvement in public policies, which must be accompanied by adequate supervision. Furthermore, it is necessary to carry out additional studies in this area, especially on the role of the psychologist in the Specialized Reference Center for Social Assistance.

**Keywords:** Adolescent. Psychology. Educational measures. Minor offender.

## INTRODUÇÃO

No contexto global da atualidade, o Brasil se destaca como um dos países mais desiguais, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (2019) questões como desnutrição crônica, extrema pobreza e a ocorrência de violência contra jovens e adolescentes de baixa renda demonstram a urgência de melhorias. Entretanto, esses fatores se intensificam quando não existe apoio do governo,



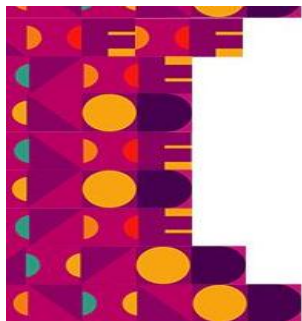
a carência de políticas públicas eficazes nos setores de lazer, educação, saúde e integração no mercado de trabalho impactam a vida dos jovens brasileiros.

Para Couto e Delgado (2015), as orientações governamentais estavam centradas no controle de determinados grupos de adolescentes e crianças, resultando na negligência das necessidades abrangentes desses grupos, as quais seriam reconhecidas somente como uma nova reestruturação jurídica e uma nova concepção de Estado. Além disso, a política de saúde mental para crianças e adolescentes foi incluída de forma tardia na agenda brasileira.

A atuação dos psicólogos no desenvolvimento das medidas socioeducativas desempenha um papel fundamental para compreender e intervir de maneira eficaz no processo de ressocialização dos adolescentes infratores em conflito com a lei. As ações socioeducativas devem ter como objetivo geral exercer influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade e favorecendo a elaboração de um projeto de vida. No que diz respeito à temática em questão, o Conselho Federal de Psicologia – CFP (2021) afirma que a função primordial das medidas socioeducativas é proporcionar atividades que permitam aos adolescentes repensar suas vidas e criar um novo projeto com autonomia e singularidades. Portanto, este trabalho tem como principal objetivo analisar as possíveis atuações do psicólogo nas medidas socioeducativas com adolescentes, compreendendo o papel deste profissional e como ele pode auxiliar e influenciar positivamente na vida do adolescente.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo fundamentado em uma revisão integrativa, seguindo o método proposto por Souza, Silva e Carvalho (2010). A pesquisa integrativa adota uma abordagem abrangente, viabilizando a análise tanto de estudos experimentais quanto não experimentais, ao combinar dados provenientes da literatura empírica e teórica (Souza; Silva; Carvalho, 2010). No processo de busca por artigos na literatura, foram consultadas as seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). Os descritores selecionados e suas respectivas combinações na língua portuguesa para a pesquisa foram: "Adolescente" AND "Crime" AND "Psicólogos" AND "Psicologia" AND "Medidas socioeducativas". Os critérios de inclusão estabelecidos para a seleção dos artigos foram: publicação em língua portuguesa, artigos que não são revisões da literatura e artigos que abordem a temática em questão.



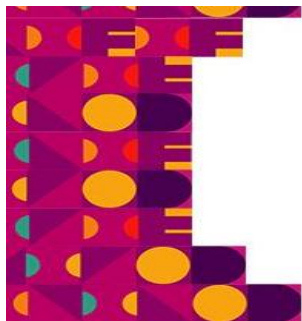
Os artigos selecionados concentram-se na análise de adolescentes que cometeram alguma violação, analisando a atuação do psicólogo nesse cenário. Para a coleta de dados, foi empregado um instrumento validado por Ursi (2005), consistindo em uma tabela que facilita a organização e comparação dos achados. A coleta de dados foi efetuada em 09/11/2023, e a análise de conteúdo foi adotada como método para examinar as informações levantadas. Foram encontrados 174 trabalhos, sendo 146 no LILACS, 28 na SciELO, esses números apresentados já estão com o filtro utilizado para a obtenção de artigos apenas na língua brasileira. Foram utilizados sete artigos para revisão integrativa, sendo três da base de dados SciELO e quatro da LILACS.

## DESENVOLVIMENTO

A adolescência é uma fase importante no desenvolvimento humano, como discutida por Erikson (1976 *apud* Ozella, 2002), é considerada uma etapa em que os jovens buscam estabelecer suas identidades e lidar com a confusão de papéis. Essa busca por identidade torna-se ainda mais complexa quando consideramos as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes em diferentes contextos sociais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), a população global de jovens e adolescentes, compreendendo aqueles entre 10 e 24 anos, representa cerca de 29%. A predominância significativa de 80% desses jovens reside em países em desenvolvimento. No entanto, no Brasil, essa fase da vida é marcada por desafios, especialmente no que diz respeito à mortalidade. Em 2016, observou-se uma proporção alarmante de mortes por causas externas entre os jovens brasileiros. Quase da metade 56 mil óbitos por homicídios ocorreu em jovens com idade entre 15 e 29 anos, sendo que 77% dessas vítimas eram negras (Malta *et al.*, 2021).

Apesar desses dados apresentados, que demonstram que os adolescentes também são vítimas do sistema, a visão da sociedade sobre adolescentes que cometem infrações muitas vezes é preconceituosa, os deixando à margem da sociedade. Entretanto, a proteção familiar e estatal desempenha um papel vital no desenvolvimento saudável nessa fase, mesmo assim é frequentemente negligenciada e desconsiderada. Segundo Priuli e Moraes (2007), ao analisar atos infracionais em São José do Rio Preto, a pesquisa revelou que a maioria desses adolescentes faz uso de múltiplas substâncias, incluindo tabaco, maconha, álcool e crack. Essa preocupante frequência torna-se mais alarmante ao considerar que esses hábitos começam na infância. Ademais, de acordo com Costa



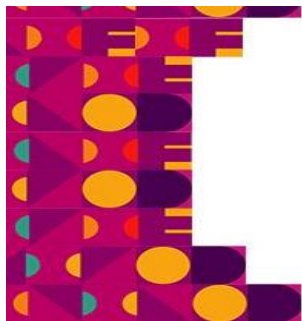
(2006), a categorização de um adolescente como infrator está vinculada a fatores como violação de dispositivos legais, atribuição de um ato infracional e a subsequente atribuição de responsabilidade no âmbito do processo legal.

Para ter uma melhor compreensão sobre os resultados encontrados, é necessário primeiramente entender o que são medidas socioeducativas. Para Costa *et al.* (2011) são meios jurídicos aplicados quando ocorre uma prática de violação da lei pelo adolescente (Costa *et al.*, 2011). As medidas aplicadas podem variar, podem ser obrigação de reparar o dano, advertência, Prestação de serviço à comunidade (PSC), Liberdade assistida (LA), inserção em regime de semiliberdade, e internação em estabelecimento educacional (art. 112º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, a legislação brasileira dispõe sobre a implementação e execução das medidas socioeducativas por meio do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), (Brasil, 2006). É através dele que políticas públicas implementam medidas socioeducativas previstas no ECA, seguindo os princípios dos direitos humanos. Bem como, regras de caráter pedagógico, financeiro, político, entre outros, devem ser seguidas durante o processo do ato infracional (Costa *et al.*, 2011).

De acordo com as autoras Bossa e Guerra (2023), os centros socioeducativos abrigam adolescentes que compartilham características como negligência, evasão escolar e pertencimento à classe social de baixa renda. Em seu artigo, destacam que essa condição de vulnerabilidade não apenas reflete o abandono por parte das políticas públicas, mas também representa um "panorama de fracassos das políticas públicas". Essa constatação é corroborada por Costa *et al.* (2011) que com base em dados do IBGE (2004), apontam que 1% da população detém 13,5% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres detêm apenas 14,14%.

Conforme relatado em um estudo conduzido por Silva, Alberto e Costa (2022), que envolveu dez jovens submetidos a medidas socioeducativas de internação no estado da Paraíba, a trajetória de vida desses indivíduos foi marcada por diversas violações. Entre essas violações, destacam-se dificuldades socioeconômicas, inserção precoce no trabalho, acesso a drogas, violência e envolvimento em atos infracionais por necessidade de consumo e acesso a bens. Adicionalmente, expressões reveladas por adolescentes em processo de cumprimento de medidas socioeducativas durante uma escuta clínica, conforme descrito por Bossa e Guerra (2023), evidenciam a conscientização desses jovens quanto ao lugar de exclusão que ocupam.





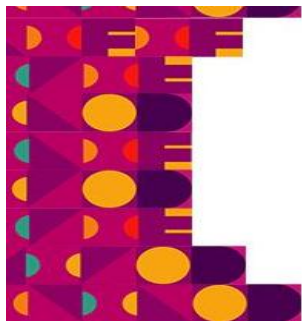
De acordo com Guirado Marlene (2006) *apud* Dionisio e Silva (2020), é necessário a reavaliação da prática do psicólogo dentro de instituições que trabalham com adolescentes infratores. Aprimoramentos na abordagem da escuta ativa, para além da técnica, é essencial para auxiliar o indivíduo a adquirir uma nova compreensão de si mesmo. Além disso, mudanças no pensamento tradicional são imprescindíveis, já que existem adolescentes em situação de atendimento diferenciado.

Costa *et al.* (2011) por outro lado, argumentam que o papel do psicólogo é mais específico, centrando-se na elaboração do relatório psicossocial destinado ao juiz. Segundo o autor, este relatório auxilia o juiz na tomada de decisões. Contudo, o autor destaca uma preocupação significativa, apontando que o documento muitas vezes encara os atos infracionais como tendências definitivas e naturais, negligenciando a perspectiva de que tais comportamentos são construções transitórias suscetíveis de transformação. Ademais, embora o foco da Justiça seja entender aspectos específicos do ato cometido, é dever da equipe psicossocial responsável pela elaboração do relatório transformar essa solicitação em uma oportunidade de compreensão do sujeito e sua história, portanto, o psicólogo como membro dessa equipe, precisa ter esse olhar diferenciado para as diferentes realidades brasileiras.

Em um relato de experiência sobre cinco encontros de grupo com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, conduzido por Grassi *et al.*, (2019) demonstra como o psicólogo pode trabalhar com atendimento em grupo. Esse tipo de técnica oferece ao profissional da psicologia a oportunidade de abordar, de maneira mais dinâmica, as demandas pessoais e coletivas, facilitando a troca de experiências entre os adolescentes e permitindo a ressignificação por meio da mediação do psicólogo. Além disso, a tendência natural dos adolescentes em formarem grupos, buscando semelhantes para estabelecerem um sentimento de pertencimento, refúgio e segurança é um aspecto essencial para esse processo e favorece a aceitação dos adolescentes nesse tipo de abordagem (Azevedo; Mello, 2009).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O número de adolescentes e jovens, constitui 29% da população mundial, e boa parte deles residem em países em desenvolvimento, caracterizados por situações de vulnerabilidade social e desigualdades socioeconômicas (IBGE, 2007). Essa condição influencia significativamente o destino



de muitos jovens, especialmente durante essa fase marcada por muitas transformações. Além disso, o preconceito enraizado na sociedade contribui para a escassez de oportunidades e acolhimento. No contexto de violação de direitos dos adolescentes, a atuação do psicólogo é ampla e insubstituível. Como mencionado anteriormente, um exame atento da história do adolescente, sobretudo ao elaborar relatórios psicossociais, e a aplicação de técnicas como a escuta ativa e o atendimento em grupo são ferramentas que promovem acolhimento e instigam reflexões nos jovens.

Em suma, é necessário investigações e mais pesquisas nessas áreas, especialmente sobre o papel do psicólogo no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) no contextos de medidas socioeducativas. Ademais, a presença de um adolescente no universo criminal muitas vezes reflete não apenas um erro individual, mas também uma falha sistêmica do Estado e das políticas públicas. Portanto, é fundamental políticas públicas de qualidade que assegurem os direitos desses adolescentes e promovam a devida fiscalização.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. R. D.; MELLO, V. M. R. M. **Trabalhando em grupo com adolescentes**. São Paulo, SP: Atheneu, v. 1, p. 230, out. 2008.

BOSSA, D. F.; GUERRA, A. M. C. Adolescência e ato infracional: por que os adolescentes se submetem à criminalidade? **Psicologia USP**, v. 34, 2023.

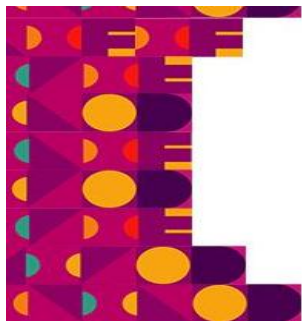
BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. (2006). Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Brasília: CONANDA. Disponível em: < <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda/resolucoes/resolucao-no-113-de-19-04-06-parametros-do-sgd.pdf> > Acesso em: 09 nov. 2023.

COSTA, A. C. G. Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas: conceitos e princípios norteadores. **Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos**, v. 1, p. 16. 2006.

COSTA, L. F.; PENSO, M. A.; SUDBRACK, M. F. O ; JACOBINA, O. M. P. Adolescente em conflito com a lei: o relatório psicossocial como ferramenta para promoção do desenvolvimento. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 3, jul. 2011.

COUTO, M. C. V.; DELGADO, P. G. G. Crianças e adolescentes na agenda política da saúde mental brasileira: inclusão tardia, desafios atuais. **Revista Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 17-40, 2015.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) no**



**âmbito das medidas socioeducativas.** Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. 1. ed. Brasília: CFP, 2021. Disponível em: <[https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt\\_crepop\\_medidas\\_socioeducativas\\_2021.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/12/rt_crepop_medidas_socioeducativas_2021.pdf). > Acesso em: 09 nov. 2023.

DIONISIO, G. H.; SILVA, J. A. O psicólogo no acompanhamento de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas: seria possível uma escuta analítica? **Revista de Psicologia**, v. 11, n.1, p. 158-170, 2020.

GRASSI, G. O.; COLTRO, B. P.; GIACOMOZZI, A. I.; ROSA, T. R. S. O trabalho do psicólogo com grupo de adolescentes em privação de liberdade. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 10, n. 3, p. 228-242, dez. 2019.

IBGE (2004). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004>> . Acesso em: 09 nov. 2023.

IBGE (2007). **Vamos conhecer o Brasil?** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/7a12/conhecer\\_brasil](http://www.ibge.gov.br/7a12/conhecer_brasil)> . Acesso em: 09 nov. 2023.

Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 de julho). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf)> Acesso em: 09 nov. 2023.

MALTA, D. C.; MINAYO, M. C. DE S.; CARDOSO, L. S. DE M.; VELOSO, G. A.; TEIXEIRA, R. A.; PINTO, I. V.; NAGHAVI, M. Mortalidade de adolescentes e adultos jovens brasileiros entre 1990 e 2019: uma análise do estudo Carga Global de Doença. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 9, 2021.

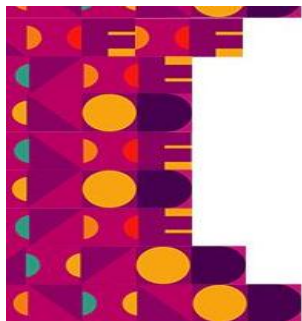
OZELLA, S. Adolescência e psicologia: concepções, práticas e reflexões críticas. **Conselho Federal de Psicologia**: Rio de Janeiro, p.16-24, 2002. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/01/adolescencial.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2023.

PRIULI, R. M. A.; MORAES, M. S. Adolescentes em conflito com a lei. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 5, setembro. 2007.

SILVA, E. B. F. DE L.; ALBERTO, M. DE F. P.; COSTA, C. S. DA S. Juventude, contexto social e medidas socioeducativas: trajetórias de (des)proteção social? **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 34, 2022.

SOUZA, M. T. DE.; SILVA, M. D. DA.; CARVALHO, R. DE. Revisão Integrativa: o que é e como fazer? **Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein**, v. 8, n. 1, janeiro. 2010.

UNICEF. **Situação das crianças e dos adolescentes no Brasil**. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/situacao-das-criancas-e-dos-adolescentes-no-brasil>> Acesso em: 09 nov. 2023.



2º Congresso  
Internacional  
Interdisciplinar

Bioethics Archives, Management and  
Health

v. 5, n. especial, p. 01-128, 2025.

ISSN: 2763-9991

<https://www.biamah.com.br/>

URSI, E.S. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura.

[**Dissertação de Mestrado**]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto; p. 1. 2005.

ARTIGO DE REVISÃO

**O papel do psicólogo hospitalar na relação empática e cuidados paliativos em uma equipe multiprofissional**

*The role of the hospital psychologist in the empathetic relationship and palliative care in a multidisciplinary team*

*El papel del psicólogo hospitalario en la relación empática y los cuidados paliativos en un equipo multidisciplinar*

Erica Joyce de Sousa Figueiredo<sup>1</sup>, Fillipe Goncalves Araujo<sup>1</sup>, Ana Karla Alves Agripino<sup>2</sup>, Lorraine Lacerda Leite<sup>1</sup>, Francisca Alves da Silva<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,2,3</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Centro Universitário de Patos – UNIFIP

<sup>3</sup>Universidade Estadual Paraíba – UEPB

**Autor Correspondente**

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** O presente estudo aborda a relevância da equipe multiprofissional nos cuidados paliativos e como essa abordagem beneficia os pacientes que necessitam de cuidados mais humanizados. A atenção humanizada procura não apenas enxergar o paciente como uma doença em si, mas como um ser biopsicossocial que carrega consigo suas crenças e particularidades. Ao compreender essas especificidades, a equipe multiprofissional torna-se mais assertiva na comunicação e na abordagem terapêutica, facilitando assim a adesão ao tratamento e proporcionando melhores resultados. Nesse contexto, o presente trabalho apresenta como principal resultado o papel do psicólogo hospitalar como um elo principal nesse processo, contribuindo para a eficácia do atendimento e promovendo a qualidade de vida do paciente.

**Palavras-Chave:** Cuidados-Paliativos. Atendimento-Humanizado. Equipe-Multiprofissional. Psicólogo-Hospitalar.

**Abstract:** The present study reports the importance of the multidisciplinary team in palliative care and how this benefits the patient who needs this more humanized care. This humanized care seeks not only to see the patient, but also the disease itself more as a biopsychosocial being that brings with it its beliefs and its particularities. The multidisciplinary team, knowing these particularities mentioned, will be more precise in relation to the communication and form of treatment of this patient, thus facilitating adherence to treatment and achieving better results. And with this we understand the real role of the hospital psychologist and its importance as the main link in this process.

**Keywords:** Palliative care. Humanized Service. Multi-professional team. Hospital Psychologist.

**Resumen:** El presente estudio aborda la relevancia del equipo multidisciplinario en cuidados paliativos y cómo este enfoque beneficia a los pacientes que requieren cuidados más humanizados. La atención humanizada busca no sólo ver al paciente como una enfermedad en sí misma, sino como un ser biopsicosocial portador de sus creencias y particularidades. Al comprender estas especificidades, el equipo multidisciplinario se vuelve más asertivo en la comunicación y en el abordaje terapéutico, facilitando así la adherencia al tratamiento y proporcionando mejores resultados. En este contexto, el presente trabajo presenta como principal resultado el papel del psicólogo hospitalario como eslabón principal de este proceso, contribuyendo a la efectividad de la atención y promoviendo la calidad de vida del paciente.

**Palabras clave:** Cuidados paliativos. Servicio Humanizado. Equipo multiprofesional. Psicólogo hospitalário.





## INTRODUÇÃO

O enfrentamento de doenças graves implica desafios não apenas físicos, mas também emocionais e psicológicos tanto para os pacientes quanto para suas famílias. Nesse contexto, a atenção à dimensão humanizada dos cuidados de saúde torna-se imperativa. Este estudo visa explorar a interseção entre os Cuidados Paliativos e a Humanização no ambiente hospitalar, reconhecendo a necessidade de abordagens abrangentes que transcendam a esfera clínica.

A metodologia adotada baseia-se na análise crítica da obra "Cartilha de Cuidados Paliativos" (Teixeira, 2020). Com uma abordagem descritiva e exploratória, a pesquisa busca identificar elementos fundamentais nesta cartilha, considerando-a como uma fonte principal de informações. Paralelamente, realiza-se um levantamento de estudos científicos que respaldam e enriquecem os princípios apresentados na cartilha. Este enfoque permite uma compreensão abrangente dos benefícios dos cuidados paliativos, com destaque para a atuação multiprofissional e a importância da comunicação empática junto a ação do psicólogo hospitalar.

Ao estabelecer uma conexão entre a teoria proposta na cartilha, a literatura científica e as práticas vivenciadas no contexto hospitalar, este estudo busca contribuir significativamente para a compreensão mais profunda dos elementos-chave que definem a eficácia dos cuidados paliativos e a necessidade de humanização. A articulação entre a revisão crítica da literatura e a análise de estudos científicos proporcionará insights valiosos para a promoção de práticas mais centradas no paciente e no cuidado integral no ambiente hospitalar.

As patologias são muito específicas, apresentam sintomas e desdobramentos tão próprios, a psicologia não é capaz de resolver todos os problemas, mas pode oferecer suporte emocional e ajudar a encontrar soluções, visto que nossa competência e nosso olhar estarão voltados para a escuta do sofrimento e o fortalecimento das defesas psíquicas necessárias ao enfrentamento de situações difíceis como o adoecimento e suas consequências psicossociais, compreendendo que, neste contexto, muitos se desestabilizam emocionalmente.

Amaral *et al.* (2012, p. 136) ratifica este pensamento dizendo que “Muitos vivenciam esse processo de forma desadaptativa, e é nesse contexto que atua a(o) psicóloga(o) hospitalar, trabalhando no intuito de propiciar um olhar diferenciado ao doente, buscando melhora da doença a partir do reconhecimento do doente como ser biopsicossocial.”



## **METODOLOGIA**

A presente investigação foi feita através de uma revisão bibliográfica que conforme a afirmação (Santos; Candeloro, 2006, p. 43). Esta escolha metodológica permite uma análise aprofundada dos cuidados paliativos e do atendimento humanizado em ambientes hospitalares, explorando suas nuances e contextos com o papel do psicólogo hospitalar (Santos; Candeloro, 2006, p. 43). Este enfoque permite uma compreensão abrangente dos benefícios dos cuidados paliativos, com destaque para a atuação multiprofissional e a importância da comunicação empática junto a ação do psicólogo hospitalar.

Para a realização da pesquisa foram utilizadas as seguintes bases de dados: (a) Scientific Electronic Library Online (SCIELO), (b) Cartilha de Cuidados Paliativos; de Karen Strong Teixeira 2020. utilizando os descritores “cuidados” AND “paliativos” AND “psicólogo hospitalar” AND “equipe multiprofissional”.

No processo de seleção das publicações para este trabalho, foram estabelecidos critérios de inclusão. Primeiramente, foram considerados apenas artigos nacionais escritos em língua portuguesa. Além disso, foi exigido que esses artigos contenham descritores relacionados ao tema no título da publicação, a fim de garantir maior precisão e adequação ao assunto em questão. Também foi estipulado que as publicações selecionadas devem ter sido publicadas no período de 2006 a 2020, para abranger um intervalo de tempo específico e atualizado o suficiente para o estudo.

## **DESENVOLVIMENTO**

Usamos os preceitos construídos na “A Cartilha de Cuidados Paliativos” *gerada a partir da inquietação e reflexão da* autora Karen Strong Teixeira quanto a necessidade de compreensão e abordagem aos cuidados assistenciais ao paciente em seu leito de morte com dignidade (Teixeira, 2020, p. 6). Para entendermos o papel ativo do psicólogo em conjunto com o processo multiprofissional do âmbito hospitalar. Onde de início a autora já enfatiza que:

A abordagem ao paciente sob cuidados paliativos, requer uma atuação interativa multiprofissional, baseada na troca de informações entre os profissionais, na vivência do trabalho em equipe, mas principalmente tendo como foco, amenizar o sofrimento, propiciando melhor qualidade de vida ao paciente (Teixeira, 2020, p 6).



O atendimento empático no contexto hospitalar é de grande importância, com potencial impacto no bem-estar psicológico do indivíduo conforme o autor Simonetti (2004, p. 15) afirma: “toda doença apresenta aspectos psicológicos, toda doença encontra-se repleta de subjetividade, e por isso pode se beneficiar do trabalho da(o) psicóloga(o) hospitalar”.

O autor acrescenta ainda que, o adoecimento se dá quando o sujeito humano, carregado de subjetividade, esbarra em um “real”, de natureza patológica, denominado “doença”, presente em seu próprio corpo, produzindo uma infinidade de aspectos psicológicos que podem se evidenciar no paciente, na família ou na equipe de profissionais (Simonetti, 2004, p. 15).

Por esse motivo nota-se que é de grande importância o atendimento comunicativo e humanizado no âmbito hospitalar pois desempenha um papel vital no bem-estar psicológico do indivíduo e contribui com o estabelecimento de uma relação de confiança, reduz a ansiedade e estresse, melhora a adesão ao tratamento e promove resultados de saúde mais positivos. Onde na obra analisada a autora trata desta importância como:

Todos os pacientes portadores de patologias graves, que podem promover ameaças à continuidade da vida e que promovam sintomas de sofrimento, este pode ser físico, psíquico, social e / ou espiritual, podem se beneficiar do atendimento da equipe de Cuidados Paliativos. As famílias destes pacientes também são beneficiadas com cuidados, orientação e apresentam melhor qualidade de vida. Alguns exemplos de doenças onde pacientes podem ser beneficiados: HIV, câncer, doenças neurológicas progressivas, insuficiência cardíaca grave, insuficiência renal grave (Teixeira, 2020, p. 10) .

Em consequência disso, é possível notar que é árduo lidar com o adoecimento, conforme a afirmação de (Souza, 2003, 2005, 2013) O adoecimento revela o homem desabrigado, vulnerável diante da sua própria situação, centrado no desconforto e no mal-estar, preocupado com o futuro que se desestabiliza. Ele precisa se reconhecer em situação, confrontar-se com sua realidade, com as necessidades do momento. O impacto emocional e a repercussão nas pessoas envolvidas nesta situação também vão depender de quem é o paciente e de como se instalou seu problema de saúde. O ser em situação desabrigada deixa emergir sua singularidade e contradições: angústia, incertezas, medos difusos, confiança, esperança, fé. É necessário dar voz a experiência humana de sofrimento, buscando reflexões e elaborações dos conteúdos psíquicos presentes (Souza, 2003, 2005, 2013). Isso se dá ao fato de que a doença é algo inesperado e tira o ser adoecido da sua zona de conforto. Nesse sentido a obra de Karen ainda expressa sobre os benefícios dos Cuidados Paliativos dizendo:



Atualmente existem diversas pesquisas científicas onde demonstram que os Cuidados Paliativos são benéficos para a saúde e bem-estar dos pacientes e familiares. Estas pesquisas comprovam que os pacientes têm seus sintomas controlados e são capazes de demonstrar que as suas necessidades emocionais passaram a ter uma melhoria na qualidade de vida (Teixeira, 2020, p. 10).

Ressalvo as palavras da psiquiatra (Kübler-Ross, 2012) “Existe dentro de cada um de nós um potencial de bondade além de nossa imaginação; para dar que não busca recompensa; por ouvir sem julgamento; por amar incondicionalmente.” a visão desta comunicação empática em pacientes identificados com câncer (por exemplo) desempenha um papel significativo nesse processo, pois a equipe multiprofissional necessita ter a gestão de lidar com a dimensão emocional do paciente e também dos familiares. Portanto, ao comunicar um diagnóstico, o doutor/psicólogo necessita direcionar as informações sobre a enfermidade e como ela irá influenciar no indivíduo. Dito isso, a equipe multiprofissional necessita ser acolhedora, empática, escutar o paciente para responder suas incertezas, como o mesmo está se sentindo ao longo do tratamento, fornecer apoio emocional, orientações físicas, estabelecer uma relação de confiança para que ele saiba como está reagindo, no que necessita.

Com as discussões já fomentadas de quão difícil é lidar com esses procedimentos clínicos hospitalares a mais valia de um acompanhamento psicológico por meio de agentes da área servem como elo primordial para a rede que se beneficia destes Cuidados Paliativos. Observa-se, então por exemplo, durante uma consulta oncológica, a presença de grande ansiedade por parte do paciente e da equipe multiprofissional. Junto ao diagnóstico de câncer, leva-se consigo vários estigmas e, com eles, grande impacto na dimensão emocional do paciente, além disso, a família do paciente também é alvo e origem de estresses emocionais. O próprio tratamento é gerador de morbidade e de uma tensão adicional. Esses aspectos devem ser considerados pelo médico/psicólogo, que, por sua vez, também experimenta sentimentos provocados pela doença do paciente. As equipes multiprofissionais experimentam angústia e tristeza, que não são tão evidentes ao comunicar o diagnóstico para pacientes em outras fases da vida. Na de (Teixeira, 2020, p. 11) Em cada uma destas áreas podemos encontrar peculiaridades profissionais em condições de auxiliar o paciente para uma vivência de qualidade até a sua finitude.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu que se compreendesse sobre a importância de um atendimento humanizado e Cuidados Paliativos ressaltava também sua influência no bem-estar psicológico. É possível inferir que quando o paciente é tratado de maneira empática se cria um vínculo real com uma equipe multiprofissional que deixa o doente mais confortável perante a situação de doença e facilita a adesão ao tratamento, também possibilita ao médico ter uma compreensão, mesmo que mínima, dos sentimentos e emoções do paciente, o que contribui para uma melhor abordagem já que cada ser como sendo biopsicossociais tem as suas peculiaridades assim facilitando para o médico um melhor manejo desses sentimentos.

No tangente ao profissional psicólogo ao que se remete a participar de uma equipe assim em um âmbito hospitalar lhe é atribuído muitas responsabilidades e relevância, visto estar na linha de frente com o paciente, familiares e equipe multiprofissional, cabe ao psicólogo hospitalar vai ser o elo que vai ajudar nesta comunicação além de dar o devido apoio a família e paciente.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE CUIDADOS PALIATIVOS. **Manual de cuidados paliativos - ampliado e atualizado**. 2 edição. São Paulo, agosto 2012.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer**: o que os doentes terminais têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

SIMONETTI, Alfredo. **Manual de psicologia hospitalar: o mapa da doença**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

SOUZA QUINTAS, J. A entrevista clínica no contexto hospitalar. Interlocuções. **Revista de Psicologia da UNICAP**. Ano 3 nº ½ Janeiro/Dezembro/2003. p.97-103.

SOUZA QUINTAS, J. **Nos corredores de um hospital: a experiência de ser psicóloga numa instituição pública de saúde**. Recife, Ed do autor, 2013.

SOUZA QUINTAS, J. Vividação: do trauma à reabilitação do paciente queimado. **Revista Brasileira de Queimaduras**. vol 5 Janeiro/Junho, 2005, nº 1 p. 41 – 50.

TEIXEIRA, Karen Strong Ferreira; CORVINO, Marcos Paulo Fonseca. **Cartilha de Cuidados Paliativos**. Niterói: (UFF/CAPES), 2020. p. 6 - 16.





## ARTIGO DE REVISÃO

### O papel do psicólogo na promoção de saúde mental frente a demandas de pacientes vítimas de racismo: uma revisão integrativa

*The role of psychologists in promoting mental health in response to the needs of patients victimized by racism: an integrative review*

*El rol del psicólogo en la promoción de la salud frente a las demandas de pacientes víctimas de racismo: una revisión integrativa*

Ana Livia Rolim Dias<sup>1</sup>, Thársila Évely Bezerra de Sousa<sup>1</sup>, Danilo de Sousa Cezario<sup>1,2</sup>, Francisca Alves da Silva<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,3</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Universidade Católica do Pernambuco – UNICAP

<sup>3</sup>Universidade Estadual Paraíba – UEPB

#### Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** O racismo é uma prática que afeta diretamente a saúde mental do indivíduo, podendo assim gerar sofrimentos psíquicos. Dessa forma, é preciso ser levado em consideração essa temática e a subjetividade da população negra na prática profissional dos psicólogos. O objetivo central desta revisão integrativa foi investigar quais são as ações, como o profissional lida com pacientes com traumas recorrentes de experiências racistas e abordar através de vários artigos como conduzir uma psicoterapia em casos assim. Foram realizadas buscas nas plataformas SciELO e Google acadêmico, no período de 2023, no qual sete artigos foram selecionados e utilizados para a análise. Os resultados referem-se a importância do acolhimento e da criação de uma aliança terapêutica, abordar temas relacionados às questões raciais e ter conhecimento sobre, a psicoeducação, a audiência não punitiva, identificar o racismo como oriundo desse sofrimento e conclui-se que é crucial essas ações no setting terapêutico.

**Palavras-Chave:** Saúde Mental. Racismo. Negros. Psicologia. *Setting* Terapêutico.

**Abstract:** Racism is a practice that directly affects an individual's mental health, and can thus generate psychological suffering. Therefore, this theme and the subjectivity of the black population must be taken into consideration in the professional practice of psychologists. The central objective of this integrative review was to investigate what the actions are, how the professional deals with patients with recurring trauma from racist experiences and to address, through several articles, how to conduct psychotherapy in such cases. Searches were carried out on the SciELO and Google Scholar platforms, in the period 2023, in which seven articles were selected and used for analysis. The results refer to the importance of welcoming and creating a therapeutic alliance, addressing topics related to racial issues and having knowledge about psychoeducation, the non-punitive audience, identifying racism as arising from this suffering and it is concluded that it is crucial these actions in the therapeutic setting.

**Keywords:** Mental Health, Racism, Blacks, Psychology, Therapeutic Setting.

**Resumen:** El racismo es una práctica que afecta directamente a la salud mental de un individuo y, por tanto, puede generar sufrimiento psicológico. Por tanto, este tema y la subjetividad de la población negra deben ser tomados en consideración en el ejercicio profesional de los psicólogos. El objetivo central de esta revisión integradora fue investigar cuáles son las acciones, cómo el profesional aborda a los pacientes con trauma recurrente por experiencias racistas y abordar, a través de varios artículos, cómo conducir la psicoterapia en tales casos. Se realizaron búsquedas en las plataformas SciELO y Google Scholar, en el período 2023, en las que se seleccionaron y utilizaron para el análisis siete artículos. Los resultados refieren la importancia de acoger y crear una alianza terapéutica, abordar temas relacionados con la problemática racial y tener conocimientos sobre la psicoeducación, el público no punitivo, identificando el racismo como surgido de este padecimiento y se concluye que es crucial estas acciones en el marco terapéutico.



**Palabras clave:** Salud mental, Racismo, Negros, Psicología, Entorno terapéutico.

## INTRODUÇÃO

O racismo consiste na ideia de que algumas raças são inferiores a outras, atribuindo desigualdades sociais, culturais, políticas, psicológicas, à "raça" e, portanto, legitimando as diferenças sociais a partir de supostas diferenças biológicas (Zamora, 2012, p.565). No período colonial no Brasil, houve a escravidão de africanos, no qual os mesmos foram tirados de suas terras de origem e afastados dos seus laços pessoais contra a sua vontade, muitas vezes sem conhecer a língua e os costumes do novo lugar. Eram considerados como mercadorias para desempenhar funções para a mão de obra no trabalho, passando por um tratamento desumano. Os africanos ainda eram submetidos a conviver com a discriminação e preconceito da elite escravocrata da época, tratando o indivíduo negro como inferior a eles (Lima, 2010). A sociedade brasileira foi construída com base na exploração e desumanização de pessoas negras que eram vistas como inferiores perante a sociedade daquela época. Essa realidade refletiu na visão do negro no Brasil, trazendo profundas marcas para a sociedade contemporânea.

Desse modo, o racismo foi se estruturando e se fazendo presente em todos os meios sociais, como: escola, redes sociais, espaços religiosos, etc. E, atualmente, mesmo depois de décadas, ainda existe o racismo, a discriminação e o preconceito contra os negros, gerando, em quase todos os casos, sofrimento psíquico às vítimas. Tornando-se necessário o (a) profissional de psicologia para promover auxílio, atendimento e intervenções eficazes quanto a essa temática vivenciada pelo paciente, proporcionando saúde mental ao público afetado. O presente estudo busca responder a seguinte pergunta-problema: quais as ações e o papel do psicólogo perante aos pacientes com sofrimento psíquico em decorrência do racismo?

De acordo com Damasceno e Zanello (2018, p. 453), “é crescente o número de psicólogos (as) que acolhem clientes cujo sofrimento psíquico é originado no encontro interétnico; esses profissionais deparam-se com subjetividades certamente afetadas pelo racismo cotidiano”. Além disso, Damasceno e Zanello (2018, p. 452) mencionou que “O Ministério da Saúde (MS) reconheceu que a discriminação racial afeta a saúde mental”.



## METODOLOGIA

No desenho metodológico, com abordagem qualitativa, posto que o estudo não se propõe a mensurar dados, mas sim analisar e compreender aspectos subjetivos da atuação do psicólogo no que diz concerne ao sofrimento experimentado por pessoas vítimas do crime de racismo. No que diz respeito aos procedimentos técnicos, a pesquisa é do tipo bibliográfica, elaborada a partir de material já publicado em artigos, livros e periódicos. Para tanto, foram utilizados, em novembro de 2023, os seguintes bancos de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Google Acadêmico. Para a pesquisa foi utilizado essas palavras de forma separada e também unida: saúde mental, racismo, psicologia, racismo contra negros, intervenções.

Os critérios de inclusão para seleção de artigos foram: artigos publicados em português e em inglês no Brasil, e que estivessem em consonância com a temática escolhida. Além disso, no momento de seleção, foi considerado o ano de publicação do artigo, a fim de escolher e empregar apenas os mais recentes. Quanto aos objetivos gerais, a pesquisa é do tipo explicativa, ao buscar explicar e assimilar fatores que contribuam para a atuação do psicólogo no âmbito das questões raciais

## DESENVOLVIMENTO

Fanon (2008) em seu livro *Pele negra e máscara branca*, em um capítulo retrata sobre a experiência vivida do negro nas relações raciais, no qual em um dos comentários discriminatórios o negro é chamado de “preto sujo”, é visto com preconceito e tratado com diferenças, o que reflete nos dias atuais situações semelhantes, pelo fato de ter nelas a discriminação racial e o racismo. “O mundo branco, o único honesto, rejeitava minha participação” (Fanon, 2008, p. 107) enfatizando a exclusão exercida pela população branca, o desconhecimento da igualdade e um sentimento de rejeição.

O racismo pode ser uma fonte significativa de estresse e trauma, afetando a saúde mental da vítima. Quando uma pessoa se torna alvo de racismo ou comentários discriminatórios, a mesma pode desencadear uma resposta de estresse o que pode levar a uma variedade de sintomas físicos e psicológicos. Dessa forma, nota-se a importância de práticas e ações por parte dos (das) psicólogos (as) em relação a essa temática. Segundo Munanga (2010) a discriminação se refere a se recusar ser tratado igual em relação as pessoas distintas. Como as raças diferentes, que são vistas muitas vezes como inferiores.



Para que o/a psicólogo(a) atenda pacientes decorrentes do racismo é necessário que o profissional, antes de tudo, busque compreender de uma forma ampla como se dão as relações raciais existentes na nossa sociedade, e principalmente, entender que há um sofrimento psíquico vivido diariamente pela vítima em vários âmbitos de sua vida (CFP, 2017). Nessa perspectiva, o/a psicólogo (a) ao buscar conhecimento referente aos problemas raciais, o/a profissional poderá compreender a vítima, conseguindo assim, realizar um tratamento promissor. Além disso, Damasceno e Zanello (2018, p.453) afirmam que “A ausência de um olhar crítico do profissional impossibilita-lhes atentar para processos de preconceito e discriminação racial presentes no sofrimento psíquico de pessoas negras”. Assim, por mais que a discriminação racial seja uma questão recorrente no seio da sociedade brasileira, caso o psicólogo não tenha a capacidade de analisá-la a partir de um ponto de vista crítico, será também incapaz de compreender o tormento e suplício enfrentado por pessoas negras. Por conseguinte, este profissional, que - pela falta de olhar crítico - não é capaz de compreender a dor psíquica enfrentada pela população negra, não será capaz também, de ampará-la.

De acordo com Ribeiro (2017), o papel inicial do psicólogo em situações nas quais o sofrimento psicológico é originado do racismo, é acolher o paciente, proporcionando um espaço para expressar seus sentimentos e emoções, para que assim, sintam-se aceitos e aliviados. Essa abordagem objetiva reduzir os desconfortos. Ribeiro (2017, p. 173) afirma que “Em algumas situações, é necessário trabalhar o manejo da ansiedade, aumento de atividades agradáveis e de senso de competência para que melhore seu estado de humor e diminua o intenso sofrimento que está sentindo naquele momento”. Dessa forma, em alguns casos clínicos pode ser possível se deparar com situações nas quais é preciso trabalhar o controle da ansiedade, aumento de atividades satisfatórias e senso de competência, ou seja, estimular o paciente a identificar e trabalhar suas habilidades, a fim de minimizar a angústia e aflição experimentada por aqueles que sofreram algum tipo de discriminação racial.

Segundo Ribeiro (2017) a psicoeducação é uma intervenção que pode ser usada com os pacientes vítimas de racismo, pois, a mesma tem o intuito de fazer o paciente reconhecer e compreender que tem os seus direitos e para que ele possa identificar as situações nas quais os seus direitos foram violados. Posteriormente, Ribeiro (2017, p. 174) comenta que “Uma vez que fique esclarecida a noção de seus direitos desenvolve-se junto com o sujeito, em atendimento, repertório comportamental para enfrentar tais situações e a escolha de atitudes de acordo com a ocasião experienciada”. Nesse sentido, a partir do momento que o paciente toma conhecimento, através da psicoeducação, dos seus direitos - que são garantidos em lei - o psicólogo estabelece junto com o paciente um conjunto de condutas para lidar com



cenários de discriminação racial, além de trabalhar maneiras de reagir de acordo com cada conjuntura vivenciada.

Ribeiro (2017, p. 174) menciona que “A análise da situação, timing, interlocutores e dos possíveis comportamentos ajudam na decisão a tomar na hora de confrontar práticas racistas e sexistas e leva aos resultados pretendidos com menores riscos de consequências negativas”. E afirma que essa prática da psicoeducação é bastante empregada, tanto em atendimento individual quanto grupal.

De acordo com Tavares e Kuratani (2019), em seu relato de experiência foi abordado um manejo no atendimento clínico referentes as pessoas com sofrimento psíquico causado pelo racismo, começando o manejo pelo acolhimento e estabelecimento de aliança terapêutica. Essa conexão terapêutica deve ter em todos os casos clínicos, mas, no que se refere a temática racismo como origem desse sofrimento, emergem desafios, como a dificuldade em formar laços e a autopercepção negativa, sentir-se inferior as pessoas, desagradável, inadequado, com uma experimentação constante de não pertencimento e uma visão do mundo como violento, o que pode influenciar na criação da aliança terapêutica.

A aliança terapêutica modifica o espaço terapêutico em um local que possibilita que os pacientes expressem seus comportamentos problemas. Sendo possível que o terapeuta analise esses comportamentos, e assim proporcionando intervenções adequadas nesse espaço (Tavares; Kuratani, 2019). Outra forma que ajuda na construção desse vínculo e de uma relação de confiança é a audiência não punitiva feita pelo psicólogo (a), “A audiência não punitiva é uma escuta diferente, que envolve observação atenta ao que o cliente diz, bem como expressão de respeito e compreensão em relação ao que é dito” (Santos; Santos; Marchezini-Cunha, 2012, p. 139). O que pode possibilitar ao paciente a sensação de que não está sendo julgado e ajudar no progresso do processo terapêutico.

Tavares e Kuratani (2019), mencionam que se na primeira terapia, o paciente falar alguma experiência de racismo como motivo do sofrimento psíquico, não abordar esse tema pode ser uma desconsideração à queixa, prejudicando o processo terapêutico. É crucial lidar com isso com sensibilidade, já que frequentemente as referências de pessoas negras à violência racial são subestimadas. E, que também, se evitar discutir sobre o quesito racial, pode ser visto como uma forma de punição, pois “é frequente que pessoas negras sejam punidas sem que sejam explicitadas as causas da punição ou inadequação em suas ações” (Tavares; Kuratani, 2019, p. 6)

Nessa visão, o/a psicólogo (a) deve estar pronto para entender que parte dos traumas vividos pela vítima advém da violência racial sofrida pela mesma, esse preconceito gera problemas de estresse, desconfiança e medo. Através dessas emoções, a pessoa também pode adquirir sentimentos de





incapacidade, inferioridade e de não pertencimento, gerando assim, problemas psicológicos.

O terapeuta deve estar, portanto, disponível para lidar com os sentimentos de raiva e ressentimento, assim como acolher uma visão de mundo mediada pela dor da opressão sem ceder à tendência a interpretar equivocadamente essas visões de mundo como distorção cognitiva, paranoia, autopiedade ou falta de motivação. É necessário compreender que a pessoa negra pode apresentar comportamentos ambíguos como a necessidade de aderir a determinados grupos sociais (religiosos e/ou políticos) que lhe proporcionem senso de pertencimento e permitam-lhe construir uma nova identidade. (Tavares; Kuratani, 2019, p. 9).

Ferreira e Souza *et al.* (2022, p.627), abordam princípios norteadores na lida com o racismo no *setting* psicoterapêutico, um deles é a compreensão de barreiras institucionais, apontando que

Para o processo psicoterapêutico, é importante entender que o racismo gera barreiras institucionais que dificultam o ingresso de pessoas negras em determinados espaços, como conseguir empregos socialmente valorizados. Nesse sentido, um entendimento mais profundo sobre essas barreiras possibilita que o psicoterapeuta não cometa o erro de individualizar uma questão que tem influências estruturais. É necessário um entendimento por parte do profissional em relação ao racismo e as barreiras que ele gera ao paciente afetado.

A Resolução CFP Nº 018/20 determina regras de atuação para os (as) psicólogos (as) no que se refere a discriminação e preconceito racial:

- Art. 1º - Os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo”.
- Art. 2º - Os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a discriminação ou preconceito de raça ou etnia.
- Art. 3º - Os psicólogos, no exercício profissional, não serão coniventes e nem se omitirão perante o crime do racismo.
- Art. 4º - Os psicólogos não se utilizarão de instrumentos ou técnicas psicológicas para criar, manter ou reforçar preconceitos, estigmas, estereótipos ou discriminação racial.

Pelos dispositivos legais supracitados, é inquestionável que o psicólogo deve não apenas não agir de maneira a fomentar discriminação racial ou étnica - conforme determina o art. 2º - mas deve se posicionar de forma contrária àquele que o fizer, jamais podendo se omitir perante uma situação que se configure o crime de racismo. Além disso, os psicólogos no seu exercício profissional, não devem usar



instrumentos e técnicas que contribuam ou substanciem a discriminação, estigmas, estereótipos e preconceito racial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, foi abordado os impactos que o racismo provoca as vítimas e a importância do acompanhamento psicológico adequado em casos assim. O racismo pode afetar diretamente a saúde mental da vítima, e a mesma pode desencadear sintomas nos quais precisam de ajuda e apoio psicológico. Diante disso, através de vários artigos pode-se perceber que o (a) psicólogo (a) deve ter um manejo clínico diferencial frente a essas demandas de adoecimento mental originado do racismo contra negros, para que o processo terapêutico tenha progresso.

Essa pesquisa foi de extrema importância, pois, proporciona visibilidade às questões raciais e as consequências de relações raciais não positivas, mostrando que há sim sofrimento psíquico nos negros tendo como origem o racismo, e isso deve ser levado em consideração na prática profissional dos psicólogos, para que os mesmos possam saber lidar com essas demandas, quais ações e como devem conduzir terapia em casos específicos assim, como estabelecer uma aliança terapêutica mesmo com tantos desafios por parte dos pacientes na criação de laços devido as suas experiências com o racismo, acolher o paciente e suas histórias, e ter sensibilidade. O papel do psicólogo é analisar os fatores que contribuem para o adoecimento do indivíduo, e nessas situações, também é de suma importância que o profissional busque conhecimento sobre o assunto e métodos adequados para o tratamento. Por fim, foi notado a escassez de artigos nacionais que abordassem ações e intervenções do (da) psicólogo (a) na prática profissional referente as pessoas vítimas de racismo.

## REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais:** Referências técnicas para atuação de psicólogas (os). 2017. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes\\_raciais\\_baixa.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/09/relacoes_raciais_baixa.pdf)

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP Nº 018/2002.** Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. Brasília: CFP, 2000.

DAMASCENO, Marizete Gouveia; ZANELLO, Valeska M. Loyola. Saúde Mental e Racismo Contra



Negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 38, n. 3, p. 450-464, set. 2018.

Da SILVA, Ferreira *et al.* Princípios norteadores para uma prática clínica psicoterápica antirracista. Acta Comportamental: **Revista Latina de Análisis del Comportamiento**, [S. l.], v. 30, n. 4, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/83979> . Acesso em: 13 nov. 2023.

FANON, Frantz. **Peles negras máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008. 193.

LIMA, Miguel. **A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura afro**. [2010?]. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Historia/monografia/3lima\\_miguel\\_monografia.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/monografia/3lima_miguel_monografia.pdf)>. Acesso em: 16 nov. 2017.

MUNANGA, Kabengele. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. **Cadernos Penesb-Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira** (Especial curso ERER), n. 12, p. 1-384, 2010.

RIBEIRO, E. O. Psicologia, racismo e saúde mental: formas de intervenção no trabalho do psicólogo. **ODEERE**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 166-178, 2017. DOI: 10.22481/odeere.v0i4.2361. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2361>. Acesso em: 11 nov. 2023.

SANTOS, G. M.; SANTOS, M. R.; MARCHEZINI-CUNHA, V. A escuta cautelosa nos encontros iniciais: A importância do clínico analítico-comportamental ficar sob controle das nuances do comportamento verbal. In: N. B. Borgest & F. A. Cassas (Eds.), *Clínica Analítico Comportamental: Aspectos teóricos e práticos*. p. 138-146, 2012. Porto Alegre, RS: Artmed.

TAVARES, Jeane Saskya Campos; KURATANI, Sayuri Miranda de Andrade. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S.L.], v. 39, p. 1-13, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003184764> . Acesso em: 10 nov. 2023.

ZAMORA, Maria Helena Rodrigues Navas. Desigualdade racial, racismo e seus efeitos. *Fractal: Revista de Psicologia*, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 563-578, dez. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1984-02922012000300009>

## ARTIGO DE REVISÃO

### Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) na atenção básica a saúde

*Technical Guidelines for the practice of psychologists in primary health care*

*Directrices Técnicas para la actuación de psicólogos(os) en la atención primaria de salud*

Claudio Henrique Penaforte de Araujo<sup>1</sup>, Guilherme Cipriano Vieira<sup>2</sup>, Danilo de Sousa Cezario<sup>1,2</sup>, Fillipe Gonçalves Araujo<sup>1</sup>, Francisca Alves da Silva<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,3</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Universidade Católica do Pernambuco – UNICAP

<sup>3</sup>Universidade Estadual Paraíba – UEPB

#### Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** Este estudo adotou uma abordagem reflexiva por meio de uma revisão integrativa de literatura, buscando compreender a evolução da atuação do psicólogo na Atenção Básica à Saúde (ABS) no Brasil, explorando a inserção nas equipes multiprofissionais e destacando transformações ao longo do tempo. As seis etapas metodológicas incluíram a escolha do tema, estabelecimento de critérios, extração e análise de informações, além da interpretação e discussão dos resultados. A revisão se baseou em artigos indexados em bases de dados relevantes, utilizando descritores específicos, e abordou a necessidade de equilibrar atendimentos individuais com uma perspectiva coletiva na prática psicológica. Os resultados ressaltam a importância do diálogo entre teoria e prática, indicando uma evolução positiva na atuação do psicólogo na ABS, mas também destacam a necessidade contínua de reflexão e adaptação diante dos desafios emergentes na saúde mental comunitária.

**Palavras-Chave:** Psicologia na Atenção Básica, Equipes Multiprofissionais, Saúde Mental Comunitária, Revisão Integrativa, Intervenções Psicológicas.

**Abstract:** This study adopted a reflective approach through an integrative literature review, aiming to understand the evolution of psychologists' roles in Primary Health Care (PHC) in Brazil. It explores their integration into multiprofessional teams, highlighting changes over time. The six methodological steps included theme selection, criteria establishment, information extraction and analysis, as well as interpretation and discussion of results. The review relied on articles indexed in relevant databases, using specific descriptors, addressing the need to balance individual interventions with a collective perspective in psychological practice. The results emphasize the importance of dialogue between theory and practice, indicating a positive evolution in psychologists' roles in PHC. However, they also underscore the ongoing need for reflection and adaptation in the face of emerging challenges in community mental health.

**Keywords:** Psychology in Primary Health Care, Multiprofessional Teams, Community Mental Health, Integrative Review, Psychological Interventions.

**Resumen:** Este estudio adoptó un enfoque reflexivo a través de una revisión integrativa de la literatura, con el objetivo de comprender la evolución del papel del psicólogo en la Atención Primaria de Salud (APS) en Brasil, explorando su inserción en equipos multiprofesionales y destacando transformaciones a lo largo del tiempo. Las seis etapas metodológicas incluyeron la elección del tema, el establecimiento de criterios, la extracción y análisis de información, así como la interpretación y discusión de los resultados. La revisión se basó en artículos indexados en bases de datos relevantes, utilizando descriptores específicos, y abordó la necesidad de equilibrar las intervenciones individuales con una perspectiva colectiva en la práctica psicológica. Los resultados destacan la importancia del diálogo entre la teoría y la práctica, señalando una evolución positiva en el papel del psicólogo en la APS, pero también resaltan la necesidad continua de reflexión y adaptación frente a los desafíos emergentes en la salud mental comunitaria.

**Palabras clave:** Psicología en la Atención Primaria, Equipos Multidisciplinarios, Salud Mental Comunitaria, Revisión Integradora, Intervenciones Psicológicas.



## INTRODUÇÃO

A pesquisa em foco se insere no contexto da atenção básica em saúde, explorando as estratégias adotadas pelo psicólogo na promoção da saúde mental. Diante do crescente reconhecimento da importância da saúde mental na qualidade de vida, o presente estudo visa compreender como profissionais de psicologia contribuem para o bem-estar psicológico dos indivíduos, especialmente no contexto da atenção básica.

Ao adotar uma abordagem reflexiva, a pesquisa se fundamenta na revisão integrativa de literatura, uma metodologia que permite a análise crítica e sistematizada do conhecimento científico previamente produzido sobre o tema em questão. Conforme preconizado por Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa visa reunir e resumir as evidências disponíveis, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento na temática abordada.

No âmbito acadêmico, o tema é relevante por desvelar estratégias e práticas adotadas por psicólogos na atenção básica, fomentando a discussão e o aprimoramento das abordagens voltadas para a promoção da saúde mental. Além disso, a pesquisa busca preencher lacunas e oferecer subsídios para a formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis em estudos futuros, contribuindo para o avanço do conhecimento nesse campo específico.

Socialmente, a relevância do estudo se evidencia na necessidade de compreendermos as práticas que visam promover a saúde mental, uma vez que a saúde psicológica impacta diretamente na qualidade de vida e no funcionamento social dos indivíduos. Ao desvelar as estratégias adotadas pelos psicólogos na atenção básica, a pesquisa pode subsidiar políticas públicas e práticas clínicas que contribuam para o fortalecimento da saúde mental da população.

No contexto da Psicologia, a pesquisa é crucial, pois permite uma reflexão aprofundada sobre as abordagens utilizadas pelos profissionais no enfrentamento dos desafios relacionados à promoção da saúde mental na atenção básica. Compreender as práticas adotadas e os resultados alcançados é fundamental para aprimorar a atuação dos psicólogos, ampliando sua capacidade de intervenção e impacto positivo na vida dos indivíduos atendidos.

Diante desse cenário, o objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar as estratégias empregadas pelo psicólogo na atenção básica para promover a saúde mental, contribuindo assim para a construção de um corpo de conhecimento sólido e aplicável às demandas contemporâneas nesse campo específico.





## **METODOLOGIA**

A pesquisa consiste em revisão integrativa de literatura, que será realizada sob o crivo de abordagem reflexiva. Segundo Mendes, Silveira e Galvão (2008), a revisão integrativa da literatura, tem como finalidade reunir e resumir o conhecimento científico já produzido sobre o tema investigado, ou seja, permite buscar, avaliar e sintetizar as evidências disponíveis para contribuir com o desenvolvimento do conhecimento na temática. Também é classificada como exploratória tem o objetivo de descrever, esclarecer e modificar conceitos e ideias, levando em consideração a formulação de problemas mais precisos ou hipótese pesquisáveis para estudos posteriores (Lakatos, 2009).

Para a construção desta pesquisa foram seguidas seis etapas. Na primeira etapa, a escolha do tema e da questão norteadora. Esta etapa é a mais importante, pois norteia a construção da revisão de forma bem elaborada. Na segunda etapa, foram estabelecidos os critérios de inclusão e exclusão. A etapa seguinte constou a extração das informações e resultados relevantes. Na quarta etapa será feita a leitura e análise de forma crítica e sistemática dos estudos. Nas etapas finais ocorrerão a finalização com a interpretação e discussão dos resultados e posteriormente apresentada uma síntese do conhecimento adquirido (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

A presente pesquisa se desenvolveu com base na revisão de artigos indexada nas seguintes bases de dados: Banco de Dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO).

Os critérios de inclusão das pesquisas foram os seguintes: artigos acadêmicos publicados em língua portuguesa, gratuitos, que abordassem atuação do psicólogo para promoção da saúde mental do idoso na atenção básica. Como marco temporal buscou-se publicações dos últimos 10 anos (2013-2023). Os critérios de exclusão dos artigos selecionados para análise foram os seguintes: artigos internacionais nos resultados, artigos não gratuitos, revisões da literatura, trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado ou teses de doutorado; inclusive aqueles publicados fora do período de busca (2013-2023).



## DESENVOLVIMENTO

Para uma melhor compreensão das discussões apresentadas logo mais neste resumo, devemos adentrar inicialmente como a psicologia se inseriu no trabalho das equipes multiprofissionais. As temáticas da formação do psicólogo, profissionalização e regulamentação da Psicologia no Brasil têm se constituído um campo aberto de pesquisas e discussões, em diferentes regiões do país (Ferreira Neto, 2004; Rudá; Coutinho; Almeida Filho, 2015; Yamamoto; Costa, 2010). A evolução da formação do psicólogo, sua profissionalização e a regulamentação da Psicologia no Brasil têm sido áreas de investigação e debates ao longo do tempo. Diferentes pesquisadores em diversas regiões do país têm contribuído para esse campo, explorando aspectos como a estrutura curricular, a ética profissional, a influência das políticas públicas e a necessidade de constante adaptação. Essas discussões fornecem uma base vital para a melhoria contínua da prática psicológica e seu papel na sociedade.

A psicologia passou a ser inserida no trabalho das equipes multiprofissionais para ações em saúde mental no nível primário em meados dos anos 80 (Jimenez, 2011 *apud* Medeiros, 2020, p. 2). Dentre as atividades que foram desenvolvidas, segundo o autor, estava o psicodiagnóstico, a psicoterapia analítica para adultos, a orientação e o aconselhamento para grupos. A integração da psicologia nas equipes de saúde multifuncionais a partir dos anos 80 marcou um avanço significativo na abordagem da saúde mental no nível primário. A inclusão de práticas como psicodiagnóstico, psicoterapia analítica e aconselhamento em grupo reflete a diversificação e a ampliação do suporte psicológico oferecido, atendendo às necessidades variadas dos pacientes. Esse movimento reforça a importância da abordagem holística no cuidado da saúde, onde a psicologia desempenha um papel fundamental.

De acordo com Jimenez (2011), no início dos anos 80, propostas e reivindicações visavam alterar a abordagem dos problemas de saúde mental no Brasil. Em 1982, o programa de Reorientação Psiquiátrica e Previdenciária buscava melhorar as condições de tratamento para pessoas com sofrimento mental. No ano seguinte, a proposta da Divisão Ambulatorial de Saúde Mental de São Paulo definiu a atuação em equipes multiprofissionais em Unidades Básicas de Saúde e Ambulatórios de Saúde Mental, sendo um marco pioneiro. Isso levou à inserção dos psicólogos nesse contexto, com a Secretaria de Saúde adotando ações explícitas de Psicologia, incluindo desospitalização e expansão dos serviços de saúde mental na rede básica. As práticas mais comuns nas Unidades Básicas de Saúde



incluíam psicoterapia para adultos, psicodiagnóstico, ludoterapia e orientação a gestantes e hipertensos, sendo a psicanálise a abordagem teórica mais prevalente na época.

A inclusão do direito à saúde na Constituição Federal de 1988 foi um marco significativo, conferindo força jurídica e importância pública às ações e serviços de saúde. Essa decisão consolidou a ideia de que a saúde é um direito fundamental de todos e uma responsabilidade do Estado. A regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, por meio da Lei Nº 8.080, reforçou essa garantia, estabelecendo os princípios e diretrizes para a promoção, proteção e recuperação da saúde da população. O SUS visa assegurar o acesso igualitário e universal aos serviços de saúde, integrando políticas públicas, sociais e econômicas para atender às necessidades da sociedade. Esta legislação representa um avanço significativo na estruturação e no compromisso do Estado em prover assistência à saúde como um direito de todos os cidadãos. (Brasil, 1990)

Assim, na década de 1990, o núcleo percebeu a necessidade em desenvolver uma nova postura, que implicasse na formação, pesquisa e nos demais espaços de produção do psicólogo. Em suma, para a psicologia não bastava permanecer apenas nas intervenções clínicas, em seu campo tradicional, era necessário investir em novos locais de trabalho bem como em novas formas de atuação, pois o movimento da sociedade convocava para maiores investimentos na profissão, permitindo o protagonismo dos profissionais (Brandolt; Cezar, 2018, p. 193).

A percepção da necessidade de uma nova postura na psicologia na década de 1990 refletiu um reconhecimento de que a atuação do psicólogo não deveria ficar limitada apenas às intervenções clínicas tradicionais. Houve uma demanda crescente por investimentos em novos contextos de trabalho e em abordagens inovadoras, em consonância com as mudanças sociais. Este movimento não apenas ampliou os horizontes da profissão, mas também permitiu que os profissionais desempenhassem um papel mais proeminente, respondendo de forma mais abrangente e dinâmica às necessidades da sociedade em constante evolução. A evolução do papel do psicólogo na atenção básica de saúde reflete uma compreensão crescente da importância da saúde mental no bem-estar geral. Historicamente, a atuação do psicólogo nesse contexto passou por uma transição, onde o foco inicial estava mais na psicoterapia individual.

Atenção Básica à Saúde (ABS) no Brasil abrange uma série de ações que visam não apenas a saúde individual, mas também a saúde coletiva em todos os níveis de assistência. Isso envolve um amplo espectro de atividades, desde a promoção da saúde até medidas específicas para a prevenção e diagnóstico precoce de doenças. Além disso, incorpora um cuidado integrado para pessoas com



diversas condições patológicas, buscando controlar o avanço das enfermidades, reduzir os riscos de complicações e comorbidades, e, em última análise, melhorar a qualidade de vida (Brasil, 2007).

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) ressalta a importância de as ações de saúde ocorrerem no próprio território, em um ambiente acolhedor e resolutivo. Isso implica que as equipes de saúde sejam preparadas e multidisciplinares, capazes de atender às demandas e necessidades de saúde da população local para a qual são responsáveis. Essa abordagem enfatiza a proximidade e a capacidade de resposta das equipes de saúde, proporcionando um cuidado mais efetivo e abrangente, alinhado com as particularidades e necessidades específicas de cada comunidade (Brasil, 2012).

O Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) foi estabelecido pelo Ministério da Saúde com o propósito de ampliar o alcance e a eficácia das ações de saúde. Essa equipe multiprofissional reúne diferentes especialidades que trabalham de maneira interdisciplinar e integrada. Seu objetivo principal é complementar as ações das equipes da Estratégia de Saúde da Família, oferecendo suporte clínico e pedagógico aos profissionais de saúde. Dessa forma, o NASF-AB contribui para a melhoria do atendimento e fortalece a atuação das equipes de saúde, garantindo um cuidado mais completo e abrangente para a população atendida (Portaria 2.436/GM, 2017).

Essa estratégia reforça a abordagem multidisciplinar na atenção básica, permitindo que profissionais de diferentes áreas atuem em conjunto para oferecer um cuidado mais integral. Isso não só amplia o leque de serviços oferecidos, mas também fortalece as equipes de saúde, melhorando a qualidade do atendimento e a cobertura de cuidados para a população. O NASF-AB é essencial para promover uma abordagem mais completa e eficaz na assistência à saúde, considerando a complexidade e diversidade das necessidades dos pacientes.

Os psicólogos ainda realizam atividades dentro de seus Centros de Saúde, como é o caso dos atendimentos individuais. Apesar de, muitas vezes, criticados, por transportarem o modelo privatista de atuação para um local onde a realidade é outra, não se pode descartar que, para alguns casos, esse tipo de atendimento é importante e necessário (Figueiredo; Onocko-Campos, 2009) – quando não reproduz a lógica individualizante. Embora o atendimento individual seja valioso em certos contextos, existe a preocupação de que ele possa reproduzir uma abordagem privatista em um ambiente que busca uma visão mais ampla e coletiva de saúde. Existe a preocupação de que, se o atendimento individualizado não for cuidadosamente aplicado, possa negligenciar os aspectos contextuais e sociais que impactam a saúde mental. Isso pode reforçar uma lógica centrada apenas no indivíduo, desconsiderando influências familiares, culturais e estruturais que moldam a saúde mental.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desfecho deste estudo, destacam-se diversas contribuições significativas para a compreensão da inserção da psicologia na Atenção Básica à Saúde (ABS) no contexto brasileiro. A análise histórica revelou uma evolução marcante, passando da ênfase em abordagens clínicas individuais nos anos 80 para práticas mais abrangentes e integrativas nas últimas décadas, notadamente com a implementação do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB). A pesquisa ressaltou a importância do diálogo entre teoria e prática, evidenciando que a fundamentação teórica não apenas sustenta a atuação do psicólogo, mas também orienta as adaptações necessárias diante das transformações nas políticas de saúde e nas expectativas sociais.

Uma das principais constatações deste trabalho é a necessidade contínua de equilibrar atendimentos individuais com a abordagem coletiva na prática do psicólogo na ABS. Apesar dos avanços notáveis proporcionados pela PNAB e pelo NASF-AB, a persistência de atendimentos individuais suscita reflexões pertinentes sobre a adequação desse modelo em um contexto que promove uma visão mais ampla e coletiva de saúde mental. Como sugestão para futuras pesquisas, seria relevante explorar mais profundamente as dinâmicas interprofissionais nas equipes da ABS, visando otimizar a integração efetiva do psicólogo e demais profissionais de saúde. Além disso, investigações adicionais poderiam se concentrar nas percepções e expectativas dos pacientes em relação aos serviços psicológicos na Atenção Básica, oferecendo insights valiosos para aprimorar ainda mais a qualidade e eficácia dessas intervenções no contexto comunitário.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Seção 1, p. 18055.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2.436/GM**, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt243622092017.html>.





FERREIRA NETO, J. **A formação do psicólogo: clínica, social e mercado.** São Paulo: Escuta, 2004.

FIGUEIREDO, M. D.; ONOCKO-CAMPOS, R. Saúde Mental na atenção básica à saúde em Campinas, SP: uma rede ou um emaranhado? **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 1, p.129- 138, 2009. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/csc/a/bPpQztZyRtWHjkv7DvncTrd/?lang=pt>.DOI:  
<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000100018>.

JIMENEZ, L. Psicologia na atenção básica à saúde: demanda, território e integralidade. **Psicologia e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 144-152, 2011.

MEDEIROS, R. H. A. Psicologia, Saúde e Território: Experiências Na Atenção Básica. **Psicologia em Estudo**, v. 25, 2020. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/pe/a/CSMzdWfSTYDNLw7dLFCnYhn/>.

ONOCKO CAMPOS, Rosana. **A gestão:** espaço de intervenção, análise e especificidades técnicas. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa (Org.). **Saúde Paidéia.** São Paulo: Hucitec, 2003. p. 122-149.

RUDÁ, C.; COUTINHO, D.; ALMEIDA FILHO, N. Formação em psicologia no Brasil: o período do currículo mínimo (1962-2004). **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 29, p. 59-85, 2015. Disponível em:  
<https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6471>. Acesso em: 12 nov. 2023.

YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (Orgs.). **Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil.** Natal: EdUFRN, 2010.

## ARTIGO DE REVISÃO

### Reforma psiquiátrica antimanicomial: valorização dos sujeitos e tratamento em liberdade

*Anti-asylum psychiatric reform: valuing subjects and treatment in freedom*

*Reforma psiquiátrica antiasilo: valoración de los sujetos y el tratamiento en libertad*

Haynara Rodrigues Soares<sup>1</sup>, Ingryd Nayara Ramalho Diniz<sup>1</sup>, Francisca Alves da Silva<sup>1</sup>, Fillipe Goncalves Araujo<sup>1</sup>, Willey Pereira Dos Santos<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Universidade Estadual Paraíba – UEPB

#### Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** Os manicômios foram espaços destinados ao confinamento dos indivíduos com problemas em saúde mental. A partir dos anos 1970, o movimento de desinstitucionalização ganhou força e foi iniciada a luta antimanicomial. Esse estudo foi realizado mediante uma revisão bibliográfica da literatura, do tipo narrativa e com abordagem qualitativa. Foi possível verificar que reforma psiquiátrica antimanicomial foi um marco importante no tratamento de pessoas com transtorno mental, promovendo o respeito aos direitos humanos e o acolhimento integral a essas pessoas. Com isso, o modelo manicomial foi superado, dando lugar a uma atenção mais humanizada e centrada no respeito à singularidade de cada indivíduo. Portanto, a reforma psiquiátrica antimanicomial apresentou diversas contribuições para a promoção do bem-estar dos usuários de saúde mental, transformando o modelo de assistência em saúde mental.

**Palavras-Chave:** Psiquiatria. Saúde mental. Serviços de saúde mental.

**Abstract:** Asylums were spaces intended for the confinement of individuals with mental health problems. From the 1970s on, the deinstitutionalization movement gained strength and the anti-asylum struggle began. This study was carried out through a literature review, of the narrative type and with a qualitative approach. It was possible to verify that the anti-asylum psychiatric reform was an important milestone in the treatment of people with mental disorders, promoting respect for human rights and comprehensive care for these people. As a result, the asylum model was overcome, giving way to a more humanized care focused on respect for the uniqueness of each individual. Therefore, the anti-asylum psychiatric reform has made several contributions to the promotion of the well-being of mental health users, transforming the mental health care model.

**Keywords:** Psychiatry. Mental health. Mental health services.

**Resumen:** Los asilos eran espacios destinados al confinamiento de personas con problemas de salud mental. A partir de la década de 1970, el movimiento de desinstitucionalización cobró fuerza y comenzó la lucha contra el asilo. Este estudio se realizó a través de una revisión bibliográfica, de tipo narrativo y con un enfoque cualitativo. Se pudo constatar que la reforma psiquiátrica antiasilo fue un hito importante en el tratamiento de las personas con trastornos mentales, promoviendo el respeto a los derechos humanos y la atención integral a estas personas. Como resultado, se superó el modelo de asilo, dando paso a una atención más humanizada y centrada en el respeto a la singularidad de cada individuo. Por ello, la reforma psiquiátrica antiasilo ha hecho varios aportes a la promoción del bienestar de los usuarios de salud mental, transformando el modelo de atención a la salud mental.

**Palabras clave:** Psiquiatría. Salud mental. Servicios de salud mental.

## INTRODUÇÃO

Os manicômios foram espaços destinados ao confinamento dos indivíduos com problemas



em saúde mental, sendo espaços de exclusão total, em que os pacientes eram submetidos a tratamentos desumanos, como a privação de liberdade, isolamento e contenção física (Chagas *et al.*, 2023).

No entanto, iniciaram lutas para o enfrentamento desses manicômios, principalmente porque a liberdade era algo retirado quando as pessoas eram admitidas nesses hospitais psiquiátricos. Alguns profissionais da área de saúde mental passaram a defender a ideia de que os problemas em saúde mental deveriam ser tratados com técnicas mais humanizadas, e não apenas com internação e uso de medicamentos (Oliveira; Szapiro, 2020).

A partir dos anos 1970, o movimento de desinstitucionalização ganhou força e foi iniciada a luta antimanicomial, com a Conferência Nacional de Saúde Mental (Chagas *et al.*, 2023). Com isso, surgiu o interesse de realizar uma pesquisa sobre a importância da reforma psiquiátrica antimanicomial. A problemática desse estudo foi: qual a importância da reforma psiquiátrica antimanicomial com foco na valorização dos sujeitos e tratamento em liberdade?

O objetivo desse estudo foi analisar, por meio da literatura, a importância da reforma psiquiátrica antimanicomial, com foco na valorização dos sujeitos e tratamento em liberdade

## **METODOLOGIA**

Esse estudo foi realizado mediante uma revisão bibliográfica da literatura, do tipo narrativa e com abordagem qualitativa. Foram utilizados o banco de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e as bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO). Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde: “Psiquiatria” AND “Saúde mental” AND “Serviços de saúde mental”. Foram utilizados os critérios de inclusão: artigos, disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, que abordassem a temática e publicados entre 2018 e 2023. Os critérios de exclusão, por sua vez, foram: estudos duplicados ou que não respondessem ao objetivo da pesquisa. Os dados foram analisados de acordo com a análise de Bardin (2011).



## DESENVOLVIMENTO

Foi possível verificar que reforma psiquiátrica antimanicomial foi um marco importante no tratamento de pessoas com transtorno mental, promovendo o respeito aos direitos humanos e o acolhimento integral a essas pessoas. Com isso, o modelo manicomial foi superado, dando lugar a uma atenção mais humanizada e centrada no respeito à singularidade de cada indivíduo (Pessoa; Gondim, 2023).

Dessa forma, a valorização dos serviços comunitários e a criação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foram fundamentais para a inclusão social das pessoas com problemas em saúde mental, proporcionando o trabalho em equipe multiprofissional e a integração (Paladino; Amarante, 2022).

Assim, a reforma psiquiátrica também trouxe como princípio a promoção da autonomia e da participação ativa dos usuários nos processos de tratamento, buscando a redução do estigma e da discriminação em relação às pessoas com transtorno mental (Chagas *et al.*, 2023). Por meio da produção de políticas públicas e programas de saúde mental, a reforma psiquiátrica avançou no acesso e na qualidade dos serviços, garantindo tratamentos mais

humanizados (Araujo; Torrente, 2023).

Com a reforma psiquiátrica, houve uma maior valorização do sujeito, e o tratamento tradicional por meio de internação manicomiais foi substituído por abordagens mais humanizadas e integrativas, que buscam respeitar a singularidade de cada pessoa e promover sua autonomia e inclusão social (Pessoa; Gondim, 2023).

Essa mudança de paradigma trouxe importantes benefícios para a saúde mental da população, pois permitiu uma maior participação e protagonismo dos indivíduos em sua própria recuperação, além de promover uma visão mais ampla do ser humano, considerando aspectos sociais, culturais e subjetivos em seu processo de cuidado (Paladino; Amarante, 2022).

Foi possível fortalecer a luta pela defesa dos direitos e pela inclusão social das pessoas com problemas em saúde mental. Ademais, a reforma psiquiátrica possibilitou o tratamento com liberdade, que é considerado um marco na história da saúde mental no Brasil. Antes da reforma, as pessoas com transtornos mentais eram excluídas da sociedade, depois, houve uma valorização com respeito aos direitos e promoção do protagonismo no processo de tratamento.



Entretanto, apesar dos avanços conquistados pela reforma psiquiátrica, ainda há desafios a serem enfrentados, como a necessidade de ampliação e fortalecimento da rede (Lira; Oliveira, 2023).

A humanização em saúde é fundamental no cuidado em saúde mental, pois promove uma maior proximidade entre profissionais de saúde e pacientes, permitindo uma relação mais empática e acolhedora (Araujo; Torrente, 2023).

Em saúde mental, pode proporcionar uma abordagem mais integral e individualizada, respeitando as particularidades e necessidades de cada pessoa. Além disso, ajuda a combater o estigma e o preconceito que ainda existem em relação aos problemas em saúde mental, promovendo uma sociedade mais inclusiva (Chagas *et al.*, 2023).

A humanização também possibilita uma maior autonomia e protagonismo dos pacientes, incentivando a participação ativa no próprio tratamento e na tomada de decisões sobre sua saúde. Isso contribui para uma maior adesão aos tratamentos e melhora nos resultados terapêuticos (Pessoa; Gondim, 2023).

Outro aspecto importante é a valorização das relações interpessoais e do suporte social no processo de recuperação. A presença e o apoio de familiares e amigos são fundamentais para o bem-estar emocional e a qualidade de vida do paciente (Lira; Oliveira, 2023).

Com isso, a reforma psiquiátrica foi importante para trocar o foco de tratamento para o sujeito, respeitando suas necessidades e singularidades, promovendo a valorização da autonomia do indivíduo e de sua inserção na sociedade. Assim, foi possível construir um modelo de saúde mental baseado na humanização e na desinstitucionalização, buscando a integralidade do cuidado e a promoção da cidadania (Oliveira; Szapiro, 2020).

Essas mudanças trouxeram avanços significativos para o tratamento da saúde mental no Brasil. A luta antimanicomial foi importante na luta pelos direitos dos pacientes, na tentativa de não apenas garantir melhores condições de vida, mas também na promoção de práticas mais humanizadas e respeitosas com as pessoas (Paladino; Amarante, 2022).

A reforma psiquiátrica é resultado de muitos esforços, por parte de profissionais de saúde mental, usuários e familiares, movimentos sociais e organizações, propondo uma mudança radical no modelo de atenção à saúde mental. O novo modelo é baseado na atenção comunitária, onde o tratamento é oferecido em serviços de saúde mais próximos do cotidiano das pessoas, considerando a relação social e familiar, as condições de vida e o contexto social de cada indivíduo (Chagas *et al.*, 2023).





Entre os principais avanços alcançados pela reforma psiquiátrica, destacam-se a criação de serviços de saúde mental comunitários, que oferecem atendimento multidisciplinar e tratamento mais humanizado e integral, a implantação do programa de saúde mental na atenção básica, que visa à prevenção e promoção da saúde mental, e a inserção do usuário no processo de tratamento e decisões sobre o próprio cuidado (Oliveira; Szapiro, 2020).

Além disso, a reforma também buscou garantir os direitos humanos das pessoas com problemas em saúde mental, combatendo a ideia de incapacidade e inferioridade dessas pessoas, e promovendo sua participação ativa e inclusão social (Paladino; Amarante, 2022).

Apesar dos avanços, a reforma psiquiátrica ainda enfrenta diversos desafios, como a resistência de alguns profissionais de saúde e gestores públicos em adotar o modelo comunitário, a falta de investimentos adequados nesse tipo de serviço, a precarização do trabalho dos profissionais de saúde mental e a estigmatização da pessoa com problema em saúde mental na sociedade (Pessoa; Gondim, 2023).

Portanto, é fundamental um trabalho constante e contínuo de sensibilização, educação e conscientização de toda a sociedade sobre a importância de se promover uma atenção à saúde mental baseada nos princípios da cidadania, dignidade e respeito aos direitos humanos. É essencial, ainda, a ampliação de políticas públicas e o fortalecimento de ações que garantam a efetiva implementação da reforma, possibilitando uma sociedade mais justa e inclusiva para todos (Lira; Oliveira, 2023).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Portanto, a reforma psiquiátrica antimanicomial apresentou diversas contribuições para a promoção do bem-estar dos usuários de saúde mental, transformando o modelo de assistência em saúde mental e possibilitando a construção de uma sociedade mais inclusiva, com atendimento com foco na liberdade e valorização do sujeito. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a necessidade de ampliação e qualificação dos serviços de saúde mental, a garantia de acesso a tratamentos adequados e humanizados, e a luta contra o preconceito e a estigmatização das pessoas com problemas em saúde mental. É fundamental que as políticas públicas de saúde mental sejam fortalecidas e que a sociedade em geral se engaje na construção de uma cultura de acolhimento e humanização. É fundamental o desenvolvimento de novos estudos sobre essa temática.



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M.; TORRENTE, M.O.N. Saúde Mental no Brasil: desafios para a construção de políticas de atenção e de monitoramento de seus determinantes. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 1-10, 2023.

CHAGAS, G. D. *et al.* A reforma psiquiátrica brasileira no contexto sociocultural. **Revista Ilustração**, v. 4, n. 1, p. 1-8, 2023.

LIRA, G.F.C.; OLIVEIRA, A. Desafios na sustentação dos princípios da luta antimanicomial. **Artigos Temáticos**, v. 15, n. 3, p. 1-10, 2023.

OLIVEIRA, E.; SZAPIRO, A. Porque a Reforma Psiquiátrica é possível. **Saúde debate**, v.44, n. 3, p. 1-10, 2020.

PALADINO, L.; AMARANTE, P. D. C. A dimensão espacial e o lugar social da loucura: por uma cidade aberta. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 27, n. 1, p. 1-10, 2022.

PESSOA, N.T.; GONDIM, A. P. S. Saúde mental infantojuvenil: análise do discurso das conferências de saúde e saúde mental do município de Fortaleza-ce. **Unipar**, v. 7, n. 3, p. 1-10, 2023.

## ARTIGO DE REVISÃO

### Sobrecarga da rede de apoio familiar dos pacientes usuários do CAPS

*Overload of the family support network of patients using CAPS*

*Sobrecarga de la red de apoyo familiar de pacientes usando gorras*

Kessia Raquel Pereira Dias<sup>1</sup>, Camila Vitória Lucena Rocha<sup>1</sup>, Fillipe Goncalves Araujo<sup>1</sup>, Adilvaneide Ferreira da Costa<sup>1</sup>, Leonardo Bruno Farias<sup>1</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

#### Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** Resumo: Após a reforma psiquiátrica, os antigos manicômios e hospitais psiquiátricos foram substituídos pelos novos serviços de saúde mental. Nesse modelo de assistência, a rede familiar torna-se essencial no processo terapêutico, desempenhando o papel de cuidador do paciente. No entanto, isso desencadeou uma sobrecarga devido à grande demanda de funções realizadas por esses cuidadores. O presente trabalho tem como objetivo de compreender o problema de sobrecarga enfrentado pela rede de apoio familiar de pacientes com transtornos mentais, usuários do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Os resultados da pesquisa, obtidos por meio da revisão de artigos de estudos anteriores, revelam uma significativa sobrecarga, impactos sociais e adoecimento em cuidadores de pacientes psiquiátricos. Este cenário coloca a rede de apoio familiar como um grupo de risco para o adoecimento mental. Destaca-se, portanto, a importância da inclusão da rede de apoio nas práticas de assistência terapêutica realizadas pela equipe de saúde mental.

**Palavras-Chave:** CAPS. Rede de Apoio. Adoecimento em Cuidadores. Sobrecarga Familiar.

**Abstract:** After the psychiatric reform, the old mental hospitals and psychiatric hospitals were replaced by new mental health services. In this care model, the family network becomes essential in the therapeutic process, playing the role of the patient's caregiver. However, this triggered an overload due to the great demand for functions performed by these caregivers. The present work aims to understand the problem of overload faced by the family support network of patients with mental disorders, users of the Psychosocial Care Center (CAPS). The research results, obtained through a review of articles from previous studies, reveal a significant burden, social impacts and illness in caregivers of psychiatric patients. This scenario places the family support network as a risk group for mental illness. Therefore, the importance of including the support network in the therapeutic assistance practices carried out by the mental health team is highlighted.

**Keywords:** CAPS. Support Network. Illness in Caregivers. Family Overload.

**Resumen:** Después de la reforma psiquiátrica, los antiguos hospitales psiquiátricos y hospitales psiquiátricos fueron reemplazados por nuevos servicios de salud mental. En este modelo de atención, la red familiar se vuelve esencial en el proceso terapéutico, desempeñando el papel de cuidador del paciente. Sin embargo, esto desencadenó una sobrecarga debido a la gran demanda de funciones realizadas por estos cuidadores. El presente trabajo tiene como objetivo comprender el problema de sobrecarga que enfrenta la red de apoyo familiar de pacientes con trastorno mental, usuarios del Centro de Atención Psicossocial (CAPS). Los resultados de la investigación, obtenidos a través de la revisión de artículos de estudios anteriores, revelan una importante carga, impactos sociales y enfermedad en los cuidadores de pacientes psiquiátricos. Este escenario sitúa a la red de apoyo familiar como un grupo de riesgo para padecer enfermedades mentales. Por lo tanto, se destaca la importancia de incluir la red de apoyo en las prácticas de asistencia terapéutica realizadas por el equipo de salud mental.

**Palabras clave:** CAPS. Red de soporte. Enfermedad en los cuidadores. Sobrecarga familiar.



## INTRODUÇÃO

Após a reforma psiquiátrica, a abordagem no tratamento de pessoas com transtornos mentais graves passou por uma significativa transformação, com a implementação de novos serviços de saúde mental, exemplificados pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). A desospitalização foi um marco, e a rede de apoio familiar dos usuários do CAPS tornou-se parte integrante do processo terapêutico, assumindo o crucial papel de cuidador. Contudo, essa mudança não ocorre sem desafios. A experiência de cuidar de familiares com transtornos mentais graves e persistentes tem sido descrita na literatura científica como "sobrecarga familiar" (family burden) (Delgado, 2014). Esta sobrecarga vai além do desgaste emocional; ela se traduz em adoecimento, manifestado, por exemplo, em Transtornos Psicológicos Menores (TPM). Os familiares, ao enfrentarem as múltiplas demandas do cuidado, emergem como um grupo de risco significativo para o adoecimento emocional e psíquico.

Diante desse contexto, esta pesquisa visa não apenas explorar o papel desempenhado pelos cuidadores, mas também avaliar a necessidade imperativa de inserção do grupo de apoio familiar nas práticas de assistência terapêutica. Além disso, destaca-se a importância crucial do aumento das intervenções psicossociais educativas, não apenas em benefício dos cuidadores, mas também para melhor atender às necessidades dos pacientes com transtornos psiquiátricos. Ao abordar essas questões, a pesquisa busca contribuir para uma compreensão mais profunda da dinâmica do cuidado, proporcionando *insights* valiosos para o aprimoramento das práticas de assistência no contexto da saúde mental.

## METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma revisão bibliográfica, que consiste na revisão de artigos que tenham por temática a sobrecarga da rede familiar de pacientes com transtornos mentais, usuários do CAPS. Para Andrade (2010, p. 25), a pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constrói o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Os critérios de inclusão foram artigos dos últimos dez anos. Para as buscas foram utilizados os bancos de coletas de informações como a plataforma *Scientific Eletronic Library Online* - ScieLO, onde foram utilizados trabalhos obtidos a partir do descritor "CAPS" tendo como resultado da busca 343 artigos, no dia 09.11.2023 e a plataforma Literatura Latino Americana e do Caribe em ciências da saúde –



Lilacs, onde foi utilizado trabalhos obtidos a partir do descritor “sobrecarga” resultando em 205 artigos, no dia 09.11.2023, sendo selecionado através do filtro “cuidadores, família, idioma português e últimos dez anos” o total de 20 artigos para revisão, foi utilizado também a Cartilha de Referências Técnicas para Atuação do Psicólogo – CREPOP. A pesquisa teve como objetivo comprovar por meio de estudos prévios a problemática da sobrecarga familiar, e suas consequências emocionais para o cuidador, assim como a importância de inclusão da rede apoio nas ações terapêuticas.

## DESENVOLVIMENTO

Com o movimento da reforma psiquiátrica, foram implantados novos serviços comunitários de saúde mental, como o Centro de Atenção Psicossocial – CAPS e os Núcleos de Atenção Psicossocial - NAPS, serviços da rede pública de saúde que visam, como parte de uma rede comunitária à substituição dos hospícios ou manicômios (CFP,2013). Os serviços foram instituídos no sistema público de saúde brasileiro, de forma mais sistemática, a partir de 2002, após a aprovação da Lei nº 10.216 (Delgado, 2014). A respeito da constituição do primeiro CAPS no Brasil, afirma Goldberg:

A expectativa dos profissionais dessa instituição era oferecer um cuidado personalizado aos pacientes, com a complexidade que cada caso requer, por períodos tão longos quanto o tipo da evolução de sua doença exigisse e sem afastá-los da família e da comunidade” (Goldberg, 1998, p. 12 *apud* CFP, 2013, p. 27).

Com esse novo modelo, a rede familiar está inserida no processo terapêutico do paciente. Com a desinstitucionalização não foram somente atingidas as pessoas com transtorno mental, como também os familiares e toda a rede de apoio ao assumir ativamente o papel de cuidador (Rose, 2006 *apud* ELOIA *et al.*, 2018). A respeito da população com transtorno mental, as estimativas indicam que, quase um bilhão de pessoas - incluindo 14% dos adolescentes no mundo - viviam com um transtorno mental (OMS, 2019).

Nesse cenário a participação da família é essencial para a reabilitação e os cuidados com o portador de transtornos mentais, porém, não é uma tarefa fácil, onde os familiares se desdobram para a realização das múltiplas tarefas, associadas ao cuidado do paciente e podem apresentar dificuldades de lidar com suas emoções, mudança de rotina, e estilo de vida (Kantorski *et al.*, 2017). A rede





de apoio dos usuários sofrem com o impacto de terem um paciente psiquiátrico em casa, e enfrentam grandes dificuldades encontradas no papel de cuidador (Thornicroft; Tansella, 2010 *apud* Bandeira *et al.*, 2014). Além das alterações de rotina e estilo de vida, a sobrecarga também é financeira pelas restrições das atividades sociais e profissionais (Bandeira; Barroso, 2005; OMS, 2001 *apud* Bandeira *et al.*, 2014; Tessler; Gamache, 2000). O adoecimento de uma pessoa da família pode gerar problemas financeiros, pelos gastos inesperados (Mota; Pegararo, 2018).

Uma pesquisa realizada com 15 familiares de usuários do caps, com participantes de idade média de 53 anos, sendo 11 mulheres e 4 homens. Usando um roteiro de entrevista semi estruturado, investigou pontos como: diferença entre o CAPS e clínicas psiquiátricas, envolvimento da família no caps, evolução do usuário pós tratamento, sobrecarga familiar e sugestões para aprimoramento do serviço. Referente aos cuidados da rede familiar, os parentes relatam experimentar grande sobrecarga, no papel de cuidadores (Mota; Pegararo, 2018).

Pela demanda de cuidado em tempo integral, os familiares cuidadores precisam estar em prontidão 24 horas por dia (Rosa, 2011 *apud* Mota; Pegararo, 2018). Os cuidadores suprem dependência física do usuário, em determinados momentos, administram medicações, fazem higiene corporal, acompanhamento em consultas médicas, auxiliam em situações de conter agitação, além de evitar tentativas de fuga ou suicídio (Pegararo; Caldana, 2006; Bandeira *et al.*, 2014 *apud* Mota; Pegararo, 2018).

Logo, observa-se que estimar o impacto do papel do cuidador nas famílias pode trazer informações cruciais para o aumento de intervenções psicossociais e educativas, onde assistiria diretamente essas famílias, para melhorar a prestação de serviço de saúde mental (Eloia *et al.*, 2018). Algumas medidas devem ser tomadas para que a experiência da rede de apoio desse usuário não seja vivenciada como sufocante, angustiante e desanimadora, gerando assim a sobrecarga ao principal cuidador familiar, afetando inclusive, a possibilidade do autocuidado (Lima; Lima, 2017).

Com base em estudos prévios (Treichel *et al.*, 2020), a prevalência de TPM, que se refere ao estado de saúde que envolve sintomas como: insônia, fadiga, irritabilidade, depressão, ansiedade, esquecimento, dificuldade de concentração e problemas somáticos (Tavares *et al.*, 2011 *apud* Treichel *et al.*; 2020). reforça a ideia de que esse grupo, é população de risco para adoecimento emocional e psíquico e evidencia a necessidade de acompanhamento, prevenção e intervenção dessas situações.



Faz-se necessário a inserção de programas terapêuticos que possam minimizar os prejuízos à saúde da rede de apoio, beneficiando também, o paciente com transtornos psiquiátricos, é de suma importância essas medidas para possibilitar que a rede de apoio do paciente esteja apta a gerir a própria vida e suas necessidades (Fava *et al.*, 2014). No CAPS, os programas terapêuticos são realizados pelo psicólogo, as ações são atribuídas ao terapeuta pela relevância do seu lugar na orientação das práticas psicológicas e na orientação das medidas de assistência em saúde mental (CFP, 2013).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa vigente destaca a sobrecarga decorrente das numerosas atividades e funções atribuídas ao cuidador, resultando em esgotamento. Nesse contexto, a rede de apoio se configura como um grupo de risco para o adoecimento emocional. Em um cenário onde a participação do cuidador é de extrema importância no processo terapêutico e na reabilitação do paciente com transtornos mentais, torna-se relevante que a rede de apoio também seja incluída e assistida pela equipe de saúde mental.

Conclui-se este estudo ressaltando a importância de pesquisas na área, visando entender o papel do cuidador e a necessidade de desenvolver ações de intervenção psicossocial e educativas. Essas ações buscam minimizar os prejuízos, promover meios para auxiliar o bem-estar e a saúde mental, beneficiando não apenas os cuidadores, mas também as pessoas com transtornos mentais.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, M; TOSTES, J. G. de A.; SANTOS, D. C. S.; LIMA, D. C.; OLIVEIRA, M. S. Sobrecarga de familiares cuidadores de pacientes psiquiátricos: relação com assertividade. **Psico-usf**, v.19, n.3, p. 399-409, 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (2013). **Referências técnicas para a atuação do psicólogos (os) no CAPS**. Brasília, DF: centro de atenção psicossocial, IN: MASSANARO; H. (orgs).

DELGADO, P. G. Sobrecarga do cuidado, solidariedade e estratégia de lida na experiência de familiares de Centros de Atenção Psicossocial. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, v. 24, n. 4, p. 1103-1126, 2014.



ELOIA, S. C.; OLIVEIRA, E. N.; LOPES, M. V. de O.; PARENTE, J. R. F; ELOIA, S. M. C.; LIMA, D. dos S. Sobrecarga de cuidadores familiares de pessoas com transtornos mentais: análise dos serviços de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 9, 2018.

FAVA, M. C.; SILVA, N. R.; SILVA, M. L. Avaliação da sobrecarga em cuidadores familiares de pacientes de um centro de atenção psicossocial. **Barbarói**, v. 2, n. 41, p. 41-55, 2015

KANTORSKI, L. P; JARDIM, V. M. da R.; TREICHEL, C. A. dos S.; MOLA, C. L. de .; ALVES, P. F; FERREIRA, R. Z.; OLIVEIRA, M. M. Fatores associados a uma pior avaliação da qualidade de vida entre familiares cuidadores de usuários de Centros de Atenção Psicossocial. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 460-467, 2017.

KANTORSKI, L. P. et al.. Perfil dos familiares cuidadores de usuários de centros de atenção psicossocial do sul do Brasil. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 33, n. 1, p. 85–92, 2012.

LIMA, I. C. S; LIMA, S. B. A. Vivenciando sentimentos e fragilidades do cuidar em esquizofrenia: visão de familiares cuidadores. **Revista Fund Care Online**, v. 9, n. 4, p. 1081-1086, 2017

MOTA, S. D.; PEGORARO, R. F. Concepções de familiares sobre um centro de atenção psicossocial. **Pesqui. prá. psicossociais, São João del-Rei** , v. 13, n. 2, p. 1-17, ago. 2018 .

OMS. **Divulga Informe Mundial de Saúde Mental: transformar a saúde mental para todos.** Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/oms-divulga-informe-mundial-de-saude-mental-transformar-a-saude-mental-para-todos/> . Acesso em: 09 nov. 2023.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, G. S.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: Princípios e Fundamentos. 2 **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021.

TREICHEL, C. A. DOS S. et al. Transtornos psiquiátricos menores em familiares cuidadores de usuários de Centros de Atenção Psicossocial: prevalência e fatores associados. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 2, p. 461–472, 2020



**ARTIGO DE REVISÃO**

**Violência sexual infanto-juvenil: estratégias psicológicas para apoio e prevenção**

*Child and adolescent sexual violence: psychological strategies for support and prevention*

*Violencia sexual infantojuvenil: estrategias psicológicas para apoyo y prevención*

Maria Natalha Abrantes Pereira<sup>1</sup>, Ana Livia Juca Ribeiro<sup>1</sup>, Adilvaneide Ferreira da Costa<sup>1</sup>, Leonardo Bruno Farias<sup>1</sup>, Francisca Elidivânia de Farias<sup>1,3</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

<sup>3</sup>Centro Universitário de Patos - UNIFIP

**Autor Correspondente**

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** Crianças e adolescentes têm sido vítimas de abuso sexual desde os primórdios da humanidade; no entanto, esse entrave ainda se mostra presente na realidade de diversas pessoas. O presente estudo tem por objetivo abordar a complexidade dessa violência infanto-juvenil, analisar o papel do psicólogo diante desse problema e mostrar a importância de uma abordagem multidisciplinar. Foi conduzido por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando a revisão de literatura integrativa como método de pesquisa. Utilizou-se a base de dados da SciELO e o Google Acadêmico, juntamente com livros didáticos. Excluíram-se artigos focados em outros temas e que não fossem brasileiros. Os resultados obtidos nesta revisão fornecem a compreensão acerca da necessidade do respeito à dignidade e à proteção integral às vítimas, evidenciando a responsabilidade ética e social da psicologia e propondo intervenções abrangentes em diversos níveis sociais.

**Palavras-Chave:** Violência Sexual. Crianças. Adolescentes. Intervenção Psicológica.

**Abstract:** Children and adolescents have been victims of sexual abuse since the beginning of humanity; however, this obstacle still persists in the reality of many young individuals. This study aims to address the complexity of this child and adolescent violence, analyze the role of psychologists in dealing with this issue, and advocate for the importance of a multidisciplinary approach. It was conducted using a qualitative approach, employing integrative literature review as the research method. The SciELO database, Google Scholar, and textbooks were utilized. Articles focused on other topics and those not from Brazil were excluded. The results obtained in this review provide an understanding of the necessity for respecting the dignity and ensuring comprehensive protection for the victims, highlighting the ethical and social responsibility of psychology and proposing comprehensive interventions across various social levels.

**Keywords:** Sexual Violence. Children. Adolescents. Psychological Intervention.

**Resumen:** Niños y adolescentes han sido víctimas de abuso sexual desde los albores de la humanidad; sin embargo, este obstáculo aún persiste en la realidad de muchos jóvenes. Este estudio tiene como objetivo abordar la complejidad de esta violencia infantil y juvenil, analizar el papel de los psicólogos frente a este problema y defender la importancia de un enfoque multidisciplinario. Se llevó a cabo mediante un enfoque cualitativo, utilizando la revisión integradora de literatura como método de investigación. Se utilizaron la base de datos de SciELO, Google Académico y libros de texto. Se excluyeron artículos centrados en otros temas y que no fueran brasileños. Los resultados obtenidos en esta revisión proporcionan una comprensión de la necesidad de respetar la dignidad y asegurar la protección integral de las víctimas, resaltando la responsabilidad ética y social de la psicología y proponiendo intervenciones integrales en varios niveles sociales.

**Palabras clave:** Violencia Sexual. Niños. Adolescentes. Intervención Psicología.



## INTRODUÇÃO

A violência sexual é uma grave problemática social, que se perpetua desde a vinda dos exploradores portugueses até os dias atuais. Logo, durante a vinda das primeiras caravelas, meninas eram trazidas para servirem de esposas para os portugueses e eram abusadas sexualmente ainda dentro dos navios (Alberto *et al.*, 2008). No entanto, essa violência só foi compreendida como um problema social a partir do século XX, quando foi entendida como uma violação dos direitos humanos (CFP, 2009).

De acordo com Veloso *et al.* (2017), as violências podem ser classificadas como negligência, violência física, sexual e psicológica; sendo categorizada como crime em distintos capítulos do Código Penal Brasileiro (Brasil, 1940). Para Alberto *et al.* (2008), a violência sexual em crianças e adolescentes pode ser vista de diferentes formas, como estupro, exploração sexual para fins lucrativos de terceiros e incestos.

Segundo Martins e Santos (2022), a violência infanto-juvenil trata-se de uma complexa questão de saúde pública, caracterizada pela sua natureza endêmica e multifacetada. Demanda, portanto, de intervenções que abranjam vários níveis sociais, desde o cultural até o individual. É um impasse que requer ações para transformar valores, reformular políticas públicas em todos os setores e melhorar legislação acerca dos serviços para atenção infantojuvenil em casos de violência sexual. Desse modo, é crucial que os profissionais envolvidos tenham consciência sobre a complexidade dessa situação, compreendendo-a sob diversos pontos de vista, como sociológico, antropológico, político, normativo e clínico (Furniss, 1993).

Diante desse contexto, o este estudo fundamenta-se na necessidade de enriquecer o entendimento acerca dessa persistente problemática na sociedade, tendo por objetivo analisar o papel da atuação do psicólogo frente a violência sexual em crianças e adolescentes nos serviços de rede e proteção, bem como compreender as estratégias de intervenção psicológica utilizadas para apoiar vítimas e suas famílias, reconhecendo a complexidade que envolve a realidade desses jovens e a necessidade de um abordagem que abarque todos os contextos sociais, a partir de diversas perspectivas teóricas, proporcionando uma visão abrangente sobre a atuação profissional perante esta realidade.





## **METODOLOGIA**

Trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa descritiva, do tipo revisão integrativa de literatura, buscando responder a seguinte pergunta-problema: Como o psicólogo pode contribuir de forma efetiva nos serviços de rede e proteção para crianças e adolescentes em situação de violência sexual, considerando os desafios enfrentados? Para isso, os dados foram coletados por meio de livros didáticos, além de uma busca na base de dados da *Scientific Electronic Library* (SciELO) e do Google Acadêmico. Para a pesquisa, foram utilizadas as referidas palavras-chave “Violência Sexual AND Crianças AND Adolescentes AND Intervenção Psicológica”. Selecionou-se artigos por ordem de preferência no idioma português. Excluiu-se artigos internacionais e que não estavam em conformidade com a objetividade do presente estudo.

Tendo em vista que a principal atribuição do Sistema dos Conselhos de Psicologia é orientar e supervisionar o trabalho dos psicólogos, conforme estipulado pela Lei nº 5.766/1971. Também foi realizada uma consulta às publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP), utilizando os termos "violência", "criança" e "adolescente", foram encontradas assim duas publicações (CFP, 2009; 2020).

## **DESENVOLVIMENTO**

O desafio global do abuso sexual de crianças e adolescentes tem raízes profundas na história e é moldado por diversas variáveis. Dessa forma, destaca-se a necessidade de uma abordagem abrangente da violência sexual infanto-juvenil, superando perspectivas fragmentadas, que enfatizam a complexidade do fenômeno, incluindo determinantes não óbvios, como vulnerabilidade socioeconômica e cultural das vítimas e suas famílias (Cunha; Silva; Giovanetti, 2008).

O abuso sexual infanto-juvenil, ocorre quando há atividades de natureza sexual, como manipulação dos órgãos sexuais, sexo oral, masturbação ou penetração, mesmo que haja algum tipo de consentimento, pois esses jovens não possuem total capacidade física e psicológica para compreender plenamente tais situações (Guimarães; Gomes, 2022).

Nessa ótica, Salte (2009) afirma que os jovens, principalmente os que possuem baixa autoestima, são frequentemente manipulados por não possuírem maturidade o suficiente para entenderem que a afeição demonstrada não é autêntica, e não percebem as técnicas de manipulação utilizadas pelo abusador. Esses abusadores “podem ser amigos leais, bons empregados e membros



responsáveis da comunidade de outras maneiras” (Salter, 2009, p. 55). Desse modo, a autora pontua que o vínculo afetivo entre a vítima e o abusador, é justamente o que é utilizado para manipulá-los, visando envolvê-los em atividades de natureza sexual (Salter, 2009).

Essa violência envolve uma série de comportamentos, podendo ser eles toques, carícias, assédio, ameaças e exploração corporal, acontece dentro e fora do meio familiar ou até mesmo de forma online, e ao ocorrer no ambiente familiar pode resultar em várias consequências negativas para a vítima, como o desenvolvimento de condições como depressão, transtornos de ansiedade, distúrbios alimentares, transtorno de personalidade borderline e estresse pós-traumático (Santos; Campos; Portes, 2019).

Conforme Cunha, Silva e Giovannetti (2008), os jovens em condições de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam maior exposição à violência sexual. Além disso, há outros fatores ligados ao desemprego, subemprego, baixa escolaridade, álcool ou substâncias psicoativas, histórico de violência e doença mental. O Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2009) afirma que a violência sexual não é um problema somente das classes mais pobres, é um problema de todas as classes sociais.

Para garantir êxito nessa intervenção, Cunha, Silva e Giovanetti (2008) sugerem um modelo de proteção interativo, destacando abordagens biológicas, psicológicas e sociais, ressaltando a relevância e necessidade do trabalho interdisciplinar para uma intervenção eficaz no cuidado e acompanhamento das vítimas. Dessa maneira, é relevante ressaltar a necessidade do trabalho profissional de psicólogos, junto a profissionais de saúde, educação, do sistema jurídico e de assistência social (Alberto *et al.*, 2008).

O referido sucesso, muitas vezes vai depender de uma ação que envolva todos os responsáveis, sendo eles: os psicólogos, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as instituições e os órgãos de defesa dos direitos da criança e do adolescente (Florentino, 2014).

Desse modo, ao envolver a prática da psicologia na Política de Assistência Social, o psicólogo deve centrar-se na busca pela efetivação dos direitos sociais, envolvendo-se com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), o CREAS, Casa de Acolhimento, ou por meio de outros serviços, programas e políticas, podendo utilizar também as informações e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal (Macêdo; Pessoa; Alberto, 2015).

O CFP (2020) pontua que a psicologia trabalha nesse âmbito por meio de diversas abordagens teóricas e através disto desenvolve várias técnicas e práticas para avaliar e intervir, desta forma pode



contribuir em vários cenários e independente do campo em que está atuando, a mesma tem um compromisso social e ético, o qual faz valer com o pacto coletivo.

Mostra-se imprescindível que cada psicólogo ao cumprir sua função social promova o respeito à dignidade e à "proteção integral" de todas as crianças e adolescentes, como enfatizado no artigo 1 da lei número 8.068/90 (CFP, 2020). Nessa perspectiva, segundo Centro Regional Aos Maus-Tratos Na Infância (2002), a intervenção deve ser com a criança ou o adolescente e focar na construção de vínculos para que assim estabeleça a confiança entre a equipe e a vítima, mas também é importante abordar a família para extrair e analisar as perspectivas em relação à violência ocorrida.

Na presente luta contra a violência, é crucial instruir famílias, crianças e adolescentes sobre seus direitos e como relatar casos de violência às autoridades policiais e ao Conselho Tutelar, e assim a educação psicológica surge como uma ferramenta vital na prevenção, capacitando-os a identificar tais situações (Gallerani, 2022).

Conforme, Guimarães e Gomes (2022), garantir a proteção e assistência às vítimas de abuso sexual, é essencial seguir etapas fundamentais: revelar o ocorrido a alguém de confiança, identificar os sinais de abuso, comunicar aos órgãos competentes e denunciar o crime em delegacia especializada. Logo, cabe ao psicólogo ajudar a proporcionar um fortalecimento da autoestima e a reconstruir uma rede de proteção para contribuir com o enfrentamento e a superação dessa experiência traumática na vida dessas jovens vítimas da desumanidade (CFP, 2020).

Florentino (2014), pontua que durante o atendimento, o profissional deve oferecer apoio à vítima, dar-lhe o tempo necessário para refletir e consequentemente desabafar sobre suas experiências dolorosas, assim o psicólogo deve tratar esse indivíduo como alguém que detém uma realidade física e psíquica e essa narrativa sobre sua história deve ser escutada com respeito, independentemente de como foi contada.

Inicialmente, os psicólogos podem necessitar de várias entrevistas para obter relatos, pois a princípio haverá um silêncio e para quebrá-lo deve haver uma abordagem adequada respeitando a singularidade do indivíduo e a complexidade do caso (Guimarães; Gomes, 2022). Nesse contexto, esse silenciamento pode ser atribuído ao fenômeno, notado por Salter (2009), de que apenas uma pequena parcela das vítimas relata o abuso na época em que ocorreu.

Portanto, Guimarães e Gomes (2022), afirma que é essencial que os psicólogos proporcionem um ambiente confortável e acolhedor, a fim de garantir o sucesso na obtenção de informações acerca do abuso sofrido, o que demanda a busca constante por conhecimentos atualizados.



Diante de tantos casos de violência sexual em crianças e adolescentes e levando em consideração a importância de profissionais da psicologia nesses contextos, é crucial que durante sua formação acadêmica, os estudantes tenham oportunidades de estágios nesse âmbito, sendo indispensável a inserção de futuros profissionais dentro de políticas públicas, e em situações de abuso sexual, essa abordagem permite que os estudantes adquiram conhecimento e experiência na abordagem dessa problemática (CFP, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse panorama, é notório que esse tipo de violência causa um grande impacto na vida da vítima e da família, e a atuação do psicólogo, com uma equipe interdisciplinar, mostra-se imprescindível. Essa abordagem abrangente, com a implementação de estágios para graduandos em psicologia, proporcionará experiências que os qualifiquem para lidarem com essa problemática de maneira eficaz, contribuindo para a prevenção e enfrentamento da violência sexual infantojuvenil.

Dessa forma, nota-se a relevância indispensável de discussões e estudos acerca do tema, visando preencher possíveis lacunas existentes com conhecimento científico, o qual possa auxiliar os atuais e futuros profissionais envolvidos, especialmente os psicólogos, a compreender essa situação e desenvolver, assim, intervenções mais eficazes junto às vítimas e seus familiares durante o exercício da sua profissão.

## REFERÊNCIAS

ALBERTO, M. DE F. P.; ALMEIDA, D. R. DE.; DÓRIA, L. C.; GUEDES, P. C.; SOUSA, T. R. DE. ; FRANÇA, W. L. P. DE. O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 28, n. 3, p. 558–573, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000300010>

BRASIL. **Código Penal**. Brasília: Planalto Federal, 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm)

CENTRO REGIONAL AOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA. **Abuso sexual doméstico: atendimento às vítimas e responsabilização do agressor**. Campinas: Cortez, 2002. p. 1-95.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) na Rede de Proteção às**



**Crianças e Adolescentes em Situação de Violência Sexual.** Brasília: CFP, p. 1-76, 2020. Disponível em: <https://crepop.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/34/2022/10/017-Crepop-Referencias-Tecnicas-para-Atuacao-de-Psicologas-na-Rede-de-Protecao-as-Crianças-e-Adolescentes-em-Situacao-de-Violencia-Sexual.pdf?shem=iosie>

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: Referências para a atuação do psicólogo**, Brasília: CFP, p. 1-92, 2009. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/10/CREPOP\\_Servico\\_Exploracao\\_Sexual.p](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/10/CREPOP_Servico_Exploracao_Sexual.p)

CUNHA, E. P.; SILVA, E. M.; GIOVANETTI, A. C. **Enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil: expansão do PAIR em Minas Gerais.** Belo Horizonte: UFMG, 2008. p. 1-404.

GALLERANI, I. R. **Atuação de psicólogos/os na atenção ao abuso sexual infantojuvenil.** Florianópolis, UFSC, p. 1-38, 2022. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?as\\_ylo=2022&q=Assist%C3%A0ncia+Social+Crian%C3%A7as+e+adolescentes+Interven%C3%A7%C3%A3o+psicol%C3%B3gica+Pol%C3%ADtica+Psic%C3%B3logo+Viol%C3%A0ncia+sexual&hl=pt-BR&as\\_sdt=2007&as\\_vis=1#d=gs\\_qabs&t=1699946639615&u=%23p%3D7oCa2YInFE0J](https://scholar.google.com.br/scholar?as_ylo=2022&q=Assist%C3%A0ncia+Social+Crian%C3%A7as+e+adolescentes+Interven%C3%A7%C3%A3o+psicol%C3%B3gica+Pol%C3%ADtica+Psic%C3%B3logo+Viol%C3%A0ncia+sexual&hl=pt-BR&as_sdt=2007&as_vis=1#d=gs_qabs&t=1699946639615&u=%23p%3D7oCa2YInFE0J)

GUIMARÃES, J.; GOMES, L. “Ninguém precisa saber disso” Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes do Sexo Masculino. **Anima Educação**, p.1-19, 2022. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?as\\_ylo=2022&q=Assist%C3%A0ncia+Social+Crian%C3%A7as+e+adolescentes+Interven%C3%A7%C3%A3o+psicol%C3%B3gica+Pol%C3%ADtica+Psic%C3%B3logo+Viol%C3%A0ncia+sexual&hl=pt-BR&as\\_sdt=2007&as\\_vis=1#d=gs\\_qabs&t=1699943339541&u=%23p%3D-PDBogG5iSQJ](https://scholar.google.com.br/scholar?as_ylo=2022&q=Assist%C3%A0ncia+Social+Crian%C3%A7as+e+adolescentes+Interven%C3%A7%C3%A3o+psicol%C3%B3gica+Pol%C3%ADtica+Psic%C3%B3logo+Viol%C3%A0ncia+sexual&hl=pt-BR&as_sdt=2007&as_vis=1#d=gs_qabs&t=1699943339541&u=%23p%3D-PDBogG5iSQJ)

FLORENTINO, B. R. B. Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 59–70, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/MZSfWZbB3J8dRsdmT94k5g>

FURNISS, T. **Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. p.1-337.

MACÊDO, O. J.; PESSOA, M. C. B.; ALBERTO, M. DE F. P. Atuação dos Profissionais de Psicologia Junto à Infância e à Adolescência nas Políticas Públicas de Assistência Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 3, p. 916–931, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000922014>

MARTINS, J. S.; SANTOS, D. K. DOS. Atendimentos Psicossociais a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual: Percepções de Psicólogas de um Creas/Paeft. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, p. 1-18, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003233520>

SALTER, A. C. **Predadores: pedófilos, estupradores e outros agressores sexuais.** São Paulo: M.books, 2009. p. 1-251.





SANTOS, B. C. DOS; CAMPOS, I. L. DOS. S.; PORTES, J. A atuação do psicólogo no CREAS com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual no vale do Itajaí/SC. **Revista Psicologia em Foco**, v. 11, n. 16, p. 2-18, 2019. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=2007&as\\_vis=1&q=Assist%C3%A0ncia+Social+Crian%C3%A7as+e+adolescentes+Interven%C3%A7%C3%A3o+psicol%C3%B3gica+Pol%C3%ADtica+Psic%C3%B3logo+Viol%C3%A0ncia+sexual&btnG=#d=gs\\_qabs&t=1699943071073&u=%23p%3D2NZWUU4ki78J](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=2007&as_vis=1&q=Assist%C3%A0ncia+Social+Crian%C3%A7as+e+adolescentes+Interven%C3%A7%C3%A3o+psicol%C3%B3gica+Pol%C3%ADtica+Psic%C3%B3logo+Viol%C3%A0ncia+sexual&btnG=#d=gs_qabs&t=1699943071073&u=%23p%3D2NZWUU4ki78J)

VELOSO, M. M. X.; MAGALHÃES, C. M. C.; CABRAL, I. R. Identificação e notificação de violência contra crianças e adolescentes: limites e possibilidades de atuação de profissionais de saúde. **Mudanças**, v. 25, n. 1, p. 1-8, 2017. Disponível em:

[https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=6052720016235023953&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5#d=gs\\_qabs&t=1700230050865&u=%23p%3DQjeVxEIBkFYJ](https://scholar.google.com.br/scholar?cluster=6052720016235023953&hl=pt-BR&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&t=1700230050865&u=%23p%3DQjeVxEIBkFYJ)



## ARTIGO DE REVISÃO

### Vulnerabilidades como condicionantes a riscos e desastres

*Vulnerabilities as conditions for risks and disasters*

*Las vulnerabilidades como condiciones de riesgos y desastres*

Kaillany Bezerra Barros<sup>1</sup>, Natália Gabriele Sousa Nunes<sup>1</sup>, Fillipe Goncalves Araujo<sup>1</sup>, Leonardo Bruno Farias<sup>1</sup>, Francisca Elidivânia de Farias<sup>1,3</sup> & Larissa de Araújo Batista Suárez<sup>1,2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP

<sup>2</sup>Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

<sup>3</sup>Centro Universitário de Patos - UNIFIP

#### Autor Correspondente

Nome: Larissa de Araújo Batista Suárez

E-mail: labsuarez@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho possui o intuito de verificar como os aspectos de vulnerabilidades condicionam a situações de desastres. Para a realização da pesquisa foram analisadas as publicações dos últimos cinco anos, combinando descritores “vulnerabilidades” e “desastres” nas plataformas BVS, SciELO e Google Scholar. De acordo com resultados encontrados, notou-se que os desastres não se referem apenas a ações da natureza, mas que também são profundamente influenciados por vulnerabilidades como questões socioeconômicas, habitacionais e climáticas que provocam situações de risco. A pesquisa também discute formas de evitar e enfrentar os desastres, como debates, capacitação profissional e sensibilização da população. Assim, conclui-se a importância de se discutir essa temática de forma mais aprofundada a fim de se compreender como os desastres são desencadeados e enfrentados também em uma perspectiva psicológica com o objetivo de formar comunidades resilientes.

**Palavras-Chave:** Vulnerabilidades. Desastres. Riscos. Psicologia.

**Abstract:** This work aims to verify how vulnerability aspects affect disaster situations. To carry out the research, publications from the last five years were analyzed, combining descriptors “vulnerabilities” and “disasters” on the BVS, SciELO and Google Scholar platforms. According to the results found, it was noted that disasters do not only refer to actions of nature, but are also deeply influenced by vulnerabilities such as socioeconomic, housing and climate issues that cause risky situations. The research also discusses ways to avoid and face disasters, such as debates, professional training and public awareness. Thus, we conclude that it is important to discuss this topic in more depth in order to understand how disasters are triggered and faced also from a psychological perspective with the aim of forming resilient communities.

**Keywords:** Vulnerabilities. Disasters. Scratches. Psychology.

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo verificar cómo los aspectos de vulnerabilidad afectan las situaciones de desastre. Para realizar la investigación se analizaron publicaciones de los últimos cinco años, combinando los descriptores “vulnerabilidades” y “desastres” en las plataformas BVS, SciELO y Google Scholar. Según los resultados encontrados, se observó que los desastres no solo se refieren a acciones de la naturaleza, sino que también están profundamente influenciados por vulnerabilidades como cuestiones socioeconómicas, habitacionales y climáticas que provocan situaciones de riesgo. La investigación también analiza formas de evitar y afrontar los desastres, como debates, formación profesional y sensibilización pública. Así, concluimos que es importante discutir este tema con mayor profundidad para comprender cómo se desencadenan los desastres y afrontarlos también desde una perspectiva psicológica con el objetivo de formar comunidades resilientes.

**Palabras clave:** Vulnerabilidades. Desastres. Arañazos. Psicología.



## INTRODUÇÃO

É comum que se pense em desastres apenas como fenômenos da natureza, que trazem grande impacto na vida da sociedade. O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), na cartilha “Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres”, aborda o desastre como um conceito utilizado para nomear muitos eventos e/ou processos com características distintas. Assim, é necessário aprofundar-se nessa questão buscando um novo olhar para o termo “desastre” e compreender aspectos culturais e sociais que vão influenciar a forma como ele é percebido e sentido.

Oliveira *et al.* (2021, p.4580) aponta que compreender como um determinado território foi ocupado e gerido por determinada população, é uma das condições para transformar os processos de vulnerabilização e apoiar soluções antes não percebidas. Assim, é importante atentar-se aos fatores por trás desses eventos com consequências devastadoras para todos os que são atingidos, pois conhecer os condicionantes colabora para apresentar ações de prevenção a esses desastres, bem como desenvolver formas de lidar com as consequências, buscando respostas para a recuperação diante de tais circunstâncias.

Nessa perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo verificar as situações de vulnerabilidade que condicionam a riscos e desastres, além de apresentar estratégias de prevenção e enfrentamento diante dessas circunstâncias, pois diversos são os efeitos provocados às vítimas diretas, ou indiretas, seja com perdas materiais, fragilização da saúde física e psicológica, além de insegurança habitacional e financeira.

## METODOLOGIA

A natureza da pesquisa é de cunho qualitativo, em que “a interpretação do pesquisador apresenta uma importância fundamental” (Menezes *et al.*, 2019, p. 29). Dessa forma, foi realizada a interpretação dos dados bibliográficos coletados nas plataformas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no *Google Scholar*. Na BVS foram escolhidos 4 artigos, na SciELO apenas 2 e do *Google Scholar* foram utilizadas 5 referências, totalizando 11. A busca das bibliografias nas plataformas foi realizada através da combinação dos seguintes descritores: “Vulnerabilidades” AND “Desastres”. A seleção das referências ocorreu de acordo com o conteúdo dos textos. Os dados do número de mortes do caso do rompimento da barragem em Brumadinho/MG



foram colhidos no jornal G1 e se utilizou a cartilha do CREPOP “Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres” do Conselho Federal de Psicologia – CFP para contribuir com a fundamentação teórica.

O trabalho prezou por proporcionar fácil acesso às referências e pela atualidade delas, portanto as bibliografias utilizadas são no idioma português e dos últimos cinco anos. A pesquisa qualifica-se como descritiva, que segundo Pardanov & Freitas (2013, p.52) trata-se de “descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”, uma vez que foi realizado a descrição sobre o fenômeno do desastre e relação que ele tem com as situações de vulnerabilidade que o condicionam.

## **DESENVOLVIMENTO**

Primeiramente, se faz necessário uma ampliação da visão quanto ao significado de “desastre”, um conceito ainda abstrato e com diversas interpretações. Oliveira *et al.* (2021, p.4581) traz os “desastres e emergências sanitárias como processos de vulnerabilização que devem mais aos seus nexos sócio-históricos do que a seus eventos detonadores”. Desse modo, supera-se essa ideia do desastre de ordem apenas natural e compreende-se ele como processo de interação do ser humano com a natureza, em que os antecedentes devido a ações do homem expõe ainda mais a população a suas consequências devastadoras. Ademais, a compreensão do que é considerado um risco que condiciona a situações extremas pode variar, seja devido a questões culturais, aspectos de desenvolvimento econômico ou mesmo da comunidade vinculada (Canil *et al.*, 2021, p.3).

Freitas *et al.* (2023, p.3) aborda que em “países como o Brasil, os acidentes de trabalho provocavam grande número de vítimas por ano, ultrapassando o total registrado anualmente em eventos considerados como desastres tecnológicos, bem como acidentes industriais”. Essa exemplificação demonstra o ser humano como capaz de provocar desastres. Entretanto, esses eventos desastrosos provocados não necessariamente são sofridos e suportados por quem os criou, devido às desigualdades existentes (Tybusch; Tybusch; Izolani, 2022, p.172).

Assim, torna-se evidente a importância de compreender as questões de vulnerabilidade que levam a essas ocorrências, pois indo além das respostas de emergência será possível entender como essas vulnerabilidades são construídas e reduzi-las (Moura; Moura; Vieira, 2020, p.160).



Canil *et al.* (2021, p.4) aponta a vulnerabilidade socioambiental urbana que, também atrelada a uma série de contingências sociais, políticas, econômicas, culturais, tecnológicas, etc. explicitam diferentes condições de exposição e de fragilidade de grupos sociais aos riscos. Cartaxo & Shiota (2020, p.297) também compartilham do mesmo posicionamento, apontando que “as desigualdades preexistem aos eventos de desastre incluem fatores políticos, de saúde e econômicos que aumentam a vulnerabilidade de determinadas populações”. Dessa maneira, o olhar para o meio social pode contribuir para evitar possíveis desastres, mas também para desenvolver formas mais eficazes de responder a eles, de acordo com as circunstâncias de vulnerabilidade em que ocorreu.

Sales (2023) traz que na composição social de riscos decorre o aumento de situações em que grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade são excluídos, se tornando assim vítimas de uma segregação geográfica que os leva a ocupar locais ainda mais inadequados e frágeis, intensificando a situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, utilizar cenários inadequados para a construção de moradias, como encostas, margens de cursos d’água, reflete ocupação desordenada, excludente e segregacionista. (Canil *et al.*, 2021, p.2). Logo, a desigualdade social e o desamparo estatal para populações que se encontram nessas circunstâncias conduzem diretamente a condições insalubres de vida, pois a busca de construção de moradias nestas localidades inseguras é expor-se a riscos de inundações e deslizamentos, e conseqüentemente a incidentes desastrosos.

Outra vulnerabilidade que encaminha para desastres são as condições nocivas de trabalho, sem a devidas inspeções, pois como aponta Kokke (2020, p.171) “criar obstáculos ao exercício fiscalizatório e burlar padrões de gestão de riscos por atos de corrupção privada são fatores germinativos para potenciais desastres”. A título de exemplificação, temos o infeliz caso do rompimento da Barragem I da Mina de Córrego do Feijão da mineradora Vale S.A, localizada em Brumadinho/MG, que deixou 270 pessoas mortas, incluindo duas mulheres grávidas (G1, 2023). Em virtude de circunstâncias como essas, é necessária uma gestão eficiente dos ambientes de trabalho, contando com manutenções e fiscalizações frequentes a fim de evitar que mais desastres desse nível ocorram.

Outro desastre, que é pouco discutido, mas que tem efeitos devastadores e que mais afeta o Brasil, é a seca, que impacta a saúde da população através de “desnutrição e deficiências nutricionais, saúde mental, doenças relacionadas com a qualidade das águas e ar, câncer e comprometimento do acesso aos serviços de saúde” (CFP, 2021, p.30). Costa, Silva & Araújo (2018) abordam a relevância de atentar-se a fatores ambientais, sociais e também políticos da gestão dos recursos hídricos para





compreender o fenômeno da estiagem e seca. Visto que esse desastre pode trazer implicações prejudiciais para quem o vivencia, é conveniente a promoção de debates acerca desse fenômeno para encontrar melhores estratégias de enfrentamento e suporte para os que são afetados de forma mais direta.

Diante do exposto, para desenvolver estratégias de prevenção e enfrentamento de desastres, é imprescindível conversar sobre o tema frequentemente, pois de acordo com Sales (2023) abordar a temática gestão de riscos e desastres, consiste em debater planejamento. Contudo, esses debates não devem ser restritos apenas aos profissionais, mas se deve incentivar a participação de comunidades, pois isso possibilita o desenvolvimento de maior consciência ambiental e ação (Canil *et al.*, 2021, p.2). A participação pública pode proporcionar um alcance maior sobre a noção dos riscos, além de colaborar para o desenvolvimento de políticas públicas de gerenciamento de riscos e desastres mais eficientes que atendam às necessidades da população vulnerável.

Ademais, é necessário que “ações voltadas para a população, que foi exposta a estressores severos durante um desastre, precisam ter uma perspectiva a longo prazo” (CFP, 2021, p.60). Portanto, as estratégias de enfrentamento precisam visar mitigar as vulnerabilidades para que novos desastres não aconteçam. Moura, Moura & Vieira (2020 p.164) apontam como indispensável a “sensibilização e a capacitação dos profissionais de saúde sobre o tema de risco de desastres, abordando aspectos de prevenção de risco futuro, redução de risco atual e de ações na iminência de um desastre”. Assim, os profissionais devem ser constantemente instruídos e preparados para colaborar com ações de prevenção, mas também para saber agir de imediato perante ocorrência de desastres.

É importante atentar-se para os efeitos psicológicos ocasionados pelos desastres e reconhecer a relevância do profissional da psicologia no enfrentamento desses eventos. Os psicólogos podem contribuir no desenvolvimento da resiliência, pois essa habilidade além de colaborar na redução das vulnerabilidades nos aspectos físicos, sociais, econômicos, ambiental e simbólico, visa prevenir e aliviar os impactos dos desastres ocasionados seja por causas naturais, degradação ambiental ou tecnológicos. (Oliveira *et al.*, 2021). Além disso, devido ao estresse gerado por situações de grandes impactos, os profissionais que trabalham na linha de frente podem sentir-se sobrecarregados e pressionados, por isso “os psicólogos podem também intervir, indiretamente, no preparo psicológico dos profissionais que atuam diretamente nos desastres” (Ribeiro; Freitas, 2020, p.12). Dessa forma,



zelar pela saúde mental desses profissionais é essencial para promover intervenções eficientes e práticas em momentos de grande pressão psicológica.

Não menos importante, inovar em “revisões de literatura sobre o significado histórico-social dos desastres podem contribuir para o melhor entendimento desses fenômenos sob uma perspectiva científica” (Cartaxo; Shiota, 2020, p.299). Devido aos avanços da sociedade, seja para o bem ou para o mal, é necessário que os conhecimentos acompanhem essa evolução para proporcionar os meios adequados de lidar com as consequências desses desenvolvimentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os textos expostos ressaltam fatos e conceitos acerca dos desastres e como eles podem ser desencadeados por situações de vulnerabilidade. Após a análise bibliográfica se fez claro que a compreensão do que é um risco ainda é um tanto abstrata devido sua multiplicidade de causas, visto que existem diversos fatores que poderiam levar a uma situação de catástrofe, tais como, fatores culturais, financeiros ou até mesmo naturais. Devido a isso se vê a importância e a urgência da implementação do Marco de Senai, responsável por elencar objetivos, prioridades, metas e princípios norteadores, o que inclui uma responsabilização por parte do governo central e demais autoridades, com intuito de proteger os cidadãos e seus ativos, abordando os indicadores de risco em busca de evitar um possível desastre.

A incidência de desastres, e suas consequências desorientadoras, sejam elas econômicas, habitacionais, físicas, ou até mesmo psicológicas, acabam por contribuir ainda mais para o aumento da desigualdade social e para a vulnerabilização do povoado envolvido. O grande desafio é diminuir esse estado de vulnerabilidade, visto principalmente em populações financeiramente carentes, podendo assim possivelmente observar os riscos antes que o desastre venha de fato ocorrer, conseguindo então evitá-lo. Deve ser enfatizado que nem todos os desastres podem ser evitados, mas compreender como eles acontecem podem diminuir o grau de destruição que eles trazem; diminuindo assim o dano a população que será afetada, direta ou indiretamente. Em uma última análise, cabe acentuar a necessidade de se aprimorar o acervo literário acerca deste tema, visto que ele continua invisibilizado na sociedade, não sendo estudado a fundo e por vezes não atualizado como deveria. Desta forma o incentivo à criação de artigos, resumos e documentos que esclareçam a temática,



certamente tornariam os riscos de vulnerabilidade mais claros, o que seria de suma importância para a prevenção de desastres, ou a diminuição de danos provenientes dele.

## REFERÊNCIAS

- CANIL, K.; MOURA, R.; SULAIMAN, S.; TORRES, P.; NETTO, A.; JACOBI, P. Vulnerabilidades, riscos e justiça ambiental em escala macro metropolitana. **Mercator (Fortaleza)**, v. 20, p. e20003, 2021.
- CARTAXO, S.; SHIOTA, R. Três concepções acerca dos desastres. **Csonline-Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 32, p. 396-315, 2020.
- CREPOP. **Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) na gestão integral de riscos, emergências e desastres**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2021.
- COSTA, J.; SILVA, A.; ARAÚJO, S. Riscos e vulnerabilidades a desastres naturais no estado da Paraíba: relação entre fatores geoambientais, registros e ações. **Revista Científica do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco**, Pernambuco, v. 4, n. 09, 2018.
- DE SALES, C. Governança Ambiental e Gestão de Riscos e de Desastres (GRD): avanços e desafios da agenda de adaptação em nível local no Brasil. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 10, n. 2, 2023.
- FREITAS, C.; PORTO, M.; MACHADO, J.; FARIA, M; PUIATTI, R. Acidentes ampliados - mais do que um conceito, uma história de luta que precisa ser atualizada. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 48, p. edcinq4, 2023.
- KOKKE, M. A Interligação entre a Lei Anticorrupção e o Direito dos Desastres. **Sequência (Florianópolis)**, n. 86, p. 170–195, set. 2020.
- MANSUR, R. **Quatro anos da tragédia em Brumadinho**: 270 mortes, três desaparecidos e nenhuma punição. G1, Belo Horizonte-MG, jan.2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/01/25/quatro-anos-da-tragedia-em-brumadinho-270-mortes-tres-desaparecidos-e-nenhuma-punicao.ghml>. Acesso em: 12.nov.2023.
- MENEZES, A.; DUARTE, F.; CARVALHO, L.; SOUZA, T. **Metodologia Científica, Teoria e Aplicação na Educação a Distância**. Petrolina-PE: Universidade Federal do Vale, 2019.
- MOURA, S.; MOURA, J.; VIEIRA, R. Ferramenta gerencial para integração dos serviços de saúde na gestão de riscos de desastres: o caso de Blumenau, SC. **Saúde em Debate [online]**. v. 44, n. spe2



OLIVEIRA, S.; PORTELLA, S.; YOSHIKAWA, C.; LOBOSCO, D.; DIAS, L.; DE OLIVEIRA, T. De Nosso Território Sabemos Nós: experiência de cartografia social para emergências e desastres. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 10, p. 4579–4590, out. 2021.

PRODANOV, C.; FREITAS, E. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Freevale, 2013.

RIBEIRO, M.; FREITAS, J. Atuação do Psicólogo na Gestão Integral de Riscos e Desastres: Uma Revisão Sistemática da Literatura. Gerais, **Rev. Interinst. Psicol.**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 1-20, ago. 2020.

TYBUSCH, F.; TYBUSCH, J.; IZOLANI, F. A arca de noé pós-moderna na pandemia da covid-19: uma análise através do direito dos desastres. **Revista de Direito da Cidade**, v. 14, n. 1, p. 170–193, jan. 2022.

WARNER, J.; ALVES, E.; COATES, R. Swiss cheese in brazil: disaster culture and safety culture in disasters. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, p. e0004, 2019.